

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS – CEPAN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

SANDRO DA LUZ MOREIRA

**A INFLUÊNCIA DAS ORIENTAÇÕES DE VALOR E DOS CAPITAIS E ATIVOS NA
SUCESSÃO GERACIONAL NO CAMPO**

PORTO ALEGRE-RS

2024

SANDRO DA LUZ MOREIRA

**A INFLUÊNCIA DAS ORIENTAÇÕES DE VALOR E DOS CAPITAIS E ATIVOS NA
SUCESSÃO GERACIONAL NO CAMPO**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (CEPAN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Agronegócios

Linha de Pesquisa: Mercados, contratos, instituições e políticas no agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado – UFRGS

Coorientador: Prof. Dr. João Augusto Rossi Borges – UFGD

PORTO ALEGRE-RS

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Moreira, Sandro da Luz
A INFLUÊNCIA DAS ORIENTAÇÕES DE VALOR E DOS
CAPITAIS E ATIVOS NA SUCESSÃO GERACIONAL NO CAMPO /
Sandro da Luz Moreira. -- 2024.
156 f.
Orientador: João Armando Dessimon Machado.

Coorientador: João Augusto Rossi Borges.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em
Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Objetivos e Valores. 2. Meios de Vida. 3.
Desenvolvimento Rural. 4. Administração Rural. 5.
Tomada de Decisão. I. Machado, João Armando Dessimon,
orient. II. Borges, João Augusto Rossi, coorient.
III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SANDRO DA LUZ MOREIRA

**A INFLUÊNCIA DAS ORIENTAÇÕES DE VALOR E DOS CAPITAIS E ATIVOS NA
SUCESSÃO GERACIONAL NO CAMPO**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (CEPAN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Agronegócios

Data da aprovação: 29/08/2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr^a. Cidonea Machado Deponti
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Rosani Marisa Spanevello
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade, por ter saúde e pela vida.

Agradeço aos meus pais Rosemary e Claudio, por tudo que fizeram por mim até o momento.

Agradeço a minha esposa Thais Seccon, pelo apoio, amor, paciência e motivação.

Agradeço a minha Irmã Caroline, Avós, Sogros, Tios, Primos, Compadres, Afilhados, ou seja, toda Família, pelo carinho.

Agradeço ao meu orientador João Armando Dessimon Machado, por todos ensinamentos, conselhos, paciência, companheirismo, disponibilidade e carinho. E ao Coorientador João Borges, pela disponibilidade e suporte.

Agradeço aos meus outros orientadores, que passaram pela minha vida antes desta jornada, Rosani Marisa Spanevello, Alessandra Matte, Juliano Nunes Alves e Paulo Afonso Carvalho, que foram inspirações para que continuasse.

Agradeço a minha banca de defesa de Tese, por todas contribuições.

Agradeço ao CEPAN - UFRGS, pela oportunidade de cursar o Doutorado em Agronegócios, e todos os professores deste PPG.

Agradeço aos amigos e colegas: Plínio, Bruzza, Samanta, Luciane, Valente e Manuela do CEPAN e a Mariele Boscardin do PGDR/ PPGExR, pela amizade, companheirismo e suporte acadêmico.

Agradeço aos meus amigos em geral (futebol, churrasco, gauchada), que em algum momento me deram apoio.

Agradeço a CAPES, pela oportunidade e auxílio financeiro.

Agradeço aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (FETAG-RS), Sindicatos Rurais e alguns agentes da EMATER-RS, pertencentes aos municípios do COREDE ALTO JACUÍ, que contribuíram com a pesquisa.

Agradeço a todos os professores, que passaram por mim, desde início da vida, até o fim desta jornada, o doutoramento.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

Esta tese tem como tema central a sucessão geracional em propriedades rurais que compõem o COREDE ALTO JACUÍ, abrangendo 14 municípios do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem como recorte analítico propriedades rurais com e sem sucessor caracterizadas pelos agronegócios. Em termos teóricos o estudo se ampara nas Orientações de Valor de Ruth Gasson (1973) e nos Capitais e Ativos de Frank Ellis (2000). A proposta está centrada em identificar a influência dos capitais e ativos e das orientações de valor na sucessão geracional no campo. Em específico buscou-se caracterizar as propriedades rurais com base em seus capitais e ativos. Identificar nas orientações de valor, quais aspectos são mais valorizados pelos produtores rurais com e sem sucessor. Analisar, a partir dos produtores rurais, quais fatores consideram importante para manter um sucessor na propriedade rural e por fim analisar, a partir das orientações de valor e capitais e ativos, o que tem sido mobilizado pelos pais para garantir a sucessão. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa e quantitativa, o instrumento de coleta de dados foi um questionário, com perguntas em escala Likert, aplicado em 230 produtores, no principal gestor em suas propriedades rurais, as técnicas utilizadas para chegar nas propriedades foram “snowball” e indicação de Sindicatos Rurais Patronais, dos Trabalhadores Rurais (FETAG) e Emater-RS. O procedimento de análise de dados foi a estatística descritiva e multivariada. Para os demográficos foi feita a avaliação do comportamento distributivo dos dados, sendo apresentados os valores de média e frequência. Depois foi feita uma análise descritiva dos capitais e ativos, orientação de valor e fatores, apresentando sua média e P-valor. Em seguida a análise estatística, realizando-se análise discriminante canônica e regressão logística binária. Os resultados apontam que os produtores dispõem dos capitais (humano, social, natural, físico, financeiro) com seus ativos, logo, quanto maior o portfólio de ativos e capitais disponível, maior a possibilidade de manter um sucessor na propriedade rural. Os produtores rurais com sucessão tendem a ter uma orientação de valor Expressiva, valorizando os objetivos: “ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena”; “sentir orgulho por ser proprietário rural. Pertencimento”. Os produtores sem sucessão apresentaram um empate entre as orientações Expressiva e Intrínseca, sendo os objetivos mais valorizados: “ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena”; “sentir orgulho por ser proprietário rural”; “ter prazer nas tarefas de trabalho” e “preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre, qualidade de vida”. Porém, com base na análise discriminante canônica o objetivo “continuar a tradição da família” da Orientação Social, é a única considerada influente na sucessão geracional entre produtores com e sem sucessão. Os fatores importantes para manter um sucessor na propriedade são: “qualidade da terra (solo); opções de lazer e investimento em maquinário; renda; sexo e estado civil”. Com base na estatística multivariada, na análise discriminante canônica, de 209 variáveis iniciais, apenas 17 variáveis são influentes na separação dos grupos (produtores rurais com sucessor e sem sucessor) em relação aos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ. E, das 17 variáveis encontradas pela análise discriminante canônica, o modelo de regressão logística considerou apenas seis como significativas para explicar a razão de chance de o entrevistado possuir sucessor, que são: criar ovinos, utilizar GPS, incentivo aos filhos a continuar nas atividades agropecuárias, qualidade da terra (solo), receber assistência técnica e opções de lazer.

Palavras chaves: Objetivos e Valores. Meios de Vida. Desenvolvimento Rural. Administração Rural. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

This thesis focuses on generational succession in rural properties that make up the COREDE ALTO JACUÍ, covering 14 municipalities in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The analytical focus is on rural properties with and without successors, characterized by agricultural business. In theoretical terms, the study is based on Ruth Gasson's Value Orientations (1973) and Frank Ellis's Capitals and Assets (2000). The proposal is centered on identifying the influence of capitals and assets and value orientations on generational succession in the countryside. Specifically, it sought to characterize rural properties based on their capitals and assets. To identify, in value orientations, which aspects are most valued by rural producers with and without successors. To analyze, from the perspective of rural producers, which factors they consider important to maintain a successor on the rural property and finally to analyze, based on value orientations and capitals and assets, what has been mobilized by parents to guarantee succession. The methodology used was a qualitative and quantitative research, the data collection instrument was a survey form, with Likert scale questions, applied to 230 producers, the main manager in their properties, the techniques used to reach the properties were "snowball" and indication of Rural Employers' Unions, Rural Workers' Unions (FETAG) and Emater-RS. The data analysis procedure was descriptive and multivariate statistics. For demographics, the evaluation of the distributive behavior of the data was carried out, presenting the values of mean and frequency. Afterwards a descriptive analysis of capitals and assets, value orientation and factors were carried out, presenting their average and P-value. Subsequently, statistical analysis was performed, carrying out canonical discriminant analysis and binary logistic regression. The results indicate that producers have capitals (human, social, natural, physical, financial) with their assets, therefore, the greater the portfolio of assets and capitals available, the greater the possibility of maintaining a successor on the rural property. Rural producers with succession tend to have an Expressive value orientation, valuing the objectives: "to have self-esteem for doing a worthwhile job"; "to feel proud of being a rural landowner. Belonging". Producers without succession showed a tie between the Expressive and Intrinsic orientations, with the most valued objectives being: "to have self-esteem for doing a worthwhile job"; "to feel proud of being a rural landowner"; "to enjoy work tasks" and "preference for a healthy agricultural life outdoors, quality of life". However, based on canonical discriminant analysis, the objective "to continue the family tradition" of the Social Orientation, is the only one considered influential in generational succession between producers with and without succession. The important factors to maintain a successor on the property are: "quality of land (soil); leisure options and investment in machinery; income; sex and marital status". Based on multivariate statistics, in canonical discriminant analysis, of 209 initial variables, only 17 variables are influential in the separation of groups (rural producers with and without successor) in relation to rural producers of the COREDE ALTO JACUÍ. And, of the 17 variables found by canonical discriminant analysis, the logistic regression model considered only six as significant to explain the odds ratio of the interviewee having a successor, which are: raising sheep, using GPS, encouraging children to continue in agricultural activities, quality of land (soil), receiving technical assistance and leisure options.

Keywords: Goals and Values. Livelihoods. Rural Development. Rural Management. Decision Making.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Percentual de entrevistados por município do COREDE ALTO JACUÍ.....	90
Gráfico 2-	Local de residência dos produtores rurais amostrados.....	91
Gráfico 3-	Sexo dos produtores rurais amostrados.....	92
Gráfico 4-	Estado civil dos produtores amostrados.....	93
Gráfico 5-	Tempo dedicado ao trabalho na propriedade rural pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	95
Gráfico 6-	Existência de sucessor nas propriedades rurais amostradas.....	98

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Localização dos Municípios que compõem o COREDE ALTO JACUÍ.....	76
Figura 2-	Diagrama das interações sobre as variáveis latentes “meios de vida” de Ellis (2000) e “orientações de valor” de Ruth Gasson (1973) e o comportamento de sucessão geracional.....	85
Figura 3-	Representação das etapas da Pesquisa.....	88
Figura 4-	Análise gráfica da função discriminante canônica indicando a separação dos grupos de produtores rurais com e sem sucessor no COREDE ALTO JACUÍ.....	126
Figura 5-	Análise de correspondência múltipla entre os grupos de respondentes considerando as variáveis e fatores relevantes para sucessão nas propriedades rurais.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Estágios para formação de um sucessor nas propriedades rurais segundo Gasson e Errington (1993).....	30
Quadro 2-	Síntese dos fatores motivacionais da sucessão geracional “ficar ou sair”.....	46
Quadro 3-	Síntese dos cinco capitais proposto por Ellis (2000).....	56
Quadro 4-	Orientações de valor segundo Gasson (1973).....	70
Quadro 5-	Características socioeconômicas dos municípios do COREDE ALTO JACUÍ em 2024.....	77
Quadro 6-	Características socioeconômicas dos municípios do COREDE ALTO JACUÍ em 2021.....	78
Quadro 7-	Metodologia empregada para atingir os objetivos da pesquisa.....	83
Quadro 8-	Capital Humano e seus ativos mobilizados ao nível de propriedade rural pelos produtores amostrados.....	100
Quadro 9-	Capital Social e seus ativos mobilizados ao nível de propriedade rural pelos produtores amostrados.....	102
Quadro 10-	Capital Natural e seus ativos mobilizados pelos produtores do COREDE ALTO JACUÍ em suas propriedades rurais.....	105
Quadro 11-	Capital Físico e seus ativos mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	108
Quadro 12-	Capital Financeiro e seus ativos mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	113
Quadro 13-	Resultados quanto às Orientações de Valor dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	117
Quadro 14-	Fatores que influenciam a sucessão geracional.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Escolaridade dos produtores rurais amostrados.....	94
Tabela 2-	Extratos de renda dos produtores rurais amostrados.....	94
Tabela 3-	Atividades produtivas predominantes nas propriedades rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	96
Tabela 4-	Principais culturas econômicas entre as propriedades amostradas no COREDE ALTO JACUÍ.....	97
Tabela 5-	Capital Social – Organizações nas quais os produtores rurais amostrados participam.....	103
Tabela 6-	Capital Social – Objetivos da família ao participar de organizações e associações.....	104
Tabela 7-	Capital Natural – Outros ativos naturais.....	106
Tabela 8-	Capital Natural – Fatores que os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ consideram de risco nas suas propriedades.....	107
Tabela 9-	Capital Físico – Bens e Infraestrutura das propriedades rurais amostradas, COREDE ALTO JACUÍ.....	109
Tabela 10-	Capital Físico – Maquinários e Implementos mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	110
Tabela 11-	Capital Físico – Bens Animais mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	111
Tabela 12-	Capital Físico – Ferramentas Tecnológicas utilizadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	111
Tabela 13-	Capital Físico – Práticas Produtivas adotadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	112
Tabela 14-	Capital Financeiro – Setores priorizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ ao fazerem investimentos na propriedade	114
Tabela 15-	Capital Financeiro – Formas de pagamento utilizadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	115
Tabela 16-	Capital Financeiro – Outras formas de poupança utilizadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	115
Tabela 17-	Análise discriminante das variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico, capital humano, social, natural, físico, financeiro,	

	orientação de valor e fatores importantes para manter um sucessor nas propriedades rurais do COREDE ALTO JACUÍ.....	124
Tabela 18-	Comparação de médias para os grupos de respondentes considerando as variáveis numéricas mais importantes na diferenciação dos grupos com e sem sucessor.....	127
Tabela 19-	Resultado do modelo de regressão logística ordinal para as variáveis estudadas e seus respectivos valores de razão de chance considerando a chance de o entrevistado responder que possui sucessor	130

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: TEMA E PROBLEMÁTICA	15
1.1 QUESTÕES DE PESQUISA	24
1.2 OBJETIVOS.....	25
1.2.1 Objetivo Geral	25
1.2.2 Objetivos Específicos	25
1.2.3 Justificativa	25
2 BASES DO REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1 SUCESSÃO GERACIONAL.....	28
2.2 MEIOS DE VIDA DE FRANK ELLIS	49
2.2.1 Os capitais	52
2.3 ORIENTAÇÕES DE VALOR DE RUTH GASSON	65
2.3.1 Objetivos, valores e comportamento	67
2.3.2 Orientações de valor	68
2.3.3 Técnicas de estudos de valor	69
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	75
3.2 LOCAL DA PESQUISA.....	75
3.3 COLETA DE DADOS	79
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	84
3.4.1 Escalas	84
3.4.2 Análise dos dados	86
4 RESULTADOS	89
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA	89
4.1.1 Perfil sociodemográfico dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ	89
4.1.2 Análise descritiva dos “Meios de Vida” de Frank Ellis	99
4.1.3 Análise descritiva das “Orientações de Valor” de Ruth Gasson	116
4.1.4 Análise descritiva dos fatores que os produtores rurais consideram importantes para manter um sucessor	120
4.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	123
4.2.1 Análise discriminante canônica e análise de correspondência múltipla	123
4.3 REGRESSÃO.....	130

4.3.1 Regressão logística binária	130
5 CONCLUSÕES	133
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE	147

1 INTRODUÇÃO: TEMA E PROBLEMÁTICA

A presente Tese foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN). O Agronegócio brasileiro é pujante e considerado um dos setores mais importantes no crescimento econômico do país, conforme atestam os dados a seguir. Em 2019, foi responsável por 20,4% do PIB brasileiro, sendo que a soma de bens e serviços gerados pelo agronegócio atingiu R\$ 1,5 trilhões nesse período. Em 2020 chegou a quase R\$ 2,0 trilhões, e a representação no PIB aumentou para 24,31%. No ano de 2021 o PIB do agronegócio foi para 27,4%, chegando a somar em torno de R\$ 2,3 trilhões de reais. E dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que em 2019 correspondeu a 68% desse valor do PIB do agronegócio, e a pecuária correspondeu a 32%. No ano de 2020 o ramo agrícola correspondeu a 69,7% do PIB e o ramo pecuário 30,3%. No ano de 2021 a participação do ramo agrícola foi de 74,6% e do ramo pecuário de 25,4%. No ano de 2024 o PIB do Agronegócio foi de R\$ 2,45 trilhões, sendo 67,3% do ramo agrícola e 32,6% do ramo pecuário. Com uma participação na economia de 21,5% em 2024. No entanto, a participação na economia caiu, ficando abaixo do registrado em 2023 que foi de 24%, onde teve um PIB de R\$ 2,61 trilhões (CEPEA/ESALQ - USP, 2024; CNA, 2024). Demonstra-se com esses dados a importância do agronegócio para o PIB brasileiro e a importância dos ramos agrícola e pecuário para o agronegócio no Brasil.

Segundo Goldberg (2020), o agronegócio ou, em inglês, *agribusiness* é um termo que engloba colaboração e cooperação, entre a agricultura (*agriculture*) e os negócios (*business*). Em conjunto, estes versam sobre criar valores compartilhados, de como alimentar o mundo, fornecer nutrição, desenvolvimento econômico e como melhorar o meio ambiente. Ou seja, o Agronegócio é um sistema que engloba todos estes elos (a saúde, a nutrição, a economia e o meio ambiente e todos seus stakeholders), e está presente no antes, dentro e no depois da porteira das propriedades rurais. E nesta pesquisa a atenção é com os agentes de dentro da porteira, ou seja, os produtores rurais e sua continuidade nos negócios agropecuários em suas propriedades rurais passando de geração para geração.

Para a ciência do agronegócio o termo “Agribusiness” foi cunhado em 1957, por John Davis e Ray Goldberg, dois economistas na *School of Business Administration* da Universidade de Harvard, com a publicação do livro “*A Concept of Agribusiness*”. Logo os autores Davis e Goldberg definiram o agronegócio “*The sum of all operations involved in manufacture and distribution of farm supplies, production operations on the farm, and the storage, processing,*

and distribution of farm commodities”, traduzindo para "a soma total de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agrícolas; operações de produção na fazenda; e ao armazenamento, processamento e distribuição de commodities agrícolas e artigos feitos a partir deles" (DAVIS; GOLDEBERG, 1957, p. 2). Trata-se de um segmento que desde seu nascimento encontra-se em constante desenvolvimento tanto em ciência, tecnologias, técnicas e manejos. Conforme Donda (2020, p. 53), no final do século XX ocorreu uma “revolução” no agronegócio com a utilização de novas tecnologias aplicadas à produção rural e essa nova agricultura foi caracterizada por disponibilizar uma série de recursos que envolviam biotecnologia, adubação corretiva, defensivos agrícolas, técnicas de manejo, geoposicionamento por satélite (GPS), máquinas agrícolas cada vez mais modernas e com tecnologias de ponta. Ferramentas estas que maximizam os potenciais culturais, tanto em produção e produtividade, além de facilitar os tratos culturais, diminuindo a penosidade do trabalho, podendo facilitar o trabalho da mão de obra familiar.

É indiscutível os benefícios da revolução tecnológica na agropecuária, assim como a importância econômica deste setor para o Brasil. Entretanto, há questões sociais ligadas ao campo que merecem ser analisadas. Neste sentido, estudos sobre sucessão geracional no meio rural têm sido realizados e discutidos em várias partes do mundo, assim como no Brasil, indicando sua importância para as famílias e para o desenvolvimento rural dos países. Estes estudos buscam compreender os processos sucessórios, as razões e os fatores que levam os jovens a saírem ou permanecerem nas propriedades como sucessores.

A presente pesquisa tem como tema central a sucessão geracional em propriedades rurais na região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE¹) Alto Jacuí no Rio Grande do Sul. Utiliza-se como suporte teórico duas abordagens consagradas e validadas que são as Orientações de Valor de Ruth Gasson e os Meios de Vida de Frank Ellis.

Trata-se de duas teorias que individualmente já foram trabalhadas com a temática da sucessão geracional, no entanto em conjunto é novidade, sendo este o aspecto inovador da presente Tese. Na teoria dos Meios de Vida de Ellis utiliza-se os capitais e ativos para analisar “recursos” disponíveis para as famílias nas propriedades rurais. E nas Orientações de Valor de Gasson analisa-se a “decisão gerencial” do principal gestor à frente da propriedade. Foram analisadas propriedades rurais caracterizadas pelos agronegócios com e sem sucessão geracional, a partir do ponto de vista do atual principal gestor(a).

¹ 14 municípios fazem parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Alto Jacuí.

Abramovay et al., (1998) afirma que no sul do Brasil a garantia da sucessão nas gerações passadas ocorria, entre outros fatores, pela valorização da agricultura e do modo de vida no meio rural repassada aos filhos pelos pais. Para os filhos, a continuidade da profissão de agricultor era visualizada como uma obrigação moral, ou seja, a sucessão era muito mais do que herdar a terra, pois fazia parte de um compromisso dos filhos em cuidar dos pais na velhice. Porém perdeu-se esse caráter de acontecimento natural.

Os trabalhos de Spanevello (2008) e Boscardin e Conterato (2017) e Andreatta (2020), o primeiro desenvolvido nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana, e o segundo realizado no município de Frederico Westphalen e o terceiro em Condor, ambos no Rio Grande do Sul caracterizaram os agricultores e propriedades **sem sucessão**.

Segundo Spanevello (2008), o perfil ficou caracterizado por produtores em idade entre 50 e 70 anos, tem no máximo ensino fundamental, tem a agricultura como principal atividade e fonte de renda, estão instalados no meio rural há mais de 20 anos, as atividades administrativas feitas pelo pai e as agrícolas pelos homens e as da casa pelas mulheres, filhas estudam na cidade e filhos ajudam na propriedade, têm de um a seis filhos. A renda desses agricultores, na média, é de três salários mínimos (na época o salário era 380,00 reais). Apresentam uma percepção negativa da ocupação agrícola, considerando a agricultura uma profissão difícil e penosa. Não estimulam os filhos a seguir na atividade. Desejam que os filhos sigam os estudos e conquistem empregos urbanos. Pouca capacidade de investimento. O tamanho das propriedades varia de 16 a 63 hectares. A produção é diversificada: milho, soja, arroz, feijão, fumo e leite. Nível tecnológico e uso de maquinário é baixo.

No estudo de Boscardin e Conterato (2017), as propriedades rurais são caracterizadas por ser da agricultura familiar, são propriedades pequenas e seu tamanho varia até quatro módulos fiscais conforme a legislação. Consideraram agricultores familiares **sem sucessores** aqueles que, por distintas razões, não apresentam filhos ou filhas residindo na propriedade rural, os quais já estão encaminhados profissionalmente fora da atividade agrícola ou da propriedade familiar. Podem explorar economicamente a propriedade dos pais por meio de arrendamento, mas não os sucedendo na agricultura, pois exercem atividades laborais urbanas. Acredita-se que a obtenção de salário via aposentadoria dos pais, tira certa pressão dos filhos permanecerem na propriedade como sucessores. Uma das razões das filhas saírem da propriedade rural foi o casamento, e outro motivo, tanto para filhos quanto filhas, foi dar continuidade aos estudos ou busca por melhores oportunidades de trabalho e renda. Apesar da falta de condições materiais,

constatou-se um vínculo dos filhos com a propriedade relacionado a questões produtivas, uma vez que, mesmo residindo no meio urbano, os mesmos auxiliam os pais no cultivo de grãos (soja e milho). Ainda, constatou-se que os filhos auxiliam os pais com recursos financeiros, custeando reforma nas benfeitorias. Os pais gostariam de deixar suas terras como herança, continuidade da posse da terra, mas não gostariam que os filhos continuassem exercendo atividades agropecuárias. Eles têm um sentimento ambíguo, por um lado, gostariam que houvesse sucessão em suas propriedades, por outro lado, os pais demonstram sentimento de felicidade pelo fato dos filhos estarem trabalhando em atividades consideradas menos penosas, com possibilidade de férias, finais de semana, obtendo uma renda fixa mensal e construindo um futuro mais promissor no meio urbano, mesmo que isso signifique não retornar ao meio rural. Estas percepções residem nas próprias condições das propriedades, tais como área de terra reduzida e de difícil mecanização e falta de maquinários, relevo acentuado, com sistemas produtivos pouco rentáveis. Diante destes fatos, cabe dizer que não é apenas o progresso técnico que “desemprega”, conforme informa boa parte da literatura. A falta de tecnologia também é um fator que gera migração. Ou seja, as pessoas migram, porque observam possibilidades mais promissoras fora da agricultura. Ainda os pontos negativos da atividade agropecuária, especialmente porque não há dias “de folga”, como finais de semana e nem possibilidade de férias, especialmente para aqueles agricultores que desenvolvem a atividade leiteira, por exemplo, que requer cuidados diários. Sendo assim, os pais visualizam a atividade agrícola como uma profissão bastante sofrida, não desejando que seus filhos passem pela mesma situação enfrentada por eles (BOSCARDIN; CONTERATO, 2017).

Assim, Andreatta (2020), constatou que os produtores e propriedades rurais sem sucessão são caracterizados por serem de agricultores com muito tempo de atividade na propriedade (20 a 30 anos), de idade mais elevada do chefe da família (entre 50 e 70 anos), com o tamanho de propriedades menores, ou seja, propriedades rurais pequenas (entre 1 e 20 hectares). A principal atividade produtiva é a cultura da soja. Com renda média de três salários mínimos. Com escolaridade de ensino fundamental incompleto. De maneira conjunta, estes aspectos podem estar, em maior ou menor grau, dificultando as possibilidades de sucessão no meio rural analisado.

Portanto, a literatura evidencia que propriedades rurais pequenas têm menores chances de manter um sucessor, conforme descrito acima.

Os estudos de Moreira (2018), Moreira, Spanevello (2019), Boscardin et al., (2020), os dois primeiros realizados no município de Cruz Alta, o terceiro realizado na região Noroeste e Centro Oriental do Rio Grande do Sul, caracterizaram propriedades **com sucessão**.

Segundo Moreira (2018), Moreira, Spanevello (2019) as propriedades rurais têm um perfil de tamanho médio e grande porte, tendo como principal cultura econômica e produtiva a soja. Os pais mobilizam significativo portfólio de capitais e ativos para manter o sucessor ou com o objetivo de garantir a reprodução da mão de obra na propriedade. Estes são usados como estratégias mobilizadoras da sucessão. Dentre as estratégias, estão as ligadas ao motivacional relativo à propriedade rural (socialização do trabalho), moradias separadas (garantindo a individualidade dos jovens casais), estratégia de autonomia (decisões produtivas e renda – dividindo rendimento e até pagando salários), novos investimentos (arrendando mais terras, investindo em negócios da propriedade para o filho (ex.: atividade leiteira ou outros), fornecimento de estudo (pagando estudo), ocupação urbana (casa na cidade) e estratégia de doação de bens (doação de automóveis).

Por sua vez, o estudo de Boscardin et al. (2020) evidenciou que as propriedades localizadas na região Noroeste do estado possuem como característica áreas de terras maiores, desta forma, a agregação de renda ocorre conforme o aumento da área de terra plantada. Diferentemente das propriedades da região Centro Oriental, as quais dispõem de renda superiores em áreas de terras menores. Estas diferenças ocorrem pelas atividades produtivas desenvolvidas. As propriedades da região Centro Oriental dispõem de atividades que geram rendas mais regulares, mensal no caso do leite, bimestral no caso de aves e quadrimestral, no caso de suínos. Considerando as questões econômicas, produtivas e infra estruturais, as quais são consideradas importantes para o processo sucessório, destaca-se que os jovens, de acordo com as particularidades das atividades, usufruem de uma renda satisfatória, acesso a capital, tecnologias e equipamentos na propriedade.

Ressaltando ainda Boscardin et al. (2021), nas propriedades com sucessor, quanto aos arranjos ou modelos sucessórios ligados à permanência dos jovens nas propriedades, as questões relacionadas a moradia e trabalho dos sucessores, evidenciou-se quatro formas em seu estudo: 1) Residência em conjunto (mesma casa) na propriedade paterna, com atividades agrícolas e não agrícolas; 2) Residência separada (mas nas mesmas propriedades dos pais), com atividades agrícolas nas propriedades paternas; 3) Residência no meio urbano, com atividades agrícolas nas propriedades dos pais e 4) Residência na propriedade, junto com os pais e com atividades urbanas. Estas quatro formas de permanência encontradas nos resultados sugerem

que a sucessão geracional tradicional tem dado espaço para outros arranjos com derivações que incluem residir no rural ou no urbano, ter atividades relacionadas à agricultura e pecuária ou mesclar com atividades não agrícolas, ter autonomia no negócio familiar e na renda.

Segundo Mishra e El-Osta (2007), Kwanmuang (2011), Bednaříková, Bavorová e Ponkina (2016), quando os pais possuem propriedades rurais maiores, em áreas de terra e incentivam estudos ligados à atividade agropecuária (BEDNAŘÍKOVÁ, BAVOROVÁ, PONKINA, 2016), especialmente se tiverem filhos que trabalhem na propriedade rural, cria-se uma identidade (socialização para o trabalho agrícola) e tenham no planejamento a sucessão (KWANMUANG, 2011; FISCHER, BURTON, 2014), maiores as chances de efetivação da sucessão, pois propriedades rurais maiores aumentam as possibilidades de garantir uma renda satisfatória.

Parte-se do pressuposto que uma propriedade rural é uma empresa a céu aberto, e que a sucessão geracional, os capitais e ativos e as decisões dos produtores rurais, geram subsídios para manter mão de obra qualificada no campo, evitando a saída dos jovens do meio rural, e conseqüentemente, perda de capital inovador das propriedades.

Conforme Gasson e Errington (1993), a sucessão geracional é definida como a passagem da gestão, do negócio, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para as novas gerações, ou seja, transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio da família aos filhos sucessores ou à próxima geração. Isso significa dizer que é por meio da sucessão geracional que as propriedades e os descendentes asseguram a manutenção da população no meio rural, por meio da renovação da mão de obra e da produção agropecuária. E de fato, esta definição de sucessão geracional tem sido comumente utilizada na literatura por autores em diferentes países como por exemplo Errington (2002), em trabalho realizado na Inglaterra, França e Canadá, Spanevello (2008) na região central do Rio Grande do Sul e Weisheimer (2009), também no estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo das últimas décadas, o comportamento demográfico da população rural brasileira e gaúcha tem sido variável em números, apresentando um decréscimo devido à migração juvenil e queda da taxa de fecundidade das mulheres, além do envelhecimento somado ao aumento da expectativa de vida (SPANVELLO; MOREIRA; BOSCARDIN, 2019). Conforme o Censo de 1991, a população que residia no meio rural brasileiro era de aproximadamente 36 milhões de pessoas, diminuindo para aproximadamente 30 milhões em 2010. No caso do estado do Rio Grande do Sul, o cenário não é distinto. De acordo com dados do Censo Populacional de 1991, a população rural perfazia um total de aproximadamente 2,1

milhões de pessoas, reduzindo para aproximadamente 1,5 milhões em 2010, havendo um decréscimo em torno de 25%. De acordo com dados do IBGE, em 1991, residiam no meio rural brasileiro aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos) (IBGE considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos), reduzindo para aproximadamente 5 milhões em 2010, refletindo em uma redução de quase 27%. No estado, de um total de aproximadamente 380 mil jovens em 1991, o número baixou para 232 mil em 2010, representando uma redução de aproximadamente 39%. Por outro lado, simultaneamente à diminuição da população jovem houve um acréscimo no percentual da população idosa (acima de 60 anos) (IBGE, considera idosos pessoas com 60 anos ou mais) residente no meio rural. No caso brasileiro, de acordo com dados do IBGE, em 1991 a população idosa perfazia um total de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas, aumentando para aproximadamente 3,3 milhões em 2010. Em relação à população idosa estadual, o acréscimo foi de aproximadamente 20%, tendo em vista que de aproximadamente 217 mil pessoas, houve um aumento para 270 mil.

Logo, a partir dos dados dos censos agropecuários justifica-se a necessidade de mais estudos no tema. Associado à diminuição da população rural está o número de produtores rurais jovens. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, produtores rurais jovens (idade entre 25 e 35 anos) somam atualmente 9,5% do total dos produtores brasileiros, enquanto no Censo Agropecuário de 2006 representavam 13,5%. Por outro lado, o número de produtores rurais brasileiros idosos (com 60 anos ou mais) representa 21,4% dos moradores de áreas rurais, sendo que em 2006, quando foi realizado o último levantamento, representavam 17,52%. No caso do Rio Grande do Sul, o número de produtores rurais com 65 anos ou mais atuando no campo aumentou de 17,5% em 2006 para 23,1% no Censo Agropecuário de 2017. O percentual dos produtores com menos de 25 anos é de 1,2%, menos do que o registrado em 2006, 1,9%.

Estes dados corroboram com estudos consagrados como os de Abramovay (1998) e Camarano e Abramovay (1998) relacionados ao êxodo rural e que já mostravam as tendências do meio rural brasileiro em apresentar processos sociais como o envelhecimento (quando saem os filhos e ficam apenas os pais) e a masculinização (quando saem mais as moças e permanecem mais os rapazes, os quais apresentam dificuldades em constituir novas famílias) do campo devido à saída expressiva dos filhos de agricultores do campo, a exemplo do que aconteceu em países europeus como a França ainda na década de 1960. Reforça-se que efeitos da saída das novas gerações do campo, especialmente das propriedades rurais, têm impactos diversos. Além dos citados como, a permanência dos pais com idade avançada (envelhecimento) e a masculinização do campo, a redução da mão de obra jovem nas atividades agropecuárias, a

possibilidade de venda ou arrendamento das propriedades e a perda do capital inovador (FROEHLICH et al., 2011; SPANEVELLO et al., 2017; DE MERA; NETO, 2014).

Em resumo geral, são citados alguns fatores tidos como obstáculos à sucessão² : a falta de estrutura produtiva e financeira (renda insatisfatória) das propriedades, o que implica em restrições quanto à mecanização da produção, na possibilidade de pagamento de mão de obra, na compra de novas áreas para os filhos, na limitação de buscar crédito agrícola, dependência climática e de preços, entre outros. Ainda, a falta de autonomia dos filhos no trabalho e na gestão da produção agropecuária (gestão sob o comando do pai, não incluindo os filhos como gestores ou tomadores de decisão e não remunerando seu trabalho), ausência do reconhecimento do trabalho feminino, excluindo-as do processo sucessório, agravando a migração feminina gerando, como consequência, a masculinização no campo (muitos jovens do sexo masculino também migram em razão das dificuldades de formação de novas famílias) e o envelhecimento. Outro aspecto está relacionado com o discurso negativo dos pais sobre a agricultura e sobre o modo de vida no meio rural incentivando a busca por estudo, a busca por empregos urbanos e a consequente saída da propriedade rural, o envelhecimento no campo (mão de obra, saída dos jovens, ficando os pais), penosidade do trabalho e falta de políticas públicas adequadas ao setor.

A partir destes estudos clássicos, outros trabalhos avançaram no sentido de apontar os fatores motivacionais da continuidade ou saída dos jovens das propriedades rurais e concluíram que essa permanência, e até mesmo a sucessão geracional, são dependentes de diversos fatores. Outros trabalhos como de Woortmann (1995) e dos autores Spanevello et al. (2014) reforçam que a sucessão não é um processo natural como nas gerações passadas. Para garantir um sucessor, segundo Woortmann (1995) é preciso cativá-lo. Para Spanevello et al. (2014) as formas de cativar um sucessor podem ser variadas e diversas, incluindo bens materiais e simbólicos.

O estudo de Moreira et al. (2020) corrobora e assinala que a sucessão geracional perde o caráter de acontecimento natural, como era nas gerações passadas, quando os filhos permaneciam na propriedade por obrigação moral, pelo amor à terra e para manter a

² Ver: Gasson; Errington, (1993); Potter; Lobley (1992); Potter e Lobley (1996 a,b); Ward e Lowe (1994); Lobley (2010); Sottomayor et al. (2011); Glauben (2009); Fischer e Burton (2014); Grubbström e Sooväli-Sepping (2012); Kerbler (2012); Cavicchioli et al. (2015); Cavicchioli; Bertoni e Pretolani (2018); Milone e Ventura (2019); Uchoa et al. (2007); Bertolozzi-Caredio (2020); Lobley, Baker e Whitehead (2010); Mishra e El-Osta, (2007); Mishra, El-Osta e Shaik (2010); Butler (2020); Wheeller et al. (2012); Kwanmuang (2011); Borges e Binotto (2018); Mendonça et al. (2013); Silva et al. (2011); Kischener (2015); Perondi (2016); Silvestro et al. (2001); Mello et al. (2003); Stropasolas (2004); Savian (2011); Carneiro (2001); Siqueira (2004); Anjos, Caldas e Costa (2006), Costa (2006), Spanevello (2008), Weisheimer (2009) e Spanevello et al. (2011).

coletividade da família e a reprodução do patrimônio ao longo das gerações. Hoje, os pais demonstram que é preciso motivar a sucessão entre os filhos (MOREIRA, 2018; MOREIRA et al., 2020).

Neste sentido, é possível verificar entre os jovens o maior acesso ao estudo, seja em cursos técnicos ou superiores, acesso aos bens de consumo e comunicação (em especial internet) semelhante à população urbana e novas oportunidades de renda por meio do empreendedorismo podem influenciar a decisão do jovem pela sucessão (BOSCARDIN et al., 2021). Formando essa “Nova geração de jovens agricultores” que, segundo Milone e Ventura (2019), tem como foco o empreendedorismo e a inovação na propriedade rural, com sucesso na gestão no negócio, tratando a propriedade como uma empresa.

Apesar da importância dos estudos destacados acima, realizados em distintas realidades geográficas, sociais, produtivas e econômicas, a presente tese tem como foco tratar do tema da sucessão geracional em propriedades rurais visando ampliar os estudos sobre os processos sucessórios para além de compreender os fatores motivacionais de ficar ou sair do campo, a partir de uma abordagem diversificada aliando dois constructos consolidados na literatura, ambos já testados na temática da sucessão geracional individualmente, mas não em conjunto em um só estudo. Assim, a abordagem proposta leva em consideração os meios de vida de Frank Ellis e as orientações de valor nas decisões de Ruth Gasson.

Incorporando essas duas teorias julga-se que o presente estudo representa um avanço nas pesquisas relacionadas à sucessão geracional no meio rural. Com a abordagem dos meios de vida de Ellis direciona-se um olhar para a diversidade de estratégias de reprodução que um grupo familiar rural pode adotar a fim de garantir a sua sobrevivência e os diferentes capitais e ativos que podem vir a ser mobilizados para reagir a diferentes situações, visando significativas melhorias nas condições de vida destas famílias. Desta teoria pretende-se utilizar apenas os capitais e ativos como forma de recursos disponíveis nas propriedades rurais. Destaca-se que os capitais que Ellis utiliza em seu constructo são: capital financeiro, capital social, capital natural, capital físico e capital humano, que são distribuídos em ativos pertencentes a estes que podem ser mobilizados pelos produtores rurais ou suas famílias. Associa-se à teoria dos “meios de vida” de Ellis (2000) a teoria das “orientações de valor” de Gasson (1973), onde aborda-se a temática dos objetivos e valores pessoais para a tomada de decisão dos produtores rurais. Ruth Gasson visa compreender e explorar o tema da motivação dos agricultores, para descobrir o que realmente desejam de sua ocupação.

Segundo Gasson (1973), no meio rural, os estudos comprovam que o processo de tomada de decisão do produtor rural é complexo e, quase sempre, marcado por múltiplos objetivos. Estes, podem não ser de natureza econômica, mas sim objetivos pessoais, metas, comportamentos, atitudes e necessidades da família. Todos estes fatores exercem influência sobre a tomada de decisão dos produtores. A partir dessa constatação Gasson (1973) demonstra que existem quatro tipos de orientações norteadoras no processo de tomada de decisão dos agropecuaristas, como orientação instrumental, social, expressiva e intrínseca. Portanto, mesmo os agropecuaristas obtendo desempenhos diferentes em suas propriedades rurais, as razões variam e podem estar relacionadas a orientações diversas como: a maximização de lucros, expansão do negócio, prestígio social, tradição familiar, sentir-se proprietário, satisfação pelo trabalho e por sua classe, independência em suas decisões entre outros. Visto que estas orientações podem demonstrar o perfil dos produtores rurais quanto a sua tomada de decisões.

Considerando o exposto, compreende-se que a partir das orientações de valor e dos capitais e ativos conseguir-se-á obter um perfil dos produtores rurais com e sem sucessão geracional na região de estudo e ampliar o arcabouço teórico sobre a temática, contribuindo com os meios de análise para o desenvolvimento de políticas públicas para este público.

Tomando por base esse cenário, seguem (item 1.1) as questões de pesquisa sugeridas.

1.1 QUESTÕES DE PESQUISA

- Quais orientações de valor estão presentes nos produtores rurais³ com e sem sucessão geracional?

- Quais capitais e ativos estão sendo mobilizados pelos produtores rurais para garantir a sucessão geracional?

- As orientações de valor de Gasson e os capitais e ativos de Ellis podem ajudar a compreender o processo de sucessão geracional entre produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ?

³ As fontes de dados são os “Produtores Rurais” no caso os “pais” com e sem sucessão geracional.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a influência dos capitais e ativos e das orientações de valor na sucessão geracional no campo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as propriedades rurais com base em seus capitais e ativos disponíveis;
- Analisar, com base nas orientações de valor, quais aspectos são mais valorizados pelos produtores rurais com e sem sucessor;
- Analisar, a partir dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ, quais fatores consideram importante para manter um sucessor na propriedade rural;
- Analisar, a partir das orientações de valor e capitais e ativos, o que tem sido mobilizado pelos pais para garantir a sucessão.

1.2.3 Justificativa

Ao longo das duas últimas décadas um conjunto de distintos estudos⁴ retrataram a saída ou permanência dos jovens no campo, abarcados pelo amplo tema da sucessão geracional. No entanto, este estudo busca, com o suporte de duas teorias já testadas individualmente na temática da sucessão geracional, estabelecer uma nova forma de analisar a dinâmica atual de como ocorre a sucessão em propriedades rurais. Ou seja, pensar a sucessão por este prisma é o aspecto inovador que tem o presente estudo. Uma teoria tem como pano de fundo a tomada de decisão de produtores rurais e a outra as estratégias e recursos para a sobrevivência familiar.

Outro aspecto inovador é estudar todas as classes sociais de produtores rurais a partir dos capitais e ativos de Ellis, uma teoria desenvolvida para estudar as populações rurais carentes.

O desenvolvimento desse estudo proporciona contribuição ao arcabouço de conhecimentos do tema pelos estudantes e gera subsídios para o aprimoramento dessa temática. Adicionalmente, deseja-se contribuir com trabalhos e ações que possam gerar meios que

⁴ Entre alguns estudos, vale mencionar os trabalhos de Gasson; Errington (1993); Abramovay (1998); Camarano; Abramovay (1998); Silvestro et al. (2001); Brumer (2007); Spanevello (2008); Weisheimer (2009); De Mera (2011); Kischener (2015).

facilitem a permanência das novas gerações no campo quando for do interesse do jovem, sob a perspectiva da sucessão geracional.

Considera-se a propriedade rural como uma empresa a céu aberto. Segundo Andrade (2010) a compreensão da propriedade rural como organização (empresa), caracterizada como um sistema aberto que utiliza informações de acordo com a racionalidade limitada do decisor referenciada por Simon (1970), que atenta para a existência de múltiplos fatores influenciando o processo decisório, permite uma melhor compreensão da dinâmica de gestão deste tipo de organização. O estudo de Gasson (1973) sobre o processo decisório implica em uma continuidade ao trabalho de Simon e um avanço, onde desenvolveu-se uma linha de estudos para área rural, sendo até hoje difundida. No processo decisório, Simon (1970) refere-se aos aspectos comportamentais das organizações, já no de Gasson (1973) detectou-se os aspectos sociais e comportamentais dos decisores rurais.

Logo, analisar o processo decisório presume estudar o comportamento dos indivíduos diante das escolhas, do ambiente psicológico, da dinâmica do produtor e sua família, bem como os efeitos das decisões tomadas no grupo e nas demais organizações (ANDRADE, 2010). Portanto, o processo de gestão do produtor rural envolve a definição de metas e objetivos e deve ser desenvolvido em consenso com a participação dos membros familiares, para que tenha equilíbrio e atenda as expectativas de todos, com estreita conexão entre o sistema de produção (propriedade rural) e a família (ANDRADE, 2010). E o planejamento sucessório deve estar presente no planejamento da empresa rural, em suas metas e objetivos.

Entende-se que este estudo possa contribuir para se pensar ações e políticas públicas para a reprodução socioeconômica do agronegócio e do desenvolvimento rural como um todo.

Assim, o estudo justifica-se por contribuir com elementos das escolhas e ações por parte dos pais com e sem sucessores, na medida em que suas estratégias podem ser subsidiadas e estimuladas por ações, políticas e programas públicos (de nível municipal, estadual ou nacional) de incentivo à permanência do jovem rural no campo, de acordo com as características de cada grupo.

E justificando a escolha pelo COREDE ALTO JACUÍ, como local deste estudo, e sim, é pelo fato de o pesquisador estar inserido na região de estudo, gosto pessoal, e pela diversidade econômica, produtiva, social e cultural da região, onde os municípios vivem em torno dos agronegócios. Todos os setores econômicos (indústria, comércio e agropecuária) estão, direta ou indiretamente, ligados ao agro. Neste local identifica-se uma diversidade de propriedades de todos os tamanhos e nomenclaturas, e o tema da sucessão geracional surge como atual e com

relevância e importância neste cenário. As pesquisas, como podem ser vistas no referencial teórico, demonstram alguns estudos isolados por municípios desta região. A presente Tese inova, abrangendo toda a região do COREDE ALTO JACUÍ.

2 BASES DO REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico compreende a apresentação dos principais conceitos que norteiam o problema e os objetivos deste estudo. O primeiro item versa sobre as dimensões conceituais da sucessão geracional com base no que foi proposto por Ruth Gasson e Andrew Errington (1993), o segundo item trata sobre os meios de vida de Frank Ellis e o terceiro item versa sobre as orientações de valor de Ruth Gasson.

2.1 SUCESSÃO GERACIONAL

O livro “*The farm family business*” de Ruth Gasson e Andrew Errington de 1993, uma das fontes inspiradoras dessa Tese, foi um estudo realizado com agricultores do Reino Unido, e despertou o interesse pela temática da sucessão geracional em propriedades rurais.

Conforme Gasson e Errington (1993) a reprodução social dos agricultores acontece por meio de três processos distintos, mas inter-relacionados, conhecidos como herança⁵, sucessão e aposentadoria. A herança refere-se à transferência legal da propriedade e dos ativos do negócio (incluindo terra e cota), e a aposentadoria é a retirada do atual gerente do controle gerencial do ativo ou do envolvimento em trabalho manual na propriedade rural.

A sucessão é definida como a passagem da gestão, do negócio, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para as novas gerações, ou seja, transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio da família aos filhos sucessores ou à próxima geração (GASSON; ERRINGTON, 1993). Isso significa dizer que, é por meio da sucessão geracional que as propriedades e os descendentes asseguram a manutenção da população no meio rural, por meio da renovação da mão de obra e da produção agropecuária.

A sucessão geracional pode ser vista como um dos principais elementos quando se refere à reprodução da mão de obra em propriedades. Segundo Gasson e Errington (1993) os filhos assumem o lugar dos pais como agropecuaristas realizando as atividades, ou seja, renovando a mão de obra, uma vez que com o avanço da idade dos pais, torna-se necessário incorporar nova força de trabalho na propriedade.

A literatura sobre sucessão nas atividades agropecuárias é baseada em dois aspectos centrais: “1) A sucessão é fundamentalmente um processo com diferentes fases/estágios; 2) A

⁵ Ver VADE MECUM (2018): os processos referentes à herança são definidos legalmente pelo Código Civil brasileiro. Pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, têm direito à herança todos os filhos legítimos e testamentários.

sucessão é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas dos estabelecimentos” (SPANVELLO, 2008, p. 44).

A sucessão é fomentada desde muito cedo por meio de um processo denominado socialização para o trabalho em que muitos filhos e filhas apreendem o ofício ajudando os pais nas atividades da propriedade rural da família, e vão assumindo a responsabilidade sobre a propriedade até conquistarem a gestão plena (SPANVELLO; LAGO, 2007).

Segundo Kiyota e Perondi (2014), a socialização no trabalho pode ser bem-sucedida e muito benéfica para a propriedade rural. Como o sucessor geralmente é filho do gestor, além dos bens tangíveis (físicos), são transferidos bens intangíveis, como o conhecimento tácito adquirido por meio da convivência durante as atividades cotidianas do gestor, que repassa o conhecimento explícito. Isso pode minimizar os problemas oriundos da troca repentina de gestores de determinado empreendimento, pois o sucessor não precisará de um período para conhecer a atividade, a propriedade em si e os valores da família e, a partir disso, pode manter ou transformar a estratégia de gestão (KIYOTA; PERONDI, 2014).

Na realidade, em nenhum outro setor a interdependência entre a família e a empresa é tão forte como na agricultura (GASSON et al., 1988). Ou seja, uma nova geração de agricultores, segundo Gasson e Errington, (1993, p. 217) é formada por diferentes “estágios divididos em socialização, aprendizado técnico, parceria e o controle pelo gestor”, que são descritos no quadro 1.

Os estágios identificados abaixo se concentram nas mudanças de responsabilidades do sucessor, assim como as mudanças recíprocas do pai. A aposentadoria agora é cada vez mais considerada como a transição para um novo papel do pai. Em algumas áreas de decisão, como a compra de máquinas, os filhos, futuros sucessores, podem “gradualmente” fornecer informações e conselhos para o julgamento na tomada de decisão do pai. Esse processo pode se inverter na sucessão do negócio da família e associar a propriedade rural cada vez mais à reversão de papéis, de modo que o pai agora se torne o conselheiro de seu filho na tomada de decisão. O gerente mais antigo passa ter um novo papel de aconselhar e ensinar em vez de controlar e dominar (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Nesta Tese as fases da formação do sucessor estão descritas a título de curiosidade, ou seja, tentando exemplificar como se forma o sucessor no meio rural, como fonte de conhecimento e aprofundamento na temática estudada.

Quadro 1 - Estágios para formação de um sucessor nas propriedades rurais segundo Gasson e Errington (1993)

Fases/estágios	Descrição
Socialização	Se estende desde o nascimento dos filhos até a fase de realização do trabalho na propriedade em tempo integral. Os filhos desenvolvem sua personalidade e atitudes em relação à vida familiar e agrícola e, como resultado, podem aprender/desenvolver muitas das habilidades básicas do trabalho da propriedade.
Aprendizado técnico	Este estágio é marcado pelo envolvimento dos filhos no trabalho da propriedade como mão de obra e também na gestão. É o estágio que marca o início do envolvimento dos filhos não apenas no trabalho, mas também na gestão, embora seu papel como gestor fique limitado a um percentual que gira em torno de 30 a 40% das atividades, tendo em vista que o pai ainda possui grande participação nas decisões das propriedades, pois neste estágio possui em média 50 anos ou menos. As atividades dos filhos como gestores envolvem o trabalho geral da propriedade rural, o planejamento do dia a dia, a supervisão do pessoal e a ajuda com máquinas e equipamentos.
Parceria	É um estágio dividido em dois momentos: 1) começa quando o pai tem por volta de 50 anos, período em que os filhos estão cada vez mais envolvidos em decisões técnicas de gestão, particularmente relacionadas aos tratamentos de culturas, estoque e ao planejamento de projetos de longo prazo; 2) começa quando o pai tem em torno de 60 anos, período em que os filhos assumem mais responsabilidade pelo pessoal, planejamento de culturas e sobre o saldo da propriedade. Neste estágio, até 65% das responsabilidades gerenciais são assumidos pelos filhos.
Controle pelo gestor	Este estágio é marcado pela passagem do controle da propriedade para o filho (novo gestor). Aqui o filho está cada vez mais envolvido nos negócios da propriedade, gerenciando e tocando a produção agropecuária. Trata-se de um processo natural de envolvimento dos filhos tendo em vista a idade e a saúde do pai que tende a diminuir no final dos 60 anos. No entanto, como reforçam os autores, a transferência final se dá pelas condições de saúde e pela idade de aposentadoria do pai.

Fonte: Gasson e Errington (1993).

Para Gasson et al. (1988, p. 23) “é extremamente importante o treinamento que os pais passam aos futuros gestores, pois o negócio agrícola em que pais e filhos formam uma equipe de mão de obra e de gestão é essencial para manter a coletividade na unidade familiar”. Então, volta-se a reforçar que, na realidade, em nenhum outro setor a interdependência entre a família e empresa é tão forte como na agropecuária (GASSON et al., 1988).

Na sucessão geracional, a família é analisada como uma unidade neste processo, e é observada a partir da posição dos jovens, como possíveis sucessores, e dos pais, como aqueles que seriam sucedidos. Entre os jovens sucessores, é importante a discriminação entre os gêneros, pois o processo ocorre de forma diferenciada entre homens e mulheres (KIYOTA; PERONDI, 2014). Geralmente o filho homem tem prioridade no processo de sucessão, e a mulher busca novas oportunidades de vida, optando pela migração para centros urbanos, sendo o acesso à educação um dos motivadores principais. Os padrões culturais do passado, baseados na tradição da preferência de sucessão para o filho homem mais novo ou mais velho, buscavam a indivisibilidade do patrimônio (não dividir o patrimônio ou herança), considerando o projeto

de reprodução social da família em detrimento dos projetos dos filhos (KIYOTA; PERONDI, 2014).

Entende-se que para permanência dos sucessores nas atividades agropecuárias há um elo de dependência das condições internas familiares, econômicas e sociais. Segundo Gasson e Errington (1993), três fatores são considerados importantes para que ocorra a sucessão nas propriedades rurais: as características das famílias, a condição econômica da propriedade rural e a inserção na economia de escala. Por outro lado, na percepção dos mesmos autores, “há três razões para os filhos não seguirem a ocupação dos pais: 1) Propriedade pequena ou com dificuldade de viabilidade econômica; 2) Redução da probabilidade da herança; 3) Possibilidade de os filhos ficarem expostos ao trabalho não agrícola” (SPANVELLO, 2008, p. 59).

A estes fatores, Gasson et al. (1988) acrescentam: a idade do agricultor, o valor do pai dado a ele mesmo em ficar no controle, a sua percepção sobre a capacidade do filho, tamanho da propriedade, o casamento do filho, a saúde do pai, a aposentadoria e os processos de herança como importantes para garantir ou não a sucessão nas propriedades.

Na literatura são citados vários fatores que influenciam o processo de sucessão geracional em propriedades rurais não só do Rio Grande do Sul, Brasil, mas como em diversas partes do mundo, com destaque para América do Norte e Europa. Estes estudos estão discutidos no decorrer do referencial.

No entanto, Gasson e Errington (1993) referem-se a algumas características observadas em seus estudos no Reino Unido, onde cada agricultor e sua propriedade rural possuem características próprias. Na forma como os pais conduzem este processo de passagem, suas ações e estratégias de envolvimento dos filhos (sucessores) e definem quatro modelos de sucessão geracional. Estes diferenciam-se a partir das questões de autonomia e tomada de decisão dos filhos em relação aos pais quanto aos negócios da propriedade, independência dos filhos quanto à moradia, posse e uso da terra, divisão da renda ou individualização da mesma, tamanho de propriedade, cultura familiar e questões culturais relacionadas à região em que a família e a propriedade estão inseridas, entre outros fatores.

Na Região Sul do Brasil a sucessão geracional é conhecida como sucessão tardia. Segundo Abramovay et al. (1998) e Spanevello (2008), este modelo tem como principal característica o encaminhamento e a divisão do patrimônio sendo um processo prolongado. Segundo Abramovay et al. (1998), o processo sucessório na agricultura é articulado sobre a figura do homem, e é marcado pelo poder paterno, que determina o momento e a forma da

passagem das responsabilidades sobre a gestão da propriedade rural para próxima geração. Esta transição leva mais em conta a capacidade e disponibilidade de trabalho do pai, do que as necessidades do sucessor ou exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da propriedade (ABRAMOVAY et al., 1998).

A ocorrência da sucessão geracional depende das combinações e particularidades individuais das famílias e dos filhos, também da região geográfica e a época, e é provável que o ambiente econômico (diversificação produtiva, tamanho da área) também favoreça ou defina as oportunidades ou restrições à sucessão nas propriedades rurais (GASSON; ERRINGTON, 1993; SPANEVELLO, 2008, 2014; WEISHEIMER, 2009). Estes exemplos citados, segundo reforçam os autores, são derivados de estudos empíricos de sucessão em propriedades rurais em tempos e lugares diferentes. Parece haver duas distinções fundamentais em todos esses exemplos: o primeiro relacionado à quantidade de responsabilidade exercida pelo sucessor na tomada de decisões na propriedade rural familiar e o segundo se refere a até que ponto ele é capaz de administrar uma empresa autônoma.

Para corroborar com essas afirmações foram realizadas várias pesquisas, visando compreender a sucessão geracional e os fatores que afetam esse processo. Destacam-se as publicações na Europa, principalmente no Reino Unido, na América do Norte nos Estados Unidos, na Oceania na Austrália, na Ásia e América do Sul, principalmente Brasil. Destacam-se os autores do Reino Unido, principalmente os trabalhos de Matt Loble e Clive Potter, sendo estes os que mais publicam sobre a temática da sucessão rural. Outros estudos destacados são os de Rob J.F. Burton, Heike Fischer, Ruth Gasson e, nos Estados Unidos, conduzidos por Ashok K. Mishra e Hisham S. El-Osta. Trata-se de trabalhos que emergiram de pesquisas na literatura, especialmente nas bases de dados *Web of Science* e Scopus, e a seguir serão apresentados alguns desses estudos desenvolvidos sobre o tema da sucessão geracional em propriedades rurais. O objetivo foi compreender a temática, contextualizar, diagnosticar e destacar alguns fatores que têm influenciado a sucessão geracional em diferentes partes do mundo.

Inicia-se com trabalhos desenvolvidos na Europa. No Reino Unido o estudo de Potter e Loble (1992), preocupa-se com o envelhecimento dos produtores rurais e o impacto sobre a tomada de decisão, abordando também as questões relacionadas a aposentadoria e herança. O seu estudo tem como objetivo específico examinar o uso da terra e as decisões de gestão da terra tomadas por agricultores idosos, comparando-os com agricultores em outras fases do ciclo de vida e focando em quaisquer diferenças entre propriedades com sucessor e sem sucessor.

Outro objetivo foi avaliar o potencial papel dos idosos como agricultores e como gestores rurais sendo possíveis alvos para o governo por meio de fundos de preservação ambiental e conservação financiados, olhando para a sua vontade e capacidade de inscrever terras e propriedades rurais nesses esquemas. O trabalho foi realizado em 165 fazendas na Inglaterra e País de Gales. Os resultados da pesquisa sugerem que os agricultores idosos sem sucessores não têm incentivo e motivação para continuar expandindo o negócio, acarretando menos intensificação na produção, diminuindo área de cultivo, com uma gestão empresarial simples, porém acumulando capital na velhice. Evidencia-se ainda, que agricultores sem sucessor tendem a não investir em capital e tendem a arrendar e vender suas terras (POTTER; LOBLEY, 1992).

Em Potter e Loblely (1996 a,b) destaca-se que a identificação de um sucessor é importante para o ciclo familiar na propriedade rural e para o futuro da propriedade rural e está intimamente ligada com viabilidade e expansão do negócio. Outra constatação é que não se deve postergar o processo de sucessão para o momento da aposentadoria ou possível morte do patriarca, pois, quando assim ocorre, a tendência é que os herdeiros vendam a propriedade.

O primeiro estudo (1996a), realizado na Grã-Bretanha, é uma iniciativa do governo para examinar a mudança de paisagem agrícola e uso da terra, relacionada a extensão física e mudanças ambientais no campo britânico. Realizando 784 entrevistas em 169 praças ou áreas rurais, com todos os tipos e tamanhos de fazendas, com o objetivo de examinar a conexão entre os negócios agrícolas e a mudança de paisagem e cobertura de solo no meio rural. A análise de dados da pesquisa apoia-se na premissa de que, ter um sucessor na propriedade, seja um bom indicador na trajetória da propriedade rural. Os agricultores que buscam desenvolvimento, tecnologia e inovação são os mais jovens. O desenvolvimento sustentado e a expansão da fazenda por longos períodos é fortemente associada a explorações nas quais a sucessão está a ser planejada e preparada, nas quais o “efeito sangue novo” é conseqüentemente menos pronunciado, mas um “efeito de sucessão” ainda muito forte. Em fazendas geridas por operadores idosos, que não têm incentivo ou oportunidade para continuar desenvolvendo a propriedade, os sucessores são mais propensos a se desvincularem ou se retirarem da agricultura em tempo integral (POTTER; LOBLEY, 1996a).

Em Potter e Loblely (1996b), estudo realizado na Grã- Bretanha com 504 famílias, tem como objetivo descrever o padrão de sucessão e avaliar a força da associação entre o status de sucessão e a mudança na gestão. Os autores enquadraram os entrevistados em uma das cinco categorias a seguir:

1. Sucessor na fazenda: o sucessor com 18 anos ou mais, foi identificado e atua na propriedade;
2. Sucessor não está na fazenda: o sucessor com 18 anos ou mais existe, mas atualmente não está trabalhando na propriedade;
3. Sucessão incerta: existem sucessores potenciais, mas não está claro se eles estão trabalhando na fazenda em tempo integral, desejam/podem se tornar agricultores;
4. Muito cedo: o agricultor ainda não tem filhos ou os filhos são menores de 18 anos;
5. Sucessão excluída: o agricultor não espera entregar a exploração ou a atividade agrícola a um sucessor.

Com base nessa classificação os resultados mostram que apenas 29% das propriedades tem um sucessor identificado, o que é a soma das categorias 1 e 2. E na categoria 3, sucessão incerta 22%. A pesquisa identificou elevado número de propriedades rurais de aposentados e agricultores idosos, com baixa capacidade de financiar sua aposentadoria e transmissão de patrimônio aos herdeiros. São resultado de uma decisão consciente tomada por perspectivas econômicas por excluir a sucessão em uma fase precoce do ciclo familiar. Isso levará à venda ou arrendamento da propriedade em caso de morte do agricultor, sem previsão de mudanças estruturais futuras.

O estudo de Ward e Lowe (1994), realizado no sudoeste da Inglaterra, em Devon, trata as questões relacionadas aos valores ambientais em famílias com sucessão, políticas públicas regulatórias, retorno econômico, mudanças sociais e a preocupação com o futuro da propriedade em relação a esses valores pelas novas gerações e sobre preocupações ambientais. O estudo tem como objetivo examinar uma série de novas influências que vêm afetando a prática agrícola e a consciência ambiental e as implicações que estes valores têm para a agricultura, e para a sucessão familiar. Os resultados mostram que os agricultores identificam a “poluição” (chorume) como um grande problema e consideram uma “boa” agricultura aquela que não polui. E costumam dizer que um de seus principais objetivos é passar sua fazenda para a próxima geração em uma "condição melhor" do que quando eles assumiram. Neste sentido “melhoria” está, portanto, muitas vezes intimamente ligada a noções de continuidade e sucessão familiar. No entanto, o sentimento esconde duas noções diferentes de conservação: uma produtivista, preocupada com o capital físico; e a outra ambientalista, preocupada com o capital natural. Assim, para alguns agricultores, "melhor condição" significa que a fazenda está mais produtiva, economicamente viável ou mais fácil de trabalhar. Para os produtores de leite, isso geralmente significa que a estrutura, edifícios e equipamentos são modernos e bem

conservados. Esta sensação de uma propriedade ser melhor sendo uma propriedade mais produtiva é dominante entre os agricultores com planejamento da sucessão (WARD; LOWE, 1994).

O artigo de Lobley (2010), trata a questão da importância da sucessão, argumentando que a Inglaterra sofre uma crise sucessória, no qual o autor faz um comparativo dos Estados Unidos (EUA), e entre os países, Alemanha, Áustria, Canadá, Inglaterra, Japão, Polônia, Suíça e Austrália. Destes, destaca-se apenas a Alemanha, com uma taxa acima de 50% em relação ao processo de sucessão. E, refere que a sucessão ainda permanece como uma situação herdada. Ou seja, sem a preparação do sucessor para assumir a propriedade, sendo um problema internacional. O trabalho tem como objetivo comparar taxas e padrões de sucessão na Inglaterra e em vários outros países. E conclui que a sucessão intergeracional continua a ser a principal via de entrada na agricultura da Inglaterra. E um número pequeno de famílias agrícolas estabelecidas continua a transmitir, através das gerações, suas propriedades e a ocupação agrícola. Embora a agricultura britânica enfrente uma crise de sucessão, em comparação com outros países, indicam que a taxa de sucessão na Inglaterra compara-se favoravelmente a vários outros países e é muito mais alta do que em vários estados dos EUA.

Em uma pesquisa feita com produtores rurais da Alemanha, Reino Unido e Portugal, Sottomayor et al. (2011), verificando as atitudes e probabilidades de sucessão geracional sobre o encaminhamento do patrimônio, obtiveram como resultado que a probabilidade de haver sucessão está ligada ao planejamento de vida dos agricultores ativos, principalmente naqueles que têm intenção em adotar novas atividades, diversificar produção e com intenção de intensificar a produção. Na pesquisa foram entrevistados 13.516 agricultores, com 4.600 respostas válidas, e os dados categóricos analisados em sua maioria em escala Likert. O estudo tinha como objetivo verificar se a probabilidade de ter um sucessor identificado poderia influenciar as atitudes e o comportamento dos agricultores em relação à sua situação futura. E como resultado unânime, nos três países, os dados demonstraram que a ausência, ou a improbabilidade de ter um sucessor, tornava mais provável que os agricultores decidissem abandonar ou deixar algumas de suas terras agrícolas ociosas no futuro.

Segundo Glauben (2009), em um estudo no norte da Alemanha, em propriedades maiores, com atividades mais lucrativas e rentáveis é maior a probabilidade de manter o sucessor. Foram analisadas 233 fazendas familiares. O trabalho tinha como objetivo analisar os determinantes da probabilidade de sucessão e o momento da sucessão. O autor constatou que uma educação não agrícola do atual gerente ou do sucessor atrasa a sucessão. E no caso de a

família decidir interromper as atividades agrícolas, a educação não agrícola do proprietário atrasa o fechamento da fazenda. O fechamento ocorre mais cedo se o gerente for capaz de arrendar a terra em processo de aposentadoria.

Na Escócia, Fischer e Burton (2014) referem-se a uma nova perspectiva baseada nos ciclos endógenos de sucessão, que são baseados na formação da identidade do sucessor e estrutura da propriedade rural. Neste estudo foram analisadas 22 famílias, feitas 59 entrevistas com 72 membros das famílias, com base em um estudo de caso único, uma experiência sucessória bem-sucedida, para ilustrar e delinear o conceito de ciclos endógenos de sucessão, com base no desenvolvimento iterativo e interligado da identidade do sucessor e da estrutura da fazenda. Os autores sugerem que a sucessão reside no desenvolvimento e manutenção destes ciclos, e que políticas públicas devem ser desenvolvidas com base nesse prognóstico. Pois, depois de quebrados os ciclos, o possível sucessor, mesmo com políticas públicas, não se tornará sucessor. A sucessão não é predominantemente uma escolha “racional” baseada em fatores como renda, terra e maquinário, mas sim um processo de longo prazo desde a infância, por meio da socialização, formando a identidade sucessora. Os autores concluem que, à medida que a agricultura se moderniza e a sociedade muda, para manter os agricultores na terra, precisa-se considerar mais sobre como nutrir este tipo de paixão, orgulho e conexão com a terra, construindo uma identidade sucessora, desde a primeira infância (FISCHER E BURTON, 2014).

Em outra pesquisa, desenvolvida na Estônia por Grubbström e Sooväli-Sepping (2012), destacam-se as questões sobre a perspectiva de gênero, onde os sucessores do sexo masculino têm preferência sobre a sucessão, ou seja, a masculinização do campo. O estudo tem como objetivo destacar como tais vínculos e sentimentos podem influenciar as decisões sobre sucessão geracional. Foram feitas 47 entrevistas semiestruturadas, consideradas úteis para fornecer uma visão aprofundada sobre as tradições agrícolas, gênero e a transferência de bens intangíveis na sucessão fundiária. Neste caso, os homens têm preferência e são mais valorizados quando se trata de decidir quem vai herdar a propriedade.

O estudo de Kerbler (2012), na Eslovênia, parte da hipótese que não são apenas os fatores econômicos que afetam a sucessão, embora estes apareçam com mais significância. O autor analisou 48 fatores que afetam a sucessão e constatou que 13 têm um efeito significativo sobre a sucessão na propriedade rural. Entre estes, três fatores econômicos aparecem com mais significância: (1) tamanho da propriedade rural; (2) comercialização da produção pecuária; (3) quantidade de renda anual proveniente de fontes agrícolas. Outros dez fatores têm um efeito

significativo e são divididos em dois grupos: (1) Fatores que refletem a tradição ou padrões de pensamento e comportamentos: número de filhos do sexo masculino; idade do proprietário na transferência da propriedade; (2) Fatores que refletem a posição do proprietário, as percepções e opiniões: opinião do proprietário sobre o afastamento da propriedade rural; sobre se ele / ela se tornaria sucessor caso pudesse decidir novamente; sobre as mudanças no volume de trabalho na propriedade no futuro; sobre mudanças no tamanho da propriedade no futuro; sobre o futuro da propriedade, se a renda aumentará; sobre a capacidade financeira da propriedade rural para investimento e desenvolvimento; opinião do proprietário sobre a capacidade da propriedade para seu desenvolvimento devido a empréstimos e outros encargos financeiros (KERBLER, 2012).

Na Itália, o estudo de Cavicchioli et al. (2015), sobre a agricultura familiar produtora de maçã e a sua importância em áreas de montanha, teve como objetivo identificar os fatores que promovem ou desencorajam a sucessão intrafamiliar. Foram analisadas 600 fazendas especializadas em frutas e hortícolas na Lombardia, norte da Itália, e para analisar a sucessão foram consideradas 103 fazendas com um filho maior de 15 anos. O trabalho evidencia que quando a propriedade é administrada por mulheres com escolaridade de ensino médio, há mais chances de ocorrer sucessão. Em propriedades com maior número de crianças possíveis sucessoras, é maior a competição entre os irmãos e menor as chances de sucessão. Os proprietários rurais com ensino de nível médio têm mais chances de suceder do que os de nível fundamental, vendas agrícolas ou receitas maiores também influenciam a sucessão. O tamanho da propriedade e a disponibilidade de mão de obra familiar condicionam a sucessão. Contudo, a probabilidade de que as crianças assumam o negócio familiar aumenta à medida que o nível de educação do agricultor e a experiência de trabalho aumentam. Essas descobertas sugerem que as mulheres desempenham um papel fundamental na manutenção da agricultura familiar nas áreas de montanha na Itália, juntamente com a educação dos familiares, a melhoria da comercialização dos produtos agrícolas e, em geral, a competitividade e a rentabilidade da propriedade rural familiar (CAVICCHIOLI et al., 2015).

Em outro estudo de Cavicchioli; Bertoni e Pretolani (2018), desenvolvido com horticultores italianos, tinha como objetivo avaliar as características e fatores que levam as crianças a serem potenciais herdeiros. Avaliados 216 potenciais herdeiros, os resultados demonstraram que os que sucedem geralmente são do sexo masculino e primogênitos, sendo uma persistência da crença normativa tradicional do setor agrícola. Os fatores tratados foram as condições produtivas das propriedades, características das crianças, mercado de trabalho

local (disparidade de renda, taxa de emprego e densidade populacional) e migração da mão de obra. Ainda na Itália, Milone e Ventura (2019), referem-se à “nova geração de jovens agricultores”, que tem como foco o empreendedorismo e a inovação na propriedade rural, utilizados com sucesso na administração (gestão). Outro aspecto marcante é que muitos sucessores não têm formação agropecuária e fazem uso de sua formação com criatividade, inovação, habilidades, capacidades e colaboração (utilizando agentes de fora do ramo agrícola) garantindo-se sucessor.

Na região nordeste da Espanha, Uchoa et al. (2007) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de estudar o impacto da localização da propriedade rural na sucessão da agricultura familiar, utilizando uma amostra de domicílios agrícolas, em diferentes distâncias do centro urbano no Município de Estella, região autônoma de Navarra. Foram investigadas 195 famílias, das quais 61 possuíam sucessor identificado. Os autores citam alguns fatores que influenciam os jovens a permanecerem como sucessores: localização da propriedade; oportunidades de emprego fora da propriedade; pluriatividade; tamanho da propriedade (condição produtiva e tecnológica) e nível educacional do filho. Identificaram também que propriedades mais remotas têm menor probabilidade de ter sucessor, propriedades com maior condição produtiva e tecnológica têm maior probabilidade de manter o sucessor e que potenciais sucessores com maior nível educacional tendem a não suceder.

Ainda na Espanha, Bertolozzi-Caredio (2020) faz referência a quatro dimensões de fatores que podem motivar a permanência de um sucessor na propriedade paterna: individual (apego emocional, identidade, habilidades, conhecimento, experiência); familiar (tomada de decisão); institucional (políticas, direitos e acesso ao crédito) e contextual (econômicos, sociais e ambientais, principalmente baixa lucratividade e qualidade de vida). O autor tinha como objetivo compreender a dinâmica sucessória da agricultura familiar na pecuária extensiva de duas zonas marginais de Espanha. Analisou-se 28 agricultores e seus familiares, por meio de entrevistas abertas, utilizando análise de conteúdo indutivo. O processo sucessório desenvolve-se em três etapas: potencialidade, vontade e eficácia. A disposição do sucessor é um passo fundamental no processo sucessório e muitas vezes não tem atenção dos agentes formuladores de políticas. As políticas públicas ajudam o potencial sucessor e influenciam a vontade de suceder.

Na América do Norte destacam-se os trabalhos realizados nos Estados Unidos. Os autores Lobley, Baker e Whitehead (2010), tinham como objetivo revisar a literatura sobre a sucessão de negócios agrícolas. No seu estudo se referem às questões relacionados ao

envelhecimento e aposentadoria, bem como à relutância pela passagem da gestão para o sucessor, padrões de sucessão e a recomendação por políticas públicas por meio do projeto FARMTRANSFERS, sendo este projeto internacional utilizado como fonte de dados. Os padrões encontrados foram: Farmer's Boy, Parceria e Aposentadoria. Esses padrões foram descritos por Gasson e Errington (1993) em seu trabalho e serviram de espelho para Lobley, Baker e Whitehead (2010). Os autores também defendem que a aposentadoria no meio rural deve ser planejada, e o incentivo ao sucessor depende de políticas públicas, assim como incentivo dos sucedidos. Destaca-se internacionalmente que a sucessão em propriedades rurais é o meio de transferência de gestão, que por si só, sugere a necessidade de maior compreensão e esforço, para garantir que as empresas agrícolas tenham uma melhor chance de permanecerem (ou tornarem-se) fortes e competitivas, com o complemento de ativos para enfrentar os desafios do futuro (LOBLEY; BAKER; WHITEHEAD, 2010).

Mishra e El-Osta (2007), buscando analisar os fatores que são suscetíveis de influenciar a sucessão familiar nas propriedades rurais dos EUA, identificaram os seguintes: o tamanho da propriedade (grandes propriedades rurais são mais propensas ao processo de sucessão geracional); o nível de endividamento; o nível educacional; e estar envolvido em outras atividades (relacionadas ao meio urbano). Isso significa dizer que as grandes propriedades rurais apresentam maiores possibilidades de garantir a sucessão por oferecerem ao sucessor a garantia de uma renda razoável e segura. Os dados foram retirados do *Agricultural Resource Management Survey* (ARMS) pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), com operadores associados a empresas agrícolas em 48 estados dos EUA. Para os autores, o planejamento da sucessão deve estar no desenvolvimento de um plano de negócios na propriedade rural (MISHRA; EL-OSTA, 2007).

Mishra, El-Osta e Shaik (2010), referem a importância da sucessão geracional para continuidade das propriedades rurais americanas, sendo que a sucessão e a aposentadoria estão vinculadas ao ciclo de vida das famílias e dos negócios agrícolas. Novamente fatores como tamanho da propriedade, idade do agricultor, nível educacional, pluriatividade, renda familiar e localização da propriedade são identificados afetando a decisão sobre os planos sucessórios.

Na América do Sul, na Colômbia, Bavorová et al. (2024), destacam os fatores que influenciam a sucessão, comunidade de Chaparral, município de Tolima. Utilizaram a regressão logit binário para análise dos dados, e os resultados sugerem que a renda do café, a motivação dos pais, a posse segura da terra, a participação em associações de agricultores, e o acesso à

mão-de-obra cafeeira têm um impacto significativo e positivo na sucessão agrícola (BAVOROVÁ et. al., 2024).

Na Oceania destaca-se a pesquisa de Butler (2020), na Austrália, com o objetivo de compreender melhor as relações interculturais entre os jovens rurais. Foram evidenciadas novas relações de trabalho entre os jovens rurais e desejos de mobilidade, onde as relações trabalhistas, programas humanitários, categorias de vistos e desejos de mobilidade levaram a novos futuros rurais. No estudo de Wheeler et al. (2012) trata-se a questão da disponibilidade hídrica para manter o sucessor nas propriedades, ou seja, propriedades rurais com segurança hídrica. Aqueles que não têm sucessor têm maior probabilidade de entrar em um período de estagnação (vender terras, não adotar infraestrutura de irrigação eficiente e não aumentar a área irrigada). Uma descoberta importante é que a crescente incerteza sobre a sucessão entre os agricultores irrigados nos últimos anos foi influenciada por questões relacionadas à segurança hídrica na Bacia Murray-Darling. O objetivo do trabalho era investigar, por meio de pesquisas atuais e históricas em vários distritos de irrigação no sul da Bacia Murray-Darling, a natureza mutável da sucessão agrícola.

Na Ásia, o estudo de Kwanmuang (2011), na Tailândia, teve por objetivo analisar as decisões dos chefes de família de agricultores em relação aos sucessores. A pesquisa foi realizada com 237 famílias de agricultores na província de Nakhon Si Thammarat, sul da Tailândia. E reforça a relação entre as condições econômicas e produtivas das propriedades com a sucessão. Segundo seus resultados, propriedades rurais com maiores áreas de terras e com altos índices de irrigação são mais propensas a terem sucessores, especialmente se tiverem filhos que trabalhem na propriedade rural e planejem a sucessão (KWANMUANG, 2011).

Na Indonésia, Maulida et al. (2022), afirmam que o problema do envelhecimento da população agrícola é global. O desinteresse da geração mais jovem em trabalhar na agricultura tornou-se um obstáculo significativo no processo de sucessão na Indonésia. O seu trabalho investiga os padrões, desafios e estratégias para a regeneração dos agricultores na região da província de Yogyakarta. Foram entrevistados 33 agricultores entre jovens e velhos. Os resultados demonstram que as escolhas profissionais da geração mais jovem variam de acordo com as distâncias entre zonas rurais e urbanas. O contexto geográfico, a venda de terras, a socialização com trabalho agrícola e as crescentes oportunidades não agrícolas estão interligados com fatores cognitivos na continuação da atividade agrícola ao longo das gerações. A pesquisa identificou seis grandes fatores que desafiam a sucessão: incertezas agrícolas associadas a fatores naturais, socialização intergeracional com a agricultura, pressão da venda

de terras, empregos não agrícolas mais rentáveis, falta de incentivos e falta de programas oferecidos pelo governo para ajudar nas questões de regeneração. Os autores concluem que para obter um processo de sucessão eficiente, é determinante a melhoria da socialização com o trabalho agrícola pelos jovens, o reconhecimento dos jovens agricultores como inovadores, a promoção de oportunidades educacionais relacionadas com a agricultura e o reforço dos incentivos (MAULIDA et al., 2022).

No Paquistão destaca-se o trabalho de Shahzad., Abubakr.e Fischer (2021), para estudar fatores que afetam a sucessão agrícola em regiões montanhosas de Gilgit-Baltistan. Os pesquisadores utilizaram um modelo de regressão logit multinomial para analisar os fatores que influenciam as futuras escolhas profissionais dos potenciais sucessores. O estudo foi realizado com 421 produtores rurais e 155 potenciais sucessores. Os resultados da pesquisa mostram que cerca de 67% dos agricultores tinham um potencial sucessor. A sucessão agrícola foi explicada principalmente pelas características do agricultor (como idade, sexo e educação). Pelas características da exploração (como tamanho da propriedade, especialização em horticultura, pecuária). E pelo rendimento agrícola (renda). O estudo conclui que os agricultores que se beneficiam de um rendimento agrícola mais elevado (renda) ou com um rendimento suplementar, agricultores em tempo parcial (renda agrícola e não agrícola) e com diversificação agrícola, podem influenciar os seus filhos a continuarem os seus negócios. Os resultados implicam ainda que os investimentos na melhoria da estrutura agrícola local e políticas dirigidas à promoção de atividades de diversificação agropecuária podem ajudar a manter os sucessores (SHAHZAD; ABUBAKR; FISCHER, 2021).

Os estudos relativos à temática da sucessão geracional realizados mais recentemente no Brasil (em Minas Gerais e na região Sul), tratam de compreender as razões que levam os jovens a sair do meio rural e as perspectivas de permanência destes jovens nas propriedades rurais na condição de produtores rurais.

Assim, Moraes, Borges e Binotto (2018), buscam identificar o impacto das características socioeconômicas e agrícolas na intenção dos sucessores brasileiros de assumir a fazenda. A pesquisa foi aplicada em 227 potenciais sucessores e apontaram que o tamanho da propriedade influencia a intenção de sucessão, ou seja, quanto maior a propriedade rural, maior a intenção potencial dos sucessores assumirem, pois são mais propensas a garantir renda segura, assim como a pressão social e o apego emocional, ou seja, fatores psicológicos influenciam a intenção dos sucessores em assumir a propriedade.

Mendonça et al. (2013), em seu estudo em Minas Gerais, abordam a situação em Turmalina e Veredinha, municípios da região do Alto Jequitinhonha, investigando se, e em que condições, os jovens permanecem no rural. O estudo enfoca herança e sucessão na agricultura familiar, os mecanismos formais e tradicionais de capacitação e analisa os efeitos das transformações do rural sobre a sucessão. Foram entrevistados 40 casais. Os resultados apontam a falta de estímulo dos pais, a baixa renda das atividades agrícolas e a busca por melhores oportunidades e a longevidade dos pais influenciando a decisão do jovem permanecer na propriedade.

No estado do Paraná, destacam-se os estudos de Silva et al. (2011), Kischener (2015) e Perondi (2016), que apontam uma série de fatores que facilitam a saída dos filhos das propriedades e da ocupação paterna, tais como: o trabalho na produção agropecuária, incentivos governamentais, motivação familiar. Os referidos estudos também citam o casamento com pessoas do meio urbano, acesso ao estudo, o trabalho nas cidades e o acesso aos meios de comunicação como fatores capazes de fomentar a saída dos jovens do campo.

Ainda no Paraná, o estudo de Kischener, Kiyota e Perondi (2015), realizado no Sudoeste do estado, buscou identificar os fatores que interferem na sucessão geracional. Foram feitas 25 entrevistas com as famílias em dois grupos focais de duas comunidades rurais. Observou-se que os fatores que favorecem a permanência dos jovens no meio rural foram, principalmente: a renda, a convivência na comunidade e a inclusão dos projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família. E concluem que a obtenção de uma renda possibilita manter os jovens no meio rural.

Em Santa Catarina destacam-se os trabalhos de Silvestro et al. (2001), Mello et al. (2003), Stropasolas (2004) e Savian (2011), que também apontam os fatores que dificultam a permanência dos jovens no meio rural em propriedades paternas na condição de sucessores, semelhantes aos estudos do Paraná. Entre os principais fatores citados por esses estudos estão os fatores estruturais das propriedades e da família dificultando o acesso à terra, a geração de renda e a ausência de motivação familiar. Fatores como maior escolaridade, o rural visto como espaço de pouco lazer e isolado, em contraponto à “vida urbana” com mais liberdade e mais espaços de entretenimento, estão entre os fatores capazes de levar os jovens ao meio urbano.

Ainda, o estudo de Stropasolas (2002), realizado em Santa Catarina na localidade de Ouro, com jovens agricultores familiares, aponta que os fatores que dificultam a permanência dos jovens no meio rural nas propriedades paternas na condição de sucessores são: os fatores estruturais das propriedades (pequenas propriedades), o acesso à terra, a desvalorização

feminina no trabalho (geralmente aparece como “ajuda”), exclusão feminina na herança das terras, a geração de renda, a ausência de motivação familiar, conflitos de gênero e geração. Fatores como: maior escolaridade, o rural visto como espaço de pouco lazer e isolado em contraponto a “vida urbana” com mais liberdade e maior espaços de entretenimento, a falta de socialização dos jovens no meio rural, falta de oportunidades para o exercício de atividades produtivas ou profissionais, que propiciem independência financeira, falta de remuneração e valorização pessoal, celibato, acesso a assistência técnica, educação, saúde, salário e emprego, são reivindicações das moças e dos jovens e estão entre os fatores capazes de levar os jovens para o meio urbano, optando por não suceder (STROPASOLAS, 2002).

No caso do Rio Grande do Sul pode-se citar os trabalhos de Carneiro (2001), Siqueira (2004), Anjos, Caldas e Costa (2006), Costa (2006), Spanevello (2008), Weisheimer (2009) e Spanevello et al. (2011), que caminham na mesma direção dos estudos citados anteriormente. Este conjunto de estudos levanta a ideia da existência de uma “crise de expectativas” no que se refere às possibilidades dos filhos em permanecerem no meio rural na condição de sucessores paternos, afirmando que a sucessão tende a ocorrer conforme as condições da propriedade e das famílias, além das motivações dos próprios filhos.

Ainda no Rio Grande do Sul, no estudo de Panno e Machado (2014), os filhos estudam para sair da propriedade. Este trabalho foi realizado na região do Médio Alto Uruguai, noroeste do estado, caracterizada por ser essencialmente agrícola e tem na agricultura familiar a sua característica mais expressiva. A microrregião de Frederico Westphalen faz parte deste contexto, contemplando centros de qualificação importantes no setor agrícola, com cursos de Ensino Médio, Tecnológicos e de Graduação para a área. A maioria dos jovens que buscam esse aperfeiçoamento, principalmente no curso superior, depois de formados não têm retornado para as propriedades das famílias para desenvolvê-las com as técnicas e conhecimentos adquiridos. Pelo contrário, o fato de terem estudado os direciona para o mercado de trabalho urbano, tido como mais seguro e menos oneroso, oportunizando maior tempo para si, entre outros atrativos urbanos. No entanto, os jovens só pensaram em voltar se não estiverem bem colocados como engenheiro agrônomos. Dos três casos do estudo o primeiro decidiu constituir família e permanecer na propriedade dos pais, associando as atividades na propriedade com outra, obtendo renda pluriativa; o segundo decidiu partir para a cidade, perdendo, temporariamente, o interesse pela propriedade; e o terceiro decidiu voltar para a propriedade dos pais, deixando uma carreira promissora na cidade para se tornar empreendedor rural (PANNO; MACHADO, 2014). Apesar de dois estarem nas propriedades, a primeira decisão

foi sair. Segundo Panno e Machado (2014), os pais desses jovens que buscam novos ares, devem fortalecer neles a vontade de permanecer no campo, dando-lhes condições de desenvolver suas atividades com autonomia, delegando responsabilidades, permitindo que tenham renda própria e desenvolvam sua autoestima e independência; afinal, segundo os próprios jovens, é isso que buscam e têm como principais atrativos nos centros urbanos.

O estudo de Foguesatto et al. (2016), sobre fatores relevantes na tomada de decisão de jovens do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, sobre o processo de sucessão geracional, analisou 68 jovens migrantes nos seguintes municípios: Bozano, Crissiumal, Erval Seco, Pejuçara, Redentora, Sede Nova, Boa Vista do Cadeado, Campo Novo, Catuípe, Derrubadas, Humaitá, Inhacorá, Santo Augusto, São Martinho, Coronel Bicaco, Cruz Alta, Esperança do Sul, Panambi, Condor, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Três Passos e Ajuricaba. Os resultados apontam que fatores relacionados à renda (falta de renda satisfatória) e às políticas públicas (ausência de políticas públicas), contribuíram para o êxodo rural jovem, sendo eles considerados os dois principais fatores para a tomada de decisão dos jovens em não suceder as atividades dos pais na agricultura familiar.

No estudo de Panno (2016), com agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS, foram entrevistados 50 patriarcas e 50 jovens. Referencia-se aqui apenas os fatores que os patriarcas elencam como os maiores motivadores para os sucessores. O retorno financeiro: 92,7% responderam que esse fator motiva muito os potenciais sucessores a permanecerem. Eles também acreditam nas políticas públicas de incentivo, e caracterizam esse fator importante na escala de motivação. Para a maioria dos pais (65,9%), a possibilidade de matrimônio influencia muito para que os filhos queiram permanecer no campo. Apenas 36,6% dos pais consideram o incentivo dos pais ao interesse sucessório dos filhos. Outro fator determinante, é a delegação de responsabilidade e autoridade dada aos filhos, autonomia, dentro do empreendimento familiar. A maioria dos pais cita que o fator é motivador, porém apenas 41,5% deles considera essas decisões compartilhadas no grau máximo da escala. A falta de abertura com relação aos negócios e dividendos financeiros acaba desmotivando os potenciais sucessores, fazendo com que busquem a autonomia, tanto financeira quanto de estima e realização, em outros espaços (PANNO, 2016).

O estudo de Andreatta et al. (2020), no município de Condor no Rio Grande do Sul, analisou os fatores que influenciam a sucessão geracional a partir da visão dos produtores rurais. Foram aplicados 64 questionários. De um modo geral, os agricultores que contribuíram com essa pesquisa são do sexo masculino em sua maioria, com idade acima de 50 anos e escolaridade

baixa, o que revela uma tendência, já identificada na literatura, de masculinização, envelhecimento e baixa escolaridade da população rural. Os fatores que influenciam a sucessão são: renda, tamanho da propriedade, tempo que os produtores possuem a propriedade, produção para comercializar (cultura), disponibilidade de equipamentos, máquinas e benfeitorias, participação dos filhos desde cedo nas cooperativas, participação dos filhos desde cedo nas associações e sindicatos, alta produtividade nas atividades agropecuárias e pais que incentivem os filhos a trabalharem na propriedade (ANDREATTA et al., 2020).

A pesquisa de Lago et al. (2022), analisou os fatores que influenciam a tomada de decisão sobre a sucessão geracional por meio dos jovens, filhos dos cooperados agrícolas dos segmentos de grãos, carnes e laticínios da região Sul do Brasil. Foram analisados 25 fatores que influenciam o processo de sucessão geracional, denominados fatores de tomada de decisão, identificados a partir de revisão de literatura e diálogo com as cooperativas. Em seguida, foi utilizada a metodologia adaptada de Slack, Chambers e Johnston (2007), a matriz de importância e desempenho. A amostra foi de 308 jovens entre 18 e 30 anos, avaliando-se o nível de importância e o desempenho dos fatores de decisão indicados. Na opinião dos entrevistados, nenhum dos 25 fatores teve desempenho superior à sua importância, pois todos os fatores apresentam a possibilidade de melhoria. Porém, de acordo com a metodologia de avaliação utilizada, 20 fatores (tamanho do imóvel; acesso a tecnologias; acesso à mídia e à informação; disponibilidade de mão de obra; diversificação das atividades agrícolas; rendimentos proporcionados pelas atividades agrícolas; acesso à educação; interação social e número de pessoas na comunidade; expectativas profissionais; remuneração recebida pelos jovens; educação; tipo de trabalho realizado; casado; autonomia; diálogo familiar; incentivo e reconhecimento; assistência técnica; presença da cooperativa, sindicato e associações; e acesso ao marketing), tiveram desempenho adequado e não exigiram melhorias em qualquer uma das três cooperativas da região. Por outro lado, cinco fatores precisam ser melhorados. De acordo com os jovens da cooperativa de grãos: infraestrutura de lazer; infraestrutura rodoviária; valorização social; crédito rural e políticas públicas; e o preço. De acordo com os jovens da cooperativa de laticínios: infraestrutura de lazer, infraestrutura rodoviária, valorização social; e preço. De acordo com os jovens da cooperativa de carnes: valorização social e o preço. Os autores concluem que uma significativa parte dos fatores (80%) teve desempenho adequado, direta ou indiretamente, nas três cooperativas. E os jovens das três cooperativas apontaram a valorização social e o preço entre os fatores que precisam ser melhorados (LAGO et al., 2022).

O estudo de Breitenbach e Foguesatto (2023), no Rio Grande do Sul, analisou as diferenças de gênero, a percepção dos jovens rurais sobre as atividades agrícolas, os incentivos para a atividade agrícola, a sucessão, e os fatores que influenciam a sucessão nos negócios agrícolas na agricultura familiar. A pesquisa analisou 743 jovens potenciais sucessores, e os métodos de análise foram o teste U de Mann-Whitney e a regressão logística. Os resultados demonstraram que as mulheres jovens têm médias mais elevadas em relação aos incentivos dos pais para assumirem o controle da família (permanecer na agricultura como sucessor). A exploração agrícola e a falta de autonomia nas atividades agrícolas são os fatores que desencorajam a sucessão. Entre os fatores que influenciam a sucessão, estão os incentivos de cooperativas e organizações privadas e a valorização das tradições familiares (BREITENBACH; FOGUESATTO, 2023). Abaixo segue no quadro 2 a síntese dos fatores.

Quadro 2 - Síntese dos fatores motivacionais da sucessão geracional “ficar ou sair”

LITERATURAS INTERNACIONAIS	AUTOR(s)	FATORES
	Gasson et al. (1988)	Idade do agricultor, o valor do pai dado a ele mesmo, a sua percepção sobre a capacidade do filho, tamanho da propriedade, casamento do filho, saúde do pai, aposentadoria e os processos de herança.
	Gasson e Errington (1993)	Características das famílias, condição econômica, tamanho da propriedade, herança, filhos expostos ao trabalho não agrícola, autonomia e tomada de decisão dos filhos em relação aos pais quanto aos negócios da propriedade, independência dos filhos quanto à moradia, posse e uso da terra, divisão da renda, cultura familiar e relacionadas à região em que a família e a propriedade estão inseridas.
	Ward e Lowe (1994)	Valores ambientais, políticas públicas, retorno econômico, mudanças sociais em relação a valores pelas novas gerações.
	Lobley (1996 a,b)	Viabilidade econômica e expansão do negócio, tamanho da propriedade, mudanças ambientais, falta de planejamento sucessório.
	Mishra e El-Osta (2007)	Tamanho da propriedade, nível de endividamento, educação, estar envolvido em outras atividades (relacionadas ao meio urbano).
	Uchoa et al. (2007)	Localização da propriedade, oportunidades de emprego fora da propriedade, pluriatividade, tamanho da propriedade (condição produtiva e tecnológica) e nível educacional do filho.
	Glauben (2009)	Renda.
	Lobley (2010)	Falta de preparação do sucessor.
	Lobley, Baker e Whitehead (2010)	Políticas públicas.
	Mishra, El-Osta e Shaik (2010)	Tamanho da propriedade, idade do agricultor, nível educacional, pluriatividade, renda familiar e localização da propriedade.
	Kwanmuang (2011)	Irrigação, tamanho de áreas de terra.
	Grubbström e Sooväli-Sepping (2012)	Gênero (masculinização), transferência de bens.
Kerbler (2012)	Econômicos (tamanho da propriedade; comercialização da produção; renda). Fatores relacionados a tradição, pensamentos e comportamentos: (número de filhos do sexo masculino; idade do proprietário na transferência da propriedade). Fatores que refletem a posição do proprietário: opinião do proprietário sobre o afastamento da propriedade rural; sobre se ele / ela se tornaria sucessor caso pudesse decidir novamente; volume de trabalho na propriedade; tamanho da	

		propriedade; futuro da propriedade, renda; capacidade financeira para investimento e desenvolvimento; empréstimos e encargos financeiros.
	Wheeller et al. (2012)	Disponibilidade hídrica, irrigação.
	Fischer e Burton (2014)	Identidade do sucessor (paixão, orgulho e conexão com a terra), estrutura da propriedade (renda, terra e maquinário).
	Cavicchioli et al. (2015)	Gênero (mulheres administrando), tamanho da propriedade, disponibilidade de mão de obra, renda, educação e socialização com trabalho agrícola.
	Bednaříková, Bavorová e Ponkina (2016),	Tamanho da propriedade e estudo nas agrárias.
	Muchanga (2016)	Ativos humanos (saber fazer, conhecimento), ativos naturais (terra), e financeiro (pecuária de corte como poupança).
	Cavicchioli; Bertoni e Pretolani (2018)	Condições produtivas das propriedades, características das crianças, mercado de trabalho local (disparidade de renda, taxa de emprego e densidade populacional) e migração da mão de obra.
	Milone e Ventura (2019)	Empreendedorismo, inovação, formação (estudo, qualificação).
	Bertolozzi-Caredio (2020)	Fatores individuais (apego emocional, identidade, habilidades, conhecimento, experiência); familiar (tomada de decisão); institucional (políticas, direitos e acesso ao crédito) e contextual (econômicos, sociais e ambientais, principalmente baixa lucratividade e qualidade de vida).
	Butler (2020)	Relações trabalhistas, mobilidade, programas humanitários.
	Bruno, Fernandez-Gimenez e Balgopal (2021)	Financeiro (renda); natural (terra); social (comunidade); humano (trabalho); físico (infraestrutura); político (acesso aos formuladores de políticas); cultural (modo de vida).
	Maulida et al. (2022)	Incertezas agrícolas associadas a fatores naturais, socialização intergeracional com a agricultura, pressão da venda de terras, empregos não agrícolas mais rentáveis, falta de incentivos e falta de programas oferecidos pelo governo.
	Piras et al. (2021)	Empreendedorismo, pluriatividade, autonomia, propriedade da terra, estilo de vida.
	Shahzad., Abubakr.e Fischer (2021)	Renda agrícola, educação, idade, sexo, tamanho da propriedade, renda não agrícola, diversificação de cultura, investimento infraestrutura, políticas públicas.
	Céle (2022)	Participação em cooperativas.
	Bavorová et al. (2024)	Renda, a motivação dos pais, posse da terra, participação em associações de agricultores, e o acesso à mão-de-obra.
LITERATURAS NACIONAIS	Silvestro et al. (2001)	Tamanho da propriedade, renda, escolaridade, expectativa profissional, crédito rural e políticas públicas.
	Carneiro (2001)	Propriedade não comporta todos os filhos, condições para adquirir novas áreas, ausência do mercado de terras, crise na agricultura, desvalorização do trabalho agrícola com a oferta de emprego urbano, valorização do estudo como meio de ascensão, mulheres deixam de ver o casamento como única forma de “inserção social”, atividades não agrícolas mais atrativas. desvalorização da identidade de agricultor.
	Stropasolas (2002)	Tamanho das propriedades, acesso à terra, desvalorização feminina, renda, conflito de gênero, escolaridade, lazer, falta de remuneração, valorização social, celibato, assistência técnica, independência financeira, educação, saúde, salário, emprego.
	Mello et al. (2003)	Desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação), ausência do mercado de terras; Ausência de reconhecimento por parte dos pais.
	Siqueira (2004)	Dificuldades no trabalho agrícola: cansativo, falta de horário, baixa valorização social, baixos rendimentos, falta de lazer, aspiração profissional distinta da agricultura, preocupação com a saúde, mulheres buscam por independência econômica.

Stropasolas (2004)	Controle sobre a sexualidade feminina, “Violência simbólica”, busca de ampliação das experiências afetivas, troca de experiências com jovens da cidade, noção de “vida urbana” com mais liberdade, escolaridade, desigualdade de direitos, débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar, imagem inferior de moças do meio rural em comparação a moças da cidade, incentivo dos pais para as moças saírem, saída das moças pode levar/atrair os rapazes.
Anjos, Caldas e Costa (2006)	Escassez de oportunidades de renda tanto fora como dentro do estabelecimento, dificuldades na agricultura, reduzido tamanho do negócio familiar, ausência de outras fontes de renda (ex., pluriatividade e transferências sociais).
Costa (2006)	Falta de trabalho no meio rural (trabalho fora do estabelecimento), dificuldades de casamento, educação/formação, tomada de decisão apenas sob controle do pai, hierarquia familiar: pai controla o dinheiro, intempéries climáticas, “Crise de expectativas”: desmotivação em permanecer no rural, transformações no mercado e dificuldade de comercialização dos produtos, falta de diálogo entre membros da família, principalmente pais e filhos, falta de reconhecimento do trabalho feminino.
Spanevello (2008)	Penosidade do trabalho, baixa renda das atividades produtivas, pais não incentivam a permanência dos filhos, próprios agricultores não veem na agricultura uma boa alternativa, desvalorização da ocupação agrícola, dificuldades econômicas e produtivas de competir com propriedades capitalizadas, fatores externos: altos custos dos insumos, baixo preço pago pelo produto, condição estrutural do estabelecimento, sucessão é um processo “masculino”, excludente para as mulheres.
Weisheimer (2009)	Busca de inserção profissional em outras atividades, meio urbano oferece outras oportunidades, continuidade de estudo, busca de emprego com renda mensal, dar continuidade ao projeto de agricultor(a) sem companheiro (marido ou esposa), menor autonomia material, maior a perspectiva de sair do estabelecimento, menor socialização dos jovens no processo de trabalho familiar.
Silva et al. (2011)	Qualidade de vida, segurança, participar das decisões, moradia, trabalho, lazer, renda e saúde.
Savian (2011)	Infraestrutura de lazer, expectativa profissional, falta de salário, tipo de trabalho, assistência técnica, crédito rural e políticas públicas, preço dos produtos agrícolas.
Spanevello et al. (2011)	Dificuldade de obter área de terra (divisão da atual propriedade seria insuficiente), não querem ser agricultores, busca de trabalho com menor esforço físico, remuneração fixa e mensal, rigidez por parte dos pais afasta os filhos (desestímulo), prolongamento dos estudos; falta de autonomia para os jovens, dificuldades de matrimônio.
Mendonça et al. (2013)	Falta de estímulo dos pais, baixa renda das atividades agrícolas, busca por melhores oportunidades e a longevidade dos pais.
Matte (2013)	Intemperes climáticas, problemas sanitários da pecuária, expansão da silvicultura, dificuldade de contratação de mão de obra e ausência de sucessor.
Panno e Machado (2014),	Estudo (qualificação) nas áreas agrícolas, renda pluriativa, autonomia.
Freitas (2015)	Renda, diversidade de venda da produção, pluriatividade e plurirrendimentos, acesso à informação geral técnico-produtiva, sucessão familiar, distribuição do tempo de trabalho, educação, aquisição dos insumos químicos e lenha, ferramentas de trabalho e uso da área da unidade produtiva.
Kischener (2015)	Ausência de renda satisfatória, ausência de valores de comunidade, exclusão ou falta de consideração sobre os projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família.

Kischener, Kiyota e Perondi (2015),	Trabalho, incentivos governamentais, motivação familiar, casamento com pessoas do meio urbano, acesso ao estudo, trabalho nas cidades e o acesso aos meios de comunicação.
Foguesatto et al. (2016)	Renda (falta de renda satisfatória) e às políticas públicas (ausência de políticas públicas).
Panno (2016)	Retorno financeiro, políticas públicas, possibilidade de matrimônio, autonomia, renda, incentivo e reconhecimento, valorização social, assistência técnica, acesso a cooperativas e sindicatos, comercialização, crédito rural, preço.
Perondi (2016)	Exclusão da mulher do processo de partilha (casamento), casamentos com pessoas que não são do meio rural, acesso ao estudo e consequente trabalho urbano.
Vieira (2016)	Terra, trabalho e capital (tamanho da área, posse da terra, formas de aquisição da terra, gênero), (casa de moradia, galpão, abrigo para animais, cercas, veículos (carro de passeio e moto), tratores e micro tratores, implementos agrícolas, pousada, agroindústria, água encanada, fossa séptica, telefone, energia elétrica e internet; trabalho (mão de obra), escolaridade e formação humana; renda agrícola e acesso ao crédito; participação na política, CTG, cooperativa, associação, grupo de Jovens, comunidade, Igreja, sindicatos.
Morais, Borges e Binotto (2018)	Tamanho da propriedade, renda, pressão social, apego emocional.
Andreatta et al. (2020)	Renda, tamanho da propriedade, tempo que os produtores possuem a propriedade, produção para comercializar (cultura), disponibilidade de equipamentos, máquinas e benfeitorias, participação dos filhos desde cedo nas cooperativas, associações e sindicatos, alta produtividade nas atividades agropecuárias e pais que incentivem os filhos a trabalharem na propriedade.
Boscardin et al. (2020)	Renda satisfatória, produtiva, relacionada às atividades exercidas nas propriedades, infraestrutura, relacionada à disponibilidade de máquinas e equipamentos, área de terra.
Boscardin et al., (2021)	Estudo (qualificação), acesso a bens de consumo e comunicação (internet), renda por meio do empreendedorismo.
Lago et al. (2022)	Tamanho do imóvel, acesso a tecnologias, acesso à mídia e à informação; disponibilidade de mão de obra; diversificação das atividades agrícolas, rendimentos proporcionados pelas atividades agrícolas, acesso à educação; interação social e número de pessoas na comunidade, expectativas profissionais, remuneração recebida pelos jovens, educação; tipo de trabalho realizado, casado; autonomia; diálogo familiar, incentivo e reconhecimento, assistência técnica, presença da cooperativa, sindicato e associações, e acesso ao marketing.
Breitenbach e Foguesatto (2023)	Incentivos a mulheres jovens pelos pais para assumirem o controle da família (permanecer na agricultura como sucessor), a exploração agrícola e a falta de autonomia nas atividades agrícolas, os incentivos de cooperativas e organizações privadas e a valorização das tradições familiares.
Spanevello et al. (2023)	Mão de obra, renda, autonomia.

Elaborado pelo autor (2024).

2.2 MEIOS DE VIDA DE FRANK ELLIS

A abordagem dos meios de vida nasce na Inglaterra no início da década de 1990 e a partir de uma primeira síntese dos autores Robert Chambers e Gordon Conway em 1992, ganha

evidência teórica, servindo para explicar estratégias de sobrevivência das pessoas pobres e como orientador das políticas de desenvolvimento rural.

O pesquisador londrino Frank Ellis no ano de 2000 publicou o livro “*Rural livelihoods and diversity in developing countries*” e traz a abordagem sobre os “meios de vida” ou “*livelihoods*” a fim de compreender a realidade rural em países em desenvolvimento. Nesta abordagem dos meios de vida compreende-se um olhar para diversidade de estratégias de reprodução que um grupo familiar rural pode adotar, a fim de garantir a sua sobrevivência e os diferentes capitais que podem vir a ser mobilizados para reagir a diferentes situações, visando significativas melhorias nas condições de vida destas famílias.

O livro é escrito sob uma perspectiva econômica, mas o não economista pode ter a certeza de que contém pouca economia técnica. A economia tem uma tendência a explicar quase todas as decisões como uma questão de escolhas livremente feitas, embora sujeitas a restrições econômicas (recursos, ativos, habilidades, rendimentos, etc.). No entanto, este livro dá por certo que as restrições sociais e familiares também se aplicam, e que não só o que as pessoas fazem, mas a capacidade de mudar o que fazem, é influenciada pelo contexto social e institucional (ELLIS, 2000).

Esta abordagem expandiu-se para além das fronteiras europeias e foi utilizada em estudos sobre pobreza rural, principalmente no continente africano e amplamente usada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estes fins. Segundo Ellis (2000) o desenvolvimento rural pode ser compreendido como um conjunto de ações e práticas voltadas a diminuir a pobreza em áreas rurais por meio de um processo de participação que empodera a população rural, tornando-a capaz de definir e controlar suas prioridades frente a situações de mudança.

De modo geral, pode-se afirmar que Ellis propõe compreender o desenvolvimento rural por meio de abordagem que privilegia o que denomina de estratégias de sobrevivência familiares e diversificação dos modos de vida rurais (*household strategies and rural livelihoods diversification*), mostrando que as iniciativas e ações propostas geram impactos significativos nas melhorias das condições de vida destas populações e que as perspectivas de garantir sua reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios em que vivem. Nessa proposta, o autor pondera que a diversificação não implica apenas em ampliar as possibilidades de obtenção de ingressos, tais como rendas agrícolas e não agrícolas, mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e

cultural é garantida mediante a combinação de repertórios variados de ações, iniciativas, escolhas ou então de estratégias (ELLIS, 2000).

Na presente Tese, o foco não é a discussão da questão do desenvolvimento rural ou da forma como a população rural participa e se empodera para atingir tal desenvolvimento. A proposta da discussão do desenvolvimento aparece apenas como pano de fundo, sendo central aqui focar na forma como as famílias acionam seus capitais e ativos rurais para garantir a sua sobrevivência. Por isso, usa-se a perspectiva de Frank Ellis sobre os capitais e ativos disponíveis, para compreender as orientações de valor usadas pelos pais para garantir a manutenção dos filhos nas atividades agropecuárias e nas propriedades, em tempo integral ou parcial, ou ainda a sucessão geracional, a partir da mobilização de ativos que os produtores rurais acessam para fazer com que seus sucessores permaneçam.

Ellis (2000) refere-se a três estratégias utilizadas nos meios de vida, que são: 1) Intensificação ou extensificação agrícola, utilizando como recurso a área de terra disponível; 2) Diversificação nos meios de vida, que se refere a questões relacionadas ao emprego rural não agrícola, pluriatividade, uma agroindústria; 3) Migração, que seria a saída do meio rural.

Segundo Ellis (2000, p. 10) “um meio de vida compreende os bens (naturais, físicos, humanos, financeiros e capital social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam os ganhos de vida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar”. Ellis (2000) parte da premissa que para muitas famílias de produtores rurais, a agricultura por conta própria não fornece meios suficientes de sobrevivência nas áreas rurais. Por esta razão, as famílias rurais dependem de um portfólio diversificado de atividades e fontes de renda, entre as quais se destacam a produção agrícola, pecuária e outras atividades.

Para Ellis (2000, p. 17), “a diversificação de meios de vida rural é definida como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio cada vez mais diversificado de atividades e ativos para sobreviver e melhorar seu padrão de vida”. Os meios de vida são constituídos por um conjunto de capitais formados por diversos ativos, na qual a condição em que os ativos se apresentam influencia a forma como serão acessados e mobilizados, tendo como objetivo principal a demanda pela sustentação da propriedade rural e autonomia da família do produtor rural (SCOONES, 1998; ELLIS, 2000; MATTE, 2013). Assim, a diversidade dos meios de vida tem dimensões econômicas e sociais. A soma dessas atividades representa as estratégias dos meios de vida que provocam, ou não, melhoria de qualidade de vida e conseqüente desenvolvimento rural.

Assim, na perspectiva de Ellis (2000), são cinco as principais categorias de capital que constituem os ativos: capital natural, físico, humano, financeiro e social, conforme detalhado a seguir. Esses ativos podem ser descritos como estoques de capital que podem ser utilizados diretamente, ou indiretamente, para gerar os meios de vida das famílias ou para sustentar seu bem-estar material em diferentes níveis acima da sobrevivência (ELLIS, 2000).

2.2.1 Os capitais

Na perspectiva de Ellis (2000), são cinco as principais categorias de capital que constituem os ativos:

1- O capital natural refere-se à base de recursos naturais (biológicos, hídricos, minerais e energéticos como por exemplo a terra, água, árvores, campo nativo, vegetais, florestas, lagos, rios, minérios, areia, carvão, rochas, luz solar, vento), que produz produtos utilizados pelas populações humanas para sua sobrevivência (ELLIS, 2000).

Às vezes, estes são chamados de recursos ambientais. O capital natural não é estático, nem a sua utilização para fins de sobrevivência confinados a atividades de coleta, como a coleta de vegetais selvagens ou a caça de animais selvagens (ELLIS, 2000).

O capital natural aumenta ou desenvolve-se quando é trazido sob controle humano, que aumenta sua produtividade, como ocorreu desde o início da agricultura rudimentar com a evolução dos sistemas agrícolas. Para alguns fins da análise dos meios de vida, pode ser útil pensar que o capital natural ocorre em uma evolução gradiente (variação de uma grandeza, numa determinada direção) sobre o potencial agroecológico baixo e alto (ELLIS, 2000).

Dentro do capital natural, é feita uma distinção importante entre recursos naturais renováveis e não renováveis. Na maioria dos contextos de desenvolvimento rural, o interesse centra-se em recursos renováveis, isto é, aqueles que se reabastecem ao longo do tempo, como estoques de pesca ou árvores usadas para lenha ou níveis de água em aquíferos subterrâneos; ou que são geridos para garantir sua renovação, como solos em campos de fazendas ou fluxos de água em canais de irrigação. No entanto, o capital natural também inclui recursos não renováveis que podem ser pertinentes para meios de subsistência rurais em alguns locais, ou de maneiras indiretas. Estes são principalmente recursos extrativos, como metais, minérios e petróleo, cujos estoques em um determinado local são esgotados permanentemente de acordo com a taxa de extração por agência humana (ELLIS, 2000).

2- *O capital físico* refere-se a ativos trazidos à existência por processos de produção econômica, por exemplo, edifícios, estradas, ferramentas, máquinas e melhorias de terra, como terraços ou canais de irrigação (ELLIS, 2000).

Vale ressaltar que o capital físico ou "feito pelo homem" pode substituir o capital natural em muitas circunstâncias. De fato, todo o processo de mudança tecnológica no longo prazo, aliado à industrialização e à urbanização, é aquele em que o capital físico substitui cumulativamente o capital natural ao longo do tempo. Esse processo de substituição pode potencialmente ajudar a tirar a pressão dos recursos naturais que estão sendo esgotados em contextos locais; por exemplo, tubos de água que substituem canais abertos, com consequentes reduções nas perdas por vazamentos e evaporação (ELLIS, 2000).

Uma classe importante de ativos físicos que facilitam a diversificação dos meios de vida são os recursos de infraestrutura, como estradas, linhas de energia e abastecimento de água. As estradas têm múltiplos efeitos na redução do custo espacial das transações em recursos e saídas. Eles também facilitam a movimentação de pessoas entre lugares que oferecem diferentes oportunidades de ganhar renda, criam mercados que de outra forma não surgiriam, e nos países que faltam instalações de telecomunicações, desempenham um papel importante na transferência de informações entre os centros rurais e os assentamentos remotos. A ausência de eletricidade inibe a localização rural das indústrias de manufatura e restringe os serviços de pequena escala decorrentes das áreas rurais. Embora esta restrição algumas vezes possa ser levantada de forma fragmentada pelo uso de tecnologias, como os painéis solares, não há dúvida de que a disponibilidade de fornecimento de eletricidade pode ter significativo impacto na diversidade das atividades rurais e na integração relativa das áreas rurais na economia nacional. Finalmente, neste contexto, a provisão de água canalizada tem múltiplos efeitos benéficos sobre os meios de vida rurais, devido à economia de tempo de trabalho que traz, bem como à prevenção de doenças, com água potável (ELLIS, 2000).

3) *O capital humano* refere-se ao nível de educação e ao estado de saúde de indivíduos e populações. Costuma-se dizer que o principal bem possuído pelos pobres é o seu próprio trabalho. O capital humano está relacionado à mão de obra disponível para o lar, à educação, habilidades e saúde. E é aumentado pelo investimento em educação e treinamento, bem como pelas habilidades adquiridas por meio da busca de uma ou mais profissões (ELLIS, 2000). O trabalho, como um bem, também é tornado mais efetivo por estar livre de doenças ou debilitar problemas de saúde.

A importância do trabalho como recurso é enfatizada em circunstâncias em que há pouco ou nenhum mercado de trabalho, quando o grande tamanho do agregado familiar tem vantagens, uma vez que reduz os riscos de sua falta (mão de obra) ou em virtude de doenças e permite estratégias profissionais mais diversas a serem buscadas. Os agregados familiares, como "agrupamentos" de capital humano, não são estáticos em composição, seja em sociedades industriais ou de baixa renda. A composição do capital humano de uma família muda constantemente devido a razões demográficas internas (nascimentos, mortes, casamento, migração, envelhecimento) e deliberar reestruturação para enfrentar eventos inesperados (por exemplo, divórcio) ou pressões externas. Conforme definido, o capital humano engloba pelo menos três das categorias de ativos nomeados como: as do trabalho, do capital humano e das relações domésticas (ELLIS, 2000).

A educação pública e os serviços de saúde são políticas macro destinadas a aumentar o nível de capital humano em todos os países. As teorias modernas do crescimento econômico enfatizam o importante papel do aumento do capital humano na sustentação do crescimento rápido e sustentado dos países (ELLIS, 2000).

4) *O capital financeiro* refere-se a ações de caixa que podem ser acessadas para comprar bens de produção ou de consumo, e o acesso ao crédito pode ser incluído nesta categoria. Trata-se dos estoques de dinheiro a que a família tem acesso. Isto é principalmente provável que seja poupança, e acesso ao crédito sob a forma de empréstimos. Nem a poupança de dinheiro nem os empréstimos são formas de capital diretamente produtivas, eles têm seu papel na carteira de ativos das famílias à sua convertibilidade para outras formas de capital ou, de fato, diretamente no consumo. A convertibilidade, o que significa facilidade de mudança entre usos, é uma característica fundamental do capital na forma de caixa. Em muitas sociedades, a ausência de mercados financeiros ou a desconfiança de tais instituições financeiras, exigem economias em outras formas (ELLIS, 2000).

Na África subsaariana rural, a manutenção de gado muitas vezes desempenha um papel crítico como uma reserva de riqueza e como um amortecedor contra os maus momentos. Enquanto o gado e as cabras são consideravelmente menos líquidos como uma forma de poupança, em comparação a um depósito em dinheiro em uma instituição financeira rural, possuem o mesmo atributo quando vendidos e convertidos em outras formas de capital ou no consumo. Argumentos similares aplicam-se também ao ouro, joias e estoques alimentares como meios alternativos de retenção, por períodos variados, de excedentes entre produção e consumo atual (ELLIS, 2000).

5) *O capital social* refere-se às redes e associações sociais nas quais as pessoas participam e a partir das quais podem obter apoio que contribua para seus meios de vida (ELLIS, 2000). O termo capital social tenta capturar a comunidade e reivindicações sociais mais amplas sobre as quais os indivíduos e os agregados familiares podem se unir em virtude do seu pertencimento a grupos sociais em classes variáveis de inclusão na sociedade em geral.

O capital social é definido como ‘reciprocidade dentro das comunidades e entre as famílias com base na confiança derivada dos laços sociais’. Também se direciona a atenção para redes pessoais ou familiares, geralmente compreendendo parentes próximos e remotos, bem como amigos, que oferecem meios potencialmente diversos de suporte quando os favores passados são recuperados (ELLIS, 2000).

No entanto, afirma-se que o capital social ‘é composto por ambas as redes de relações comuns e eletivas entre indivíduos, que podem ser verticais, como nas relações de autoridade, ou horizontais, como nas organizações de voluntários e da confiança e das expectativas que fluem dentro dessas redes’. Declarado como tal, o capital social compreenderia as reivindicações verticais, por exemplo, nos patronos, chefes e políticos que se espera que sejam atendidos em tempos de crise. O autor prevê o capital social como consistindo em mais grupos sociais horizontais, tais como associações, clubes e agências voluntárias que reúnem indivíduos para perseguir um ou mais objetivos em que eles tenham um interesse comum (por exemplo, associações de agricultores) (ELLIS 2000).

Isso se encaixa bem com ideias de reivindicações e reciprocidade. Portanto, refere-se às relações de reciprocidade e confiança derivadas dos laços sociais, sendo as relações que os produtores rurais alicerçam com sindicatos, associações e vizinhos (MATTE, 2013).

De todos os ativos descritos, segundo Ellis (2000), o capital social é claramente o mais difícil de descrever em termos qualitativos, pois são diferentes e amplos. Uma expressiva quantidade de reciprocidade está escondida, ou é descoberta apenas pela pesquisa antropológica, que consome muito tempo, ou emerge apenas no momento de uma séria crise de subsistência.

O conceito de capital social é relativamente recente e se afasta ainda mais das definições econômicas estreitas. O capital social é objeto de debate contínuo sobre a sua definição, a cobertura de redes personalizadas em comparação com manifestações mais formais de organização comunitária, como cooperativas, associações de agricultores, aldeias, comitês e assim por diante, e sua eficácia como veículo para descrever mudanças políticas, sociais ou econômicas (ELLIS, 2000).

No entanto, as famílias rurais nos países em desenvolvimento dedicam muita atenção às redes personalizadas, estabelecendo sistemas de direitos e obrigações complexos, mas informais, destinados a melhorar a segurança futura dos meios de vida. Seja ou não compatível com definições específicas de capital social, é certamente considerado pelos particulares e pelos próprios agregados como um bem que exige investimento com vista a garantir futuros retornos (ELLIS, 2000).

O Quadro 3 a seguir apresenta uma síntese dos capitais.

Quadro 3 - Síntese dos cinco capitais proposto por Ellis (2000)

Capital	Definição	Ativos
Capital Natural	Relacionado à qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo, árvores entre outros, que produzem produtos utilizados pela população humana para sua sobrevivência.	Terra, água, campo nativo, florestas, solo, pastagens, recursos biológicos, coleta de vegetais, caça de animais selvagens, pesca.
Capital Físico	Ativos trazidos à existência por processos de produção econômica, e pode ser exemplificado pelas ferramentas, maquinários, melhorias na terra como terraços ou canais de irrigação e insumos disponíveis.	Máquinas, tecnologias, ferramentas, animais, infraestrutura (estradas, água encanada, rede de comunicações, energia, edifícios, mangueira, ordenhas, pocilgas, aviários etc.), insumos, canais de irrigação, remédios e vacinas, adubos, defensivos químicos e biológicos.
Capital Humano	Nível de educação e estado de saúde de indivíduos e populações. Está relacionado ao trabalho doméstico disponível, às atribuições dos indivíduos, como nível de escolaridade, conhecimento, habilidades e o próprio estado de saúde.	Escolaridade, idade, condições físicas e de saúde, formação profissional, habilidades, treinamentos.
Capital Financeiro	“Ações de caixa”, estoque de dinheiro, poupança, os quais podem ser acessados para comprar bens tanto de produção como de consumo e o acesso ao crédito também pode ser incluído nesta categoria.	Poupança, dinheiro disponível (moeda), crédito, investimentos, animais que podem ser trocados (tidos como poupança de acesso rápido ou reserva de dinheiro), joias, ouro, soja, milho e trigo disponível.
Capital Social	Refere-se às redes e associações sociais, nas quais as pessoas participam e a partir das quais podem obter apoio que contribua para seu meio de subsistência. Ou seja, redes de reciprocidade e confiança às quais as pessoas participam, e a partir dos quais podem derivar apoio que contribuem para seu sustento.	Laços sociais, sindicatos rurais, cooperativas, associações, vizinhos, parentes (familiares), organizações políticas.

Fonte: Ellis (2000).

Em síntese, segundo Ellis (2000), entre estas categorias, o capital físico e o capital humano obedecem à definição econômica ortodoxa (fiel aos princípios) do capital, pelo que um investimento é feito para alcançar um fluxo futuro de retornos e uma taxa de retorno convencional ao investimento pode ser calculada. No caso do capital humano, esse investimento é frequentemente de caráter público (educação e serviços de saúde são fornecidos pelo estado), embora os benefícios tenham dimensões privada e pública, permitindo que os indivíduos

comecem a obter rendimentos mais altos, como resultado da melhoria da saúde ou maiores habilidades, bem como aumentar a produtividade do trabalho de forma mais geral. A base de recursos naturais, ou meio ambiente, tem sido recentemente considerado como um estoque de capital nesse sentido econômico puro.

O termo capital financeiro carrega uma ambiguidade e é designado como um ativo no contexto de subsistência, porque as ações financeiras (por exemplo, poupança) podem ser usadas para consumo ou investimento; além disso, os empréstimos obtidos por meio de contratos de crédito podem ser utilizados para uma variedade de fins dos quais o investimento destinado a aumentar a capacidade produtiva futura é apenas um. No entanto, o *status* de acesso de um indivíduo ou de uma família com respeito à poupança, empréstimos ou outras formas de financiamento ou crédito claramente fazem diferença para as escolhas de subsistência que lhes são abertas e, portanto, o capital financeiro é reconhecido como um componente importante do indivíduo ou ativos familiares (ELLIS, 2000).

O desenvolvimento regional e rural passa pelo fortalecimento dos meios de vida dos produtores rurais por meio das suas estratégias de diversificação. Portanto, compreender os meios de vida, ou seja, os capitais mobilizados e seus respectivos ativos e as orientações de valores dos agricultores pode representar um importante meio de análise para compreender a sucessão geracional.

Assim, os capitais e ativos serão utilizados como ferramenta para caracterizar as propriedades rurais, com e sem sucessão geracional. Com base neste constructo de Ellis, que se divide nos cinco capitais enumerados, pode-se verificar as potencialidades das propriedades e quais capitais e ativos os produtores rurais têm mobilizado para manter seu sucessor na propriedade rural.

A partir deste ponto buscou-se trabalhos na literatura internacional e nacional sobre a temática “meios de vida” “livelihoods”, “capitais e ativos” para a revisão de literatura, discussão e aprofundamento na temática. Reforçando que a base teórica são “meios de vida” de Ellis (2000).

O estudo de Niederle e Grisa (2008), realizado na região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul, teve como objetivo analisar o processo de diversificação a partir de uma abordagem centrada nos atores sociais e nos múltiplos ativos que estes dispõem ou acessam. Utiliza como conceitos centrais da abordagem dos meios de vida rurais (rural livelihoods), a qual focaliza os diversos capitais que os agricultores utilizam na construção das estratégias de sobrevivência. Foram analisados 58 casos. Substituindo em parte ou acompanhando a produção

de soja encontra-se uma série de estratégias agrícolas e não-agrícolas para diversificação dos meios de vida, dentre as quais se destaca-se como estratégia a pecuária leiteira (faz uso dos capitais produzido e natural), a produção para autoconsumo (utiliza os capitais natural, cultural e social), a agroindustrialização (faz uso do capital produzido, social e humano), a pluriatividade (utiliza o capital humano e o capital social) e a migração (faz uso do capital social).

Os autores Niederle e Grisa (2008 p.53), fizeram uso da classificação de Bebbington (1999), com a nomenclatura um pouco diferente da de ELLIS (2000). Embora ambas tenham a mesma gênese, Ellis (2000), classifica os capitais em capital humano, natural, social, físico e financeiro. Já Bebbington (1999), classifica os ativos de capital em cinco tipos: a) capital natural (qualidade e quantidade de recursos naturais – terra, água, solo, etc.); b) capital produzido (infraestrutura – estradas, energia, telefone, barragens, etc.; ativos financeiros – dinheiro, poupança, crédito; meios de produção – máquinas, ferramentas, insumos); c) capital humano (conhecimento, saúde, destrezas, habilidades); d) capital social (redes de reciprocidade e confiança) e; e) capital cultural (recursos, valores e símbolos apropriados em virtude da cultura dos grupos sociais dos quais se faz parte, e que sustentam formas de identidade, costumes, tradições e padrões de interação).

Percebe-se que o capital produzido, no caso de Ellis ele se divide em capital físico e financeiro. E o capital cultural é absorvido pelo capital social e humano no caso de Ellis.

No Brasil o estudo de Pereira, Souza e Schneider (2010) traz a discussão de correntes conceituais sobre os “meios de vida”, uma de um autor brasileiro chamado Antônio Cândido que estudou os meios de vida do caipira paulista, e a perspectiva livelihoods, conceito proposto por Chambers e Conway (1992) na Inglaterra, que é o utilizado nesta Tese, onde ocorre um consenso, pelo menos entre autores tais como Ellis, Haan e Zoomers, Scoones e Niehof, de que os estudos modernos sobre livelihoods encontraram sua inspiração intelectual no conceito proposto por Chambers e Conway (1992).

Segundo Pereira, Souza e Schneider (2010), o estudo brasileiro é mais antigo que o europeu e são separados por 28 anos (1964 – 1992), “meios de vida” e livelihoods e trazem em si a mesma preocupação com o homem e a natureza, interconectados, indissolúveis e interdependentes, que mesmo com olhares diferentes em sua gênese, podem ser tratados, de agora em diante, ao menos na utilização do termo em português, como simplesmente “meios de vida”. Logo, conclui-se que as origens teóricas e conceituais do termo “meios de vida” não

possuem a mesma gênese, e que sua correlação reside no uso de sua própria terminologia e na condição histórica de base dos estudos de Candido (PEREIRA; SOUZA; SCHNEIDER, 2010).

O estudo de Matte (2013) visa compreender quais são os fatores de vulnerabilidade que impactam sobre as capacitações e os meios de vida das populações rurais, procurando dar ênfase na compreensão dos múltiplos fatores que provocam situações de vulnerabilidade na pecuária de corte, fragilizando os meios de vida dos pecuaristas. O objetivo do trabalho consiste em compreender como a vulnerabilidade age sobre as capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Foram aplicadas 60 entrevistas com pecuaristas de corte dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Piratini e Pinheiro Machado. De modo geral, os resultados dessa pesquisa mostraram que a vulnerabilidade para os pecuaristas de corte consiste em uma situação de ausência de liberdade de escolha, causada por uma carência no acesso a alguns ativos, limitando, assim, o exercício das capacitações e provocando situações de incerteza quanto aos seus meios de vida. Sendo assim, os principais fatores de vulnerabilidade identificados são: período de verão (98%), problemas sanitários da pecuária (87%), período de inverno (83%), expansão da silvicultura (82%), dificuldade de contratação de mão de obra (78%) e ausência de sucessor (77%). Desse modo, a liberdade para escolher a melhor estratégia para enfrentar ou se adaptar às situações de vulnerabilidade fica restrita aos meios de vida de cada família, pois é a disponibilidade de ativos que vai possibilitar aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações individuais.

Voltando aos estudos sobre os meios de vida, no caso Freitas (2015) analisa a fumiicultura no Rio Grande do Sul. Tem como objetivo geral compreender como um processo de diversificação possibilita às famílias fumicultoras expandirem seus conjuntos capacitórios através dos seus meios e percepções de vida, criando, então, estratégias de sobrevivência e superação de um contexto de vulnerabilidade social. Foi realizada uma pesquisa quantitativa com aplicação de 250 questionários em treze municípios localizados na Região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra. Os resultados atestaram que os meios e percepções mais vulneráveis deram-se nas dimensões financeira e social (capital financeiro e social) e os ampliadores ocorreram nas dimensões natural, humana e física (capital natural, humano e físico). Quanto às médias dos meios de vida, estas apresentaram diferenças nos meios financeiro, social, humano, natural e físico, nos seguintes indicadores (ativos): renda da fumiicultura, diversidade de venda da produção, pluriatividade e plurirrendimentos, acesso à informação geral e técnico-produtiva, sucessão familiar na agricultura, distribuição do tempo de trabalho, educação, bem como forma

de aquisição dos insumos químicos e lenha, ferramentas de trabalho e uso da área da unidade produtiva (FREITAS, 2015).

O estudo de Vieira (2016), com jovens produtores de banana, analisa a construção de estratégias, a partir dos meios de vida, para a permanência no campo dos jovens rurais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada nos municípios de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com 24 entrevistas com roteiros semiestruturados e observação. Alguns fatores como os diversos canais de comercialização, a predisposição para o trabalho coletivo, a diversidade de alimentos produzidos e uma maior preocupação com o meio ambiente são algumas das características do sistema agroecológico adotados pelos jovens produtores. Os resultados, segundo o autor, permitem concluir que os jovens tendem a se organizar e construir suas estratégias realizando um planejamento a partir dos capitais e ativos que lhes são mais abundantes, estes estão ligados à terra, ao trabalho e ao capital. Estes três elementos articulados ou não, contribuem para que os jovens estabeleçam suas estratégias, com vistas a seguir nas atividades agrícolas.

Ainda, segundo Vieira (2016), foi possível concluir que os jovens com limitação de acesso à terra, porém com alto poder de trabalho, tendem a diversificar a produção e comercialização visando o emprego da mão de obra familiar e ao mesmo tempo gerar renda a toda a família. Já aqueles que têm limite em mão de obra, mas possuem maior área de terra, têm como estratégia a máxima produção de até duas culturas, o que permite a geração de renda executando um menor trabalho. E, por fim, outra estratégia é a aquisição de terras, já que grande parte dos jovens não tem acesso à terra por herança. Os ativos destacados no estudo foram: a) no capital natural: o tamanho da área, posse da terra (própria ou arrendada), formas de aquisição da terra, gênero; b) no capital físico: ativos como, casa de moradia, galpão, abrigo para animais, cercas, veículos (carro de passeio e moto), tratores e micro tratores, implementos agrícolas, pousada, agroindústria, engenho (cachaça, açúcar e farinha), água encanada, fossa séptica, telefone (fixo e celular), energia elétrica e internet; c) no capital humano: o ativo trabalho (mão de obra), escolaridade e formação humana; d) no capital financeiro: os ativos renda agrícola e acesso ao crédito; e) no capital social: os ativos participação na política, CTG, cooperativa, associação, grupo de Jovens, comunidade, Igreja, sindicatos. O autor concluiu também, que a agroecologia possibilita aos sujeitos que se organizam a partir de seus valores, condições melhores de permanecer no campo. Principalmente por dois elementos destacados nesta pesquisa, a relação dos sujeitos com o mercado e a participação social dos jovens (VIEIRA, 2016).

A contribuição de Freitas, Rambo e Schneider (2016), consiste em um estudo sobre as condições de vida no meio rural a partir de um caso sobre a agricultura familiar produtora de tabaco, no município de Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul. A pesquisa foi aplicada em 38 famílias. Teve como objetivo analisar os meios de vida a partir de uma concepção de desenvolvimento que ultrapassa o mero crescimento econômico e considera seus aspectos multidimensionais. O estudo tem como base teórica a abordagem das capacitações de Amartya Sen, operacionalizada metodologicamente pela perspectiva da diversificação dos meios de vida (livelihoods) de Frank Ellis. Esta abordagem sustenta a proposição metodológica de cinco dimensões do desenvolvimento: natural, social, humano, físico e financeiro. Os resultados iniciais apontaram que os meios de vida condicionam o desenvolvimento humano das famílias produtoras de tabaco.

Mudando de continente, na África o estudo de Muchanga (2016), no distrito de Magude, Moçambique, analisou as estratégias de meio de vida das famílias rurais, sob a luz das mudanças climáticas (sempre risco de seca), a partir dos ativos disponíveis e seus capitais. Para coleta de dados valeu-se de entrevistas semiestruturadas com os chefes de 11 famílias. As variáveis de análise foram os ativos: humanos, naturais, sociais, financeiros e físicos. Deste modo, estavam criadas as condições para a realização da pesquisa, a qual veio confirmar as hipóteses, porque as famílias estabelecem estratégias de meio de vida em função dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar, sendo as estratégias determinadas pelos fatores sociodemográficos da unidade produtiva. Para o caso específico, os ativos humanos e naturais têm mais impactos que os demais ativos. Eles mobilizam em primeiro lugar, o ativo humano (saber-fazer) em relação ao conhecimento, a plantar culturas tolerantes à seca (a mandioca, o amendoim, a melancia e o milho) e em segundo lugar, o ativo natural (terra). O gado bovino permite adquirir bens de consumo representando poupança para casos emergenciais (sendo um ativo financeiro). Assim, as famílias elaboram estratégias de reação, garantindo a manutenção do modo e condição de vida campesina, neste caso em estima, a sobrevivência, o que significa que satisfaz a demanda interna com menor penosidade (MUCHANGA, 2016). Logo, realidades totalmente diferentes nos casos até o momento.

Na América do Norte, nos Estados Unidos, o estudo de Bruno, Fernandez-Gimenez e Balgopal (2021), foi conduzido no nordeste do estado do Colorado, com 32 produtores rurais pecuaristas de corte, tentando compreender a tomada de decisões e os meios de vida, destes criadores, que utilizam sistemas pecuários baseados em pastagem. Enfatizam a importância do bem-estar e acesso a recursos para a tomada de decisões sobre os meios de vida. Os autores

encontraram sete fatores que surgiram como insumos para as estratégias de subsistência dos produtores: a) financeiro (renda); b) natural (terra); c) social (comunidade); d) humano (trabalho); e) físico (infraestrutura); f) político (acesso aos formuladores de políticas); g) cultural (modo de vida). Os produtores pecuários descreveram um processo dinâmico de inter-relação destes fatores de produção para desenvolverem três estratégias primárias de subsistência, para evitarem a migração para fora da agropecuária: contração, expansão e diversificação das suas operações. Com estas estratégias de subsistência, os produtores aumentam ou mantêm o seu material (ou seja, “o que você tem”), relacional (ou seja, “o que você pode fazer com o que você tem”) e bem-estar subjetivo (ou seja, “como você se sente”). Os resultados mostram que os produtores são indiferentes em relação ao acesso à cultura e fatores políticos e enfatizam o papel onipresente da diversificação como estratégia de subsistência (BRUNO; FERNANDEZ-GIMENEZ; BALGOPAL, 2021).

No oeste dos Estados Unidos, no estado de Montana, Schmidt (2022), na bacia hidrográfica do rio Blackfoot, investigou 12 pecuaristas sobre a diversificação dos meios de vida nessa região, que sofreu com mudanças econômicas, demográficas e sociais nos últimos 40 anos. O estudo evidenciou estratégias desenvolvidas a partir dos meios de vida, mais especificamente dos capitais natural, social e financeiro. A pecuária é um dos principais usos da terra nesta bacia e tem enfrentado desafios socioeconômicos crescentes devido à concorrência global, à queda dos preços do gado, à migração (saída do meio rural), sucessão geracional e às alterações climáticas. A diversificação dos meios de vida apresenta uma oportunidade para aumentar a lucratividade das fazendas e, ao mesmo, tempo apoia o bem-estar das comunidades rurais e conserva as pastagens intactas e ecologicamente significativas, das quais depende a pecuária. Esta pesquisa utilizou métodos participativos e qualitativos para identificar oportunidades e desafios para a diversificação da renda da fazenda com base nas perspectivas e experiências dos fazendeiros Blackfoot. Os resultados referem-se especificamente a estratégias de diversificação que envolvem: a) diversificação de mercado, por meio de marketing direto ao consumidor e cooperativo; b) diversificação de produtos, por meio da diversificação pecuária e certificações de terceiros; c) turismo e recreação, por meio da oferta de aluguéis por temporada, “glamping”, caça e recreação não motorizada; e d) pagamentos por serviços ecossistêmicos, por meio de programas governamentais de partilha de custos, servidões de conservação e sequestro de carbono. Com base nesses resultados, são apresentadas as oportunidades para garantir o sucesso da pecuária multigeracional, bem como

fortalecimento das comunidades, o benefício ecológico, garantindo a diversificação de renda nas fazendas de Blackfoot (SCHMIDT, 2022).

Fazendo fronteira com o estado de Montana, encontrou-se um estudo no Canadá. A pesquisa de Sethuratnam (2021), sobre pecuária, avalia um programa de incentivo à pecuária (programa fazendas incubadoras). Tem como foco avaliar a geração que atualmente possui e cultiva as terras, que são, na sua maioria, homogêneas e envelhecidas, e os aspirantes sucessores (que é o foco do treinamento), que abrangem todas as faixas etárias, são conhecedores do mercado e são predominantemente de áreas urbanas. O estudo teve como objetivo avaliar e criticar esses programas, que são uma nova estratégia de apoio aos novos agricultores. Os esforços para ajudar novos agricultores a adquirirem conhecimentos e competências para entrar na agricultura está ganhando força nos EUA e no Canadá. Nesse estudo, os meios de vida sustentáveis foram utilizados como estrutura e forma de pensar uma abordagem para o desenvolvimento. A estrutura dos meios de vida permitiu que este estudo se dividisse em partes. Os programas da incubadora concentraram suas energias no apoio aos novos agricultores. Fornece o acesso aos ativos físicos, particularmente a terra, é uma das áreas importantes onde os programas concentram os seus esforços. Da mesma forma, um esforço considerável é despendido na construção de ativos financeiros que incluem negócios, planejamento e fluxo de caixa. Além disso, o estudo provou que os novos agricultores precisam ter um conjunto variado de competências e capacidades desde a produção até o marketing, além da conscientização digital para ter sucesso. O estudo concluiu que os programas contribuem para desenvolver as capacidades dos novos agricultores (SETHURATNAM, 2021). Mesma linha de pensamento presente em Milone e Ventura (2019) ao defenderem que os novos agricultores precisam ser criativos, colaborativos, inovadores e se imaginarem como os novos produtores rurais.

Voltando para América Latina, o estudo de Torres et al. (2022), realizado em comunidades que estão localizadas nos Andes equatorianos, teve uma amostra de 178 domicílios rurais, onde os respondentes foram os chefes de famílias indígenas Kichwa e mestiços, pecuaristas de leite. Utilizou a teoria dos meios de vida e seus capitais. No capital humano e social avaliou etnia, sexo, idade, escolaridade, sucessão geracional e se pertence a alguma associação; no capital natural avaliou tamanho da propriedade, área de pastagem e área cultivável; no capital físico e financeiro avaliou se tinha água na sala de ordenha, tipo de piso, recipiente de armazenamento do leite, quem faz a ordenha, se recebe o bônus. Os resultados mostraram que 20 % da população mais pobre recebe 3,4% da renda e os 20% mais ricos tem 54% do total da renda desta população. Avaliando as precariedades, com base nos capitais,

criou-se sete variáveis para avaliar a percepção sobre mitigação e adaptação às mudanças climáticas: a) se tem compreensão sobre as mudanças climáticas; b) se o clima muda na sua região; c) se tem disponibilidade para receber treinamento sobre as mudanças climáticas; d) disposição de receber treinamento sobre práticas apropriadas de manejo com gado; e) se tem acesso à informação climatológica; f) se nos últimos anos utilizou ações adaptativas sobre as mudanças, e por fim, g) se tem disposição de investir em mão de obra e materiais para adaptar ações de adaptações a mudanças climáticas. Cerca de 70% de toda a população da área de estudo estava disposta a adotar ações de manejo do gado adaptadas ao clima, e cerca de 80% estão dispostos a investir mão de obra e materiais da fazenda para implementar ações de adaptação e mitigação se recebem apoio e formação sobre alterações climáticas (TORRES et al., 2022).

Outro estudo, desenvolvido no contexto europeu, na Irlanda, com produtores de leite, foi de Céle (2022). Analisa a vontade dos jovens produtores rurais a participarem de cooperativas do ramo, sendo um fator que influencia a sucessão. Dentro dos meios de vida, a participação em cooperativa é um ativo que faz parte do capital social. O estudo teve como objetivo determinar os fatores que influenciaram a decisão dos jovens em possuir, comprar ações e em participar de conselhos de administração em cooperativas leiteiras. Foram 255 jovens entrevistados, com menos de 40 anos, selecionados aleatoriamente. O modelo de regressão logit binária foi utilizado para executar três regressões. As descobertas revelaram que a maioria dos jovens estava disposta a aderir à cooperativa e à sua direção. Os jovens perceberam que a adesão às cooperativas agrega valor aos meios de vida dos agricultores. E, consideraram como principais atributos cooperativos: os agricultores no controle, o preço justo dos produtos e a boa governança. Fatores como idade e envolvimento em cooperativas tiveram impacto positivo ou eram mais propensos a influenciar a atual propriedade acionária. O envolvimento ou exposição a operações na cooperativa e ter os pais em cooperativas aumentou a probabilidade de os jovens estarem dispostos a comprar ações no futuro. A percepção de abertura dos conselhos agrícolas, ter curso de graduação e interesse em frequentar sessões de informação do conselho, aumentaram a probabilidade de os jovens quererem aderir ao conselho cooperativo (CÉLE, 2022).

Portanto, percebe-se que nesses estudos os meios de vida são utilizados como ferramentas para compreender o rural, fazer uma análise ampla do que as propriedades têm disponível em termos de capitais e ativos que podem ser mobilizados. Geralmente a partir destes são formuladas estratégias que visam avaliar, identificar ou solucionar problemas no meio rural e conseqüentemente melhorar as condições de vida dos produtores.

Como reforça Ellis (2000), Freitas, Rambo e Schneider (2016), na medida em que um ativo puder ser construído, adquirido, modificado ou convertido em outro, maior será a possibilidade de sucesso das respostas de enfrentamento ou adaptação dos meios de vida, melhorando, conseqüentemente, as condições de vida dos agricultores e suas famílias.

Para Ellis (2000, p. 17), “a diversificação de meios de vida rural é definida como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio cada vez mais diversificado de atividades e ativos para sobreviver e melhorar seu padrão de vida”. Os meios de vida são constituídos por um conjunto de capitais formados por diversos ativos, na qual a condição em que os ativos apresentam influência na forma como serão acessados e mobilizados, tendo como objetivo principal a demanda pela sustentação da propriedade rural e autonomia da família do produtor rural (SCOONES, 1998; ELLIS, 2000; MATTE, 2013).

Segundo Schneider (2010), a soma dessas atividades representa as estratégias dos meios de vida que provocam, ou não, melhoria de qualidade de vida e, conseqüente, desenvolvimento rural.

A importância dada à temática dos “meios de vida” é corroborada pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), que é uma das agências das Nações Unidas, a que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza, por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola. Atualmente, a FAO o Banco Mundial e a Universidade Americana de Washington DC, são parceiros, por meio do Projeto RIGA (Rural Income-Generating Activities = Projeto Atividades Rurais Geradoras de Renda), têm analisado os determinantes da diversificação das fontes de renda, contendo uma base de dados inovadora sobre fontes de rendimento, com 35 inquéritos abrangendo 19 países de África, Ásia, Leste da Europa e América Latina. E utilizam a abordagem dos “meios de vida” através dos seus capitais e ativos. Esses estudos confirmam a hipótese geral de que o acesso aos ativos é fundamental para que as pessoas realizem as atividades que lhes permitem gerar a renda para a sua sobrevivência (FAO, 2024).

2.3 ORIENTAÇÕES DE VALOR DE RUTH GASSON

O artigo *Goals and Values of Farmers* de Ruth Gasson, publicado em 1973, é um estudo realizado no Reino Unido com agricultores abordando a temática dos objetivos e valores pessoais para a tomada de decisão. Este estudo é utilizado como uma das bases teóricas para se

compreender a tomada de decisão e a percepção dos produtores rurais sobre a perspectiva da sucessão geracional na região do COREDE ALTO JACUÍ.

A pesquisa de Gasson explora a temática dos objetivos e valores na ocupação agrícola como um aspecto da motivação. Os valores quanto à orientação dos agricultores em suas atividades agropecuárias foram agrupados por semelhança pela autora em quatro categorias, que ela denominou de: orientação instrumental, orientação social, orientação expressiva e orientação intrínseca (GASSON, 1973).

Em seu estudo, Gasson (1973) tinha como objetivo explorar o tema da motivação dos agricultores, para descobrir o que realmente desejam de sua ocupação. Para responder esse objetivo, Gasson argumenta que apenas estudos econômicos não respondem esses objetivos, devendo-se buscar uma abordagem sistêmica (visão holística), para compreender a psicologia com técnicas da sociologia, analisando a economia do produtor rural sob um novo ângulo, e não apenas da forma ortodoxa, rígida, do pensamento econômico, para entender o comportamento dos produtores rurais.

Segundo Gasson (1973), para entender o comportamento é necessário a interação de duas variáveis: A *pessoa*, com seus objetivos e aspirações que direcionam seu comportamento para um fim desejado, e o seu *ambiente* (*capitais e ativos*), ou seja, como ele percebe os recursos e as restrições materiais ou meios para atingir um fim desejado.

Uma justificativa assumida em seu trabalho é que muito do comportamento econômico é racional e, portanto, sujeito a leis que podem ser compreendidas. A racionalidade é delineada como comportamento direcionado a um objetivo, um significado mais amplo do que aquele implícito na economia (GASSON, 1973).

Para Gasson (1973), o comportamento no campo econômico dificilmente é direcionado por um único objetivo, na medida em que não envolve avaliação cuidadosa de alternativas, mas flui mais ou menos automaticamente de decisões bastante importantes tomadas talvez anos antes, até mesmo decisões tomadas por outra pessoa. O comportamento econômico em seu trabalho refere-se às escolhas feitas após pensamento reflexivo, como decisões de investir, adotar novas práticas ou mudar de emprego.

Baseando-se nisso a pesquisadora propôs uma abordagem mais radical, ou seja, foi proposto procurar explicar em uma base empírica um espectro mais amplo de comportamento na esfera econômica. Tal teoria precisaria incorporar o comportamento condicionado pela tecnologia, instituições, costumes, hábitos da sociedade e por cognição, percepção, crença, objetivos e valores de atores individuais.

No entanto, no seu estudo, Gasson concentra-se em objetivos e valores, deixando de lado as questões culturais, restrições institucionais, percepção e conhecimentos diferenciais. Teorias foram comparadas a mapas, cada um destinado a explicação e orientação. Para o propósito de explicar o comportamento dos agricultores, a teoria econômica é intelectualmente satisfatória, mas não particularmente convincente (GASSON, 1973). Não há garantias de que qualquer abordagem alternativa será mais eficiente ou eficaz, mas espera-se que uma nova perspectiva sobre alguns dos problemas familiares em economia agrícola possa aprofundar a compreensão e que tomar as duas abordagens em conjunto pode contribuir para uma abordagem na teoria do comportamento (GASSON, 1973).

2.3.1 Objetivos, valores e comportamento

Os objetivos, segundo Gasson (1973), são definidos como fins ou estados em que o indivíduo deseja ser ou coisas que ele deseja realizar. Alguns objetivos são fins autossuficientes, outros apenas instrumental para obter fins mais desejados.

Um curso de ação pode ser visto como a conquista ao longo do tempo de uma série conectada de metas onde a realização de um satisfaz uma necessidade imediata e também fornece um trampolim para mais um objetivo final. Por exemplo, a ação de um produtor rural por comprar mais terras. Ele pode atuar desta forma a fim de:

- Satisfazer seus desejos por possuir terras;
- Aumentar o valor do capital de sua participação;
- Expandir o negócio para abrir espaço para um filho;
- Aumentar a produção e, assim, aumentar a renda agrícola;
- Melhorar o acesso a outras partes da fazenda;
- Envolver-se em uma atividade não agrícola, como o florestamento (GASSON, 1973).

Para Gasson (1973), a mesma ação pode ser realizada em resposta a qualquer um de vários motivos (esse motivo poderia ser a sucessão geracional, por exemplo). Possuir terras pode ser um fim em si, ou um meio para um fim mais distante, como por exemplo a maximização de lucro da propriedade, solidariedade familiar, conveniência ou aposentadoria.

Pode haver alguns objetivos mais específicos que outros. Os objetivos variam entre indivíduos e para a mesma pessoa em diferentes estágios de sua vida. Por exemplo, comprar uma pequena propriedade vizinha pode ser uma jogada prudente para o produtor rural, mas para

o jovem de origem não agrícola, seria uma aposta em sua vida. Portanto, estudar os objetivos, faz-se necessário.

Os valores são uma propriedade mais permanente do indivíduo, menos sujeitos a mudanças com o tempo e as circunstâncias. Um valor é uma concepção da referência desejável a qualquer aspecto de uma situação, objeto ou evento que tenha uma implicação preferencial de ser bom ou mau, certo ou errado. Os valores são considerados justificados pela razão, de julgamentos morais ou éticos. Os valores típicos incluem honestidade, humanidade, sucesso, progresso, liberdade, democracia. Valores são fins em si mesmos, perseguidos para seu próprio bem, são padrões que influenciam a seleção entre modos, meios e fins de ação (GASSON, 1973).

Ao contrário de objetivos mais concretos ou necessidades, os valores nunca são totalmente satisfeitos, e continuam a ser desejados após o término da ação. Por exemplo, uma pessoa com fome deixa de precisar de comida após uma refeição, mas um gourmet continua a desejar comida porque ela tem valor para ele (GASSON, 1973).

Os valores são produtos culturais mantidos por todos os membros de um sistema social. Um consenso mínimo sobre os valores é que são necessários para manter viável uma ordem social. Eles não são inatos, mas aprende-se, principalmente na infância, por meio da interação social com pais, professores e colegas. Os valores são relativamente duradouros, mas se fossem completamente imutáveis na vida adulta os esforços dos missionários, governantes de prisão, economistas do desenvolvimento e outros espíritos cruzados estariam fadados ao fracasso (GASSON, 1973).

2.3.2 Orientações de valor

Os valores não existem isoladamente, mas sim são organizados em sistemas ou **orientações de valor**. Uma vez que as orientações de valor determinam os fins desejados do comportamento e prescrevem normas ou meios socialmente aceitáveis de alcançá-los, segue-se que a apreciação de sistemas de valores é necessária para prever o comportamento (GASSON, 1973).

Logo, seguindo-se esta linha teórica proposta por Gasson (1973), pensa-se que a maioria dos indivíduos subscrevem a maioria dos valores dominantes na maioria das vezes, assim, o comportamento é uma expressão não de um, mas de todos os elementos de valor. Para suportar a variação de valores para o comportamento, é necessário saber onde eles ficam em relação um

ao outro. Todos os componentes podem estar presentes, pois fazem com que os sistemas de valores se difiram entre os indivíduos e entre subgrupos da sociedade.

Em outras palavras, as pessoas desejam alcançar todos os valiosos fins, mas em situações em que estes são mutuamente exclusivos, é a ordem relativa de valores que determina como eles decidem agir. O conhecimento de que um determinado produtor rural valoriza mais o lazer do que o trabalho árduo ou o progresso acima da manutenção das tradições, forneceria uma ampla indicação de como ele decidiria agir em uma variedade de situações (GASSON, 1973).

2.3.3 Técnicas de estudos de valor

Em uma analogia simplista, os sistemas de valores foram comparados a cebolas: para cada pessoa uma série de valores, às vezes opostos, estão integrados abaixo dos valores mais difundidos. A *pele* externa pode representar valores defendidos pela sociedade e expressos publicamente para aprovação social. Os próximos valores da camada seriam mantidos por membros de subgrupos, como por exemplo: colegas de trabalho, a aldeia, a comunidade agrícola, mas não necessariamente repetido na sociedade em geral. Mais abaixo podem estar valores compartilhados apenas com membros da família e, mais profundamente ainda, aqueles que o indivíduo admite apenas para si. Diferentes camadas podem ser relevantes para diferentes tipos de comportamento e diferentes camadas podem ser aproveitadas se o respondente é entrevistado sozinho, na presença de sua família ou no trabalho. E, uma vez que o próprio entrevistador é uma pessoa que valoriza (diferentes valores), sua subjetividade pode, por exemplo, influenciar o resultado de uma investigação (GASSON, 1973).

Pela proposta, uma orientação instrumental implica que a agricultura é vista como um meio de obtenção de renda e segurança e com prazer pelas condições de trabalho. Agricultores com orientação predominantemente social utiliza-se da agricultura para o bem das relações interpessoais no trabalho. Os valores expressivos sugerem que a agricultura é um meio de autoexpressão ou realização pessoal, enquanto a orientação intrínseca significa que a agricultura é valorizada como uma atividade em si só (GASSON, 1973).

O quadro quatro, a seguir, representa os valores dominantes que provavelmente estão associados aos produtores rurais. Por conveniência, esses valores são classificados em quatro títulos, mas não é afirmado que o esquema de classificação ou o conteúdo da lista já tenha sido exaustivo, podendo ser achado novas orientações de valores no estudo.

Quadro 4 - Orientações de valor segundo Gasson (1973)

Orientação	Definição	Características
Orientação Instrumental	Em suas decisões, os indivíduos buscam maximizar seus objetivos preestabelecidos, considerando um padrão de benefícios mínimos aceitáveis. De forma prática, buscam também expandir seus negócios e ter condições agradáveis de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Ganhando o máximo de renda; - Obtendo uma renda satisfatória; salvaguardando a renda para o futuro; - Expandindo o negócio; fornecendo condições de trabalho agradáveis - horas, segurança, ambiente.
Orientação Social	O processo decisório de um agricultor com orientação social parte da conquista de prestígio social. Além disso, tem uma relação positiva com a comunidade agrícola e prima por continuar a tradição familiar e exercer atividade junto com a família.	<ul style="list-style-type: none"> - Ganhando reconhecimento, prestígio como agricultor; - Pertencendo à comunidade agrícola; - Continuando a tradição da família; - Trabalhando com outros membros da família; - Mantendo boas relações com os trabalhadores.
Orientação Expressiva	Nos agricultores com esta orientação predomina o sentimento de pertencimento, o sentir-se proprietário, o gosto por trabalhar na atividade agropecuária, a busca de habilidades e aptidões especiais para melhor desenvolver as tarefas e ser criativo no trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Sentindo orgulho da propriedade; - Ganhando respeito próprio por fazer um trabalho que vale a pena; exercendo habilidades e aptidões especiais; - Chance de ser criativo e original enfrentando um desafio, alcançando um objetivo, o crescimento pessoal.
Orientação Intrínseca	Nesta orientação o agricultor atua com satisfação, desfruta do trabalho agrícola ao ar livre, valoriza o trabalho duro e a independência nas decisões.	<ul style="list-style-type: none"> - Prazer nas tarefas de trabalho; - Preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre; - Atividade proposital, valor no trabalho árduo; - Independência - liberdade de supervisão e de organização do tempo; - Controle em uma variedade de situações.

Fonte: Gasson (1973).

As orientações de valor, no presente estudo, têm por finalidade caracterizar os produtores rurais com e sem sucessão geracional buscando-se traçar um perfil desses produtores, por se acreditar tratar-se de um constructo que seja fundamental para compreender a tomada de decisão dos produtores rurais. Por exemplo, pode-se demonstrar que o produtor com orientação de valor X tem maior probabilidade de ter ou manter um sucessor na propriedade rural.

Ainda seguindo a proposta de Gasson (1973), embora os valores sejam definidos como fins autossuficientes, é evidente que alguns nesta lista estão mais próximos dos objetivos e podem servir como meio para atingir os fins mais desejados. Em algumas sociedades, a criatividade ou independência, por exemplo, pode ser a base para atribuir o *status* e podem ser

perseguidos conscientemente para esse fim. Em outras situações, trabalhar com familiares pode ser um meio de garantir renda para o futuro e segurança na velhice. O dinheiro pode ser um fim para um avaro, mas normalmente é desejado como meio de consumo, lazer, segurança, progresso ou prestígio.

Assim, a renda pode, de fato, ter significados diferentes para diferentes classes sociais; para os economicamente privados, pode ser válido principalmente como meio de segurança, nas classes médias pelo prestígio que lhe atribui e entre os ricos como uma marca de realização (GASSON, 1973).

O cruzamento das orientações de valor identificadas nos produtores rurais e o interesse pela sucessão geracional e a aposentaria ou não dos pais poderá trazer uma série de informações e possibilidades para se discutir e trabalhar essa problemática. Logo, deve-se considerar que, num processo decisório complexo, a interação entre os sentimentos dos atores, seus objetivos e valores, fatores internos como as particularidades das propriedades rurais e fatores externos como incentivos públicos, mercado e tecnologia influenciam diretamente nesse processo (DUTRA; MACHADO; RATHMANN, 2008; PANNON, 2016). Portanto, segundo Gasson (1973), certamente os valores exercem alguma influência independente sobre o comportamento. Entretanto, o ambiente no qual cada indivíduo está inserido também pode exercer influência sobre as motivações.

Visando a busca por trabalhos que se aproximem tematicamente desta Tese, encontrou-se um estudo no Rio Grande do Sul e outro na Moldávia que trazem a temática dos meios de vida e os objetivos e valores.

Nessa perspectiva o estudo de Panno (2016), tem por objetivo analisar as decisões dos agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS com relação à sucessão geracional nas suas propriedades, sob a ótica da teoria da decisão e orientações de valor. Foi aplicado um questionário a 50 potenciais sucessores e a 50 sucedidos, buscando compreender os direcionamentos decisórios destes atores sobre a sucessão. O estudo aponta para uma necessidade de pensar a sucessão geracional como um processo e não como uma decisão pontual. A participação dos filhos nas decisões cotidianas da propriedade, bem como na divisão dos resultados financeiros e das responsabilidades, mostra-se como fator determinante para que esse processo aconteça. Além de delinear e analisar fatores influenciadores das decisões dos atores, o estudo classifica potenciais sucessores e sucedidos dentro das orientações de valor de Ruth Gasson (1973) – instrumental, social, expressiva e intrínseca. Comparando as orientações de pais e filhos, tem-se uma significativa diferença de percepção.

Os resultados demonstraram que os pais com sucessor se mostram propensos a uma orientação intrínseca ficando numa média de 4,49. A segunda orientação em importância foi a instrumental, com média de 4,33; na terceira posição aparece a orientação expressiva, com média de 4,22; e por última aparece a orientação social, com uma média de 4,16. E os objetivos mais valorizados pelos produtores com sucessão foram: (1º) “ter qualidade de vida”, com média de 4,88, da orientação intrínseca; (2º) “Sentir orgulho por ser proprietário rural. Pertencimento”, com média de 4,74 da orientação expressiva; (3º) “maximizar renda, fazer renda para o futuro”, com média de 4,70 da orientação instrumental; (4º) “Ter prazer nas tarefas de trabalho”, com média 4,64 da orientação intrínseca; (5º) “Fazer renda para o futuro”, com uma média 4,56 da orientação instrumental (PANNO, 2016).

A orientação intrínseca valoriza aspectos como qualidade de vida, prazer no trabalho, independência na organização do tempo. Para os pais, essas características da vida no campo são mais valorizadas que os rendimentos econômicos. Isso pode estar associado à realidade vivenciada pelos agricultores familiares, ao longo dos tempos, e às transformações que as atividades foram sofrendo. Para eles, o relevante é manter o que se conquistou, tendo condições de usufruir das conquistas (PANNO, 2016).

O estudo de Panno (2016), reafirma as constatações de Gasson (1973), onde a autora afirma que, não existem motivos puramente econômicos ou não econômicos, embora alguns sejam mais relevantes do que os outros para o comportamento econômico dos indivíduos. E as atitudes diante desses motivos são distintas. Por exemplo, na realidade capitalista ocidental, pode-se esperar que a tendência seria predominar um perfil mais instrumental de produtores rurais. Porém, pode-se encontrar que ao invés de maximizar renda, o indivíduo pode querer maximizar a satisfação dentro de um determinado sistema de preferência. No estudo de Panno (2016), essa ideia ficou clara na organização das orientações de valor dos pais.

Após propor o presente estudo, na fase de revisão de literatura desde o ano de 1973 (ano de publicação da pesquisa seminal de Ruth Gasson) até os dias de hoje, eis que se encontrou apenas um estudo considerando concomitante as duas teorias aqui propostas como basilares: As “Orientações de valor” e os “Meios de vida”.

Este estudo é o de Piras et al. (2021), na Moldávia, país do Leste Europeu, que analisou pequenos agricultores pós soviéticos, e exibiram dois perfis de produtores, os empreendedores e os diversificados (camponeses). Teve como aporte teórico os meios de vida e os objetivos e valores para avaliar esses perfis de produtores. Foram entrevistados 126 pequenos produtores de 37 comunidades agrícolas. Esta região é a maior em número de explorações agrícolas

familiares per capita na Europa, sendo que a Moldávia representa um estudo de caso exemplar para explorar as trajetórias de vida destes beneficiários de terras. Foram identificados dois grupos: os “camponeses”, que representam a maioria, e os agricultores “empreendedores”. Os primeiros tendem a diversificar os seus meios de vida fora da exploração agrícola (entendido como pluriatividade); e os empreendedores transformaram a agricultura em um negócio adequado em tempo integral, mas mantêm um tamanho pequeno em comparação com as fazendas corporativas que sucederam a União Soviética. Descobriu-se que os dois grupos partilham de objetivos e valores semelhantes, principalmente uma forte consideração pelo autoabastecimento de alimentos; um desejo de preservar a propriedade da terra; e apreço pelo modo de vida da comunidade (povo, povoado). E, se por um lado os “empreendedores” procuram a maximização dos lucros (monetário), os “camponeses” definem o seu ritmo de trabalho com base nas necessidades da família (incluindo o desejo de passar tempo de qualidade com a família e amigos). Ainda assim, alguns “camponeses” investem parte do seu rendimento não agrícola na agricultura para intensificar a produção e comercializar produtos de “nicho” (em vez de produzirem cereais e oleaginosas). A desmercantilização, a internalização, os mecanismos de ajuda mútua e a dependência dos “mercados tradicionais” surgem como estratégias para preservar a autonomia dos pequenos produtores face aos mercados modernos arriscados, em vez de ser um mero resultado da necessidade. Apesar disso, as políticas de desenvolvimento rural conduzidas pela Comunidade Europeia exigem que se comportem como “empreendedores”. O estudo evidenciou que a maioria dos pequenos agricultores valoriza o autoabastecimento de alimentos, a autonomia concedida pelo trabalho na própria propriedade, e seus estilos de vida baseados na comunidade agrícola. Assim, uma prioridade fundamental é abrandar o escoamento de pessoas para manter comunidades rurais esforçadas e solidárias (PIRAS et al., 2021).

Percebe-se que não são puras as orientações de valor observadas no estudo de Piras et al. (2021), podendo um mesmo produtor apresentar características de mais de uma orientação. O perfil de ambos, tanto os produtores camponeses (diversificados) como os empreendedores, contêm orientações Intrínsecas: valorizando o autoabastecimento de alimentos (preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre; qualidade de vida). Orientação Expressiva: valorizando um desejo de preservar a propriedade da terra (sentir orgulho por ser proprietário rural; pertencimento). Da Orientação Social: o apreço pelo modo de vida da comunidade (povo; povoado; pertencer à comunidade agropecuária). Os empreendedores com orientação Instrumental: maximização dos lucros (monetário; maximizar renda; maior resultado

financeiro). Os camponeses com a Orientação Social: trabalho com base nas necessidades da família (incluindo o desejo de passar tempo de qualidade com a família e amigos; trabalhar com outros membros da família).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo desenvolvido compõe-se de pesquisa quantitativa e qualitativa. Os métodos quantitativos permitem explorar os dados e informações mensuráveis (tangíveis). O qualitativo se preocupa com a realidade que não pode ser quantificada, pois busca se aproximar da realidade dos sujeitos analisados (DESLANDES, 1994; MINAYO, 2011). A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações humanas e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (DESLANDES, 1994).

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A escolha pela região do COREDE ALTO JACUÍ está diretamente relacionada a dois aspectos: (1) A diversidade da realidade produtiva e social das propriedades rurais e (2) Interesse do autor pelos municípios que a compõem, em função de sua origem.

Partindo dessa premissa, para desenvolver os objetivos propostos, as propriedades rurais, para comporem a amostra, devem apresentar as seguintes características:

- Propriedades rurais com sucessão geracional e propriedade rurais sem sucessão geracional, sob o ponto de vista do atual gestor da propriedade.

- Propriedades pequenas, médias e grandes, definidas pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993⁶.

- Produtores rurais com 50 anos de idade ou mais.

Nas propriedades com sucessão:

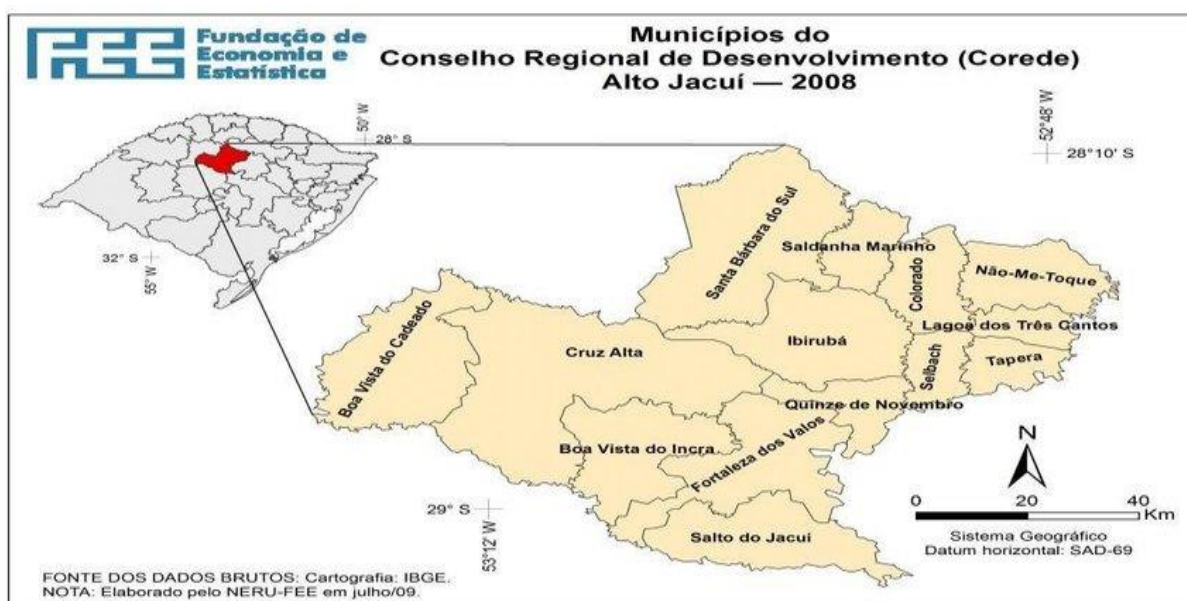
- Ter processo de sucessão encaminhada ou consolidada, com sucessor desenvolvendo alguma atividade na propriedade, em tempo parcial ou integral;

- Propriedades com sucessores maiores de 18 anos;

⁶ A classificação das propriedades rurais em relação ao **tamanho** da área é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o **módulo fiscal** (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município, sendo os imóveis rurais classificados em: **Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; **Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; **Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; **Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais (BRASIL, 2017; INCRA, 2017).

O COREDE⁷ ALTO JACUÍ foi criado em 1991, situado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, composto de 14 municípios. Fazem parte os municípios: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera.

Figura 1 - Localização dos Municípios que compõem o COREDE ALTO JACUÍ⁸



Fonte: Arquivo FEE (2024).

Segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística, apresentados nos quadros 4 e 5, o COREDE ALTO JACUÍ tem uma população total em 2021 de 162.073 habitantes, e conta com uma área de 6.894,7 km², com uma densidade demográfica de 23,5 habitantes por km², tem uma taxa de analfabetismo de 4,75% entre pessoas de 15 anos ou mais, tem uma expectativa de vida de 73,2 anos, e um coeficiente de mortalidade infantil de 9,93 a cada mil nascidos vivos e suas exportações totais em 2014 movimentaram U\$ FOB 780.849.082 dólares (FEE, 2024).

⁷ A Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, instituiu os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no Rio Grande do Sul. A estruturação dos COREDES começou em 1991 e a regulamentação foi feita pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994.

⁸ Das figuras ilustrativas referente ao COREDE ALTO JACUÍ que estão disponíveis, esta não é a mais recente, porém é a de melhor qualidade quanto à visualização.

Quadro 5 - Características socioeconômicas dos municípios do COREDE ALTO JACUÍ publicadas em 2024

MUNICÍPIOS	CARACTERÍSTICAS								
	População total (2021) Habitantes	Área total (2022) km ²	Densidade Demográfica (2021) hab/km ²	Taxa de analfabetismo (2010) %	Expectativa de vida (2010) (anos)	Mortalidade infantil (2022) /mil nascido	PIB total (2021) (mil R\$)	PIB per capita (2021) R\$	Exportações Totais (2014) U\$ FOB
Boa Vista do cadeado	2.337	701,2	3,3	5,25	76,04	47,62	468.750	190.085,2	
Boa Vista do Incra	2.504	504,1	5,0	5,01	77,02	24,39	384.172	146.184,3	
Colorado	3.482	286,3	12,2	4,45	75,07	0	338.157	109.506,7	
Cruz Alta	62.386	1.360,5	45,9	4,48	76,49	8,61	4.609.384	77.389,3	689.778.995
Fortaleza dos Valos	4.645	650,5	7,1	6,27	75,23	0	664.771	132.824,7	39.270
Ibirubá	22.457	607,2	37	3,44	75,88	12,05	1.722.053	84.109,2	44.972.776
Lagoa dos três cantos	1.986	138,6	14,3	2,22	76,14	0	157.139	97.967,0	
Não-Me-Toque	18.866	361,7	52,2	3,78	75,80	4,83	2.207.531	123.422,2	35.974.102
Quinze de Novembro	4.301	223,1	19,3	3,25	75,48	47,62	225.120	66.960,5	38.390
Saldanha Marinho	2.922	221,6	13,2	5,22	75,48	0	254.247	97.938,1	74.000
Salto do Jacuí	11.223	507,7	22,1	8,57	75,23	0	1.213.455	96.983,2	3.067.562
Santa Bárbara do Sul	8.429	975,8	8,6	6,73	75,48	11,36	1.336.027	171.000,5	7.055.647
Selbach	5.216	176,5	29,6	3,74	75,47	0	375.173	73.361,9	39.756
Tapera	11.319	179,9	62,9	5,18	75,07	17,86	640.273	60.580,2	1.861.365
Média	11.576,6	492,4	23,7	4,83	75,6	12,42	1.042.589,43	104.838,0	780.849.082

Fonte: FEE (2024).

Estes dados foram extraídos de IBGE e FEE, em dois momentos distintos. No início do projeto foram extraídos em 2021, e para fins de comparação, coletados novamente os disponibilizados em 2024, pelos mesmos Órgãos.

Quadro 6 - Características socioeconômicas dos municípios do COREDE ALTO JACUÍ publicadas em 2021

MUNICÍPIOS	CARACTERÍSTICAS								
	População total (2020) Habitantes	Área total (2020) km2	Densidade Demográfica (2020) hab/km2	Taxa de analfabetismo (2010) %	Expectativa de vida (2000) (anos)	Mortalidade infantil (2018) /mil nascido	PIB total (2018) (mil R\$)	PIB per capita R\$ (2018)	Exportações Totais (2014) U\$ FOB
Boa Vista do cadeado	2.407	701,2	3,4	5,25	76,04	40,00	275.390,09	111.358,71	
Boa Vista do Incra	2.505	504,1	5,0	5,01	77,20	21,74	202.172,91	78.059,04	
Colorado	3.473	286,3	12,1	4,45	75,07	41,67	210.616,92	65.388,67	
Cruz Alta	62.006	1.360,5	45,6	4,48	76,49	9,40	3.949.025,93	65.065,59	689.778.995
Fortaleza dos Valos	4.617	650,5	7,1	6,27	75,23	20,41	324.155,70	74.415,91	39.270
Ibirubá	22.046	607,2	36,3	3,44	75,88	11,86	1.065.951,58	52.551,35	44.972.776
Lagoa dos três cantos	1.949	138,6	14,1	2,22	76,14	83,33	94.386,90	58.589,01	
Não-Me-Toque	18.466	361,7	51,1	3,78	75,80	13,70	1.275.494,14	72.952,08	35.974.102
Quinze de Novembro	4.239	223,1	19,0	3,25	75,48	48,78	148.010,34	39.063,17	38.390
Saldanha Marinho	2.895	221,6	13,1	5,22	75,48	34,48	164.532,00	61.415,45	74.000
Salto do Jacuí	11.365	507,7	22,4	8,57	75,23	22,22	804.656,17	64.808,00	3.067.562
Santa Bárbara do Sul	8.446	975,8	8,7	6,73	75,48	10,53	787.039,98	97.177,43	7.055.647
Selbach	5.243	176,5	29,7	3,74	75,47	19,61	240.209,08	47.164,56	39.756
Tapera	11.155	179,9	62,0	5,18	75,07	8,47	453.521,39	42.813,31	1.861.365
Média	11.483,71	492,4	23,5	4,83	75,60	27,50	713.940,17	66.487,30	780.849.082

Fonte: FEE (2021).

Dentre os dados apresentados, segundo FEE (2021), o PIB *per capita* dos municípios merece destaque, uma vez que ficou com uma média de R\$ 66.487,30 reais ano, representando R\$ 5.540,50 ao mês por habitante, enquanto o salário-mínimo em 2021 era de R\$ 1.192,40. A renda per capita ou rendimento *per capita* é um indicador que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. Apesar de se saber que esse valor não é distribuído de forma igualitária, o mesmo é capaz de fornecer uma ideia da magnitude da economia desta região. Em grande parte destaca-se o setor agropecuário, e a indústria de implementos voltados ao setor.

Por outro lado, segundo os dados da FEE (2024), a média da renda *per capita* de R\$ 104.838,0 reais ano, representa R\$ 8.736,5 ao mês por habitante, enquanto o salário mínimo em 2024 era de R\$ 1.412,00 reais. Percebe-se que a mortalidade infantil se reduziu significativamente de 2021 para 2024, passando de 27,5 para 12,4 crianças a cada mil nascidos.

E por fim, o PIB médio do COREDE ALTO JACUÍ que em 2021 era de R\$ 713.940,17 milhões de reais, passou para R\$ 1.042.589,43 bilhões de reais em 2024 (Dados correntes).

Dentre os setores mais importantes da economia estão, respectivamente, a agropecuária, a indústria e o setor de serviços. O COREDE ALTO JACUÍ destaca-se pelo eixo industrial, que abrange os municípios de Não-Me-Toque, Ibirubá e Cruz Alta, particularmente em torno de maquinário e produção agrícola.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário estruturado. No questionário estruturado as pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Deseja-se conhecer o perfil dos pais com e sem sucessor em suas atividades agrícolas, a partir das orientações de valor de Gasson, e analisar as propriedades conforme a disponibilidade de capitais e ativos. Assim, busca-se saber quais têm mais condições de manter um sucessor, e se os pais oportunizam ou viabilizam a sucessão a partir desses capitais e ativos. Logo, o comportamento a conhecer é se ocorre ou não incentivo à sucessão e por quais meios.

Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida e mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados (GIL, 2008). Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes seleciona-se, mediante

procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas a partir desta amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos (GIL, 2008). Entre as principais vantagens de se utilizar esse procedimento estão: conhecimento direto da realidade, economia, rapidez e a quantificação.

Por não se conhecer o número total da população rural e as propriedades com processo de sucessão, considerou-se para o cálculo da amostra o número de estabelecimentos agropecuários do COREDE ALTO JACUÍ. Segundo os dados do IBGE Censo Agropecuário 2017 (2021), há 6.898 estabelecimentos rurais no COREDE.

Assim, sequencialmente, tem-se:

Primeira aproximação amostral: $n_o = 1/E_o^2$

Amostra: $n = N.n_o / N + n_o$ onde:

N = Tamanho da População, para este utiliza-se 6.898;

n = Tamanho da Amostra;

n_o = Primeira Aproximação;

E_o = Erro Amostral, para este cálculo utiliza-se a confiabilidade de 90%; erro amostral de 10%.

$$n_o = 1/(10/100)^2 \qquad n = 6.898 \times 100 / 6.898 + 100$$

$$n_o = (100/10)^2 \qquad n = 98,57$$

$$n_o = 10^2 \qquad n \cong 99 \text{ pessoas}$$

$$n_o = 100$$

Logo, a amostra deve ter um número mínimo de 99 participantes, considerando um erro de 10% e um nível de confiabilidade de 90%. Embora o cálculo estatístico aponte este número como suficiente para captar as características da população alvo, por segurança e por conveniência, para aproveitar ao máximo o período de coleta junto à população, optou-se por, voluntariamente, ampliar a amostra ao máximo possível, dentro da janela temporal disponível para a fase de coleta, ciente que isto implicaria em maior tempo dedicado à tabulação e análise dos dados. Assim procedendo, expandiu-se a coleta até atingir 230 propriedades.

A escolha dos produtores se deu a partir da indicação nos Sindicatos Rurais dos municípios, ou seja, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato Rural Patronal, e também por indicações dos técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). A escolha destas três entidades para indicar os entrevistados tem como razão o fato de

as mesmas atuarem nos mais diferentes tipos de propriedades dos municípios, facilitando a indicação de propriedades com e sem sucessão.

Os questionários foram aplicados em propriedades rurais onde não ocorre e onde encontra-se o processo de sucessão geracional, sendo entrevistado um dos pais (o “principal gestor” da propriedade rural). Nas propriedades com sucessor e sem sucessor foram seguidos os critérios de seleção propostos no estudo de Spanevello (2008): Ter pelo menos um(a) filho(a), independentemente do sexo; Agricultores com idade de 50 anos de idade ou mais. No caso dos produtores rurais com sucessor, esse recorte etário justifica-se pelo fato da pesquisa centrar-se em casos de situação definida ou encaminhada de sucessão. A literatura referente ao tema aponta que a sucessão é um processo tardio, ou seja, os pais encaminham ou realizam a transmissão do patrimônio quando atingem idade mais avançada (ABRAMOVAY, 1998). Isto é necessário para evitar o risco de serem entrevistados agricultores jovens ou recém-estabelecidos ou mesmo com filhos pequenos; ou seja, agricultores com sucessão: onde há pelo menos um filho residindo na propriedade rural ou na cidade, trabalhando na propriedade em tempo integral ou parcial, já definido ou encaminhado como sendo o sucessor.

Além dos proprietários indicados pelas Instituições anteriormente mencionadas, também se recorreu à técnica de bola de neve (*snowball*), na qual a cada proprietário entrevistado foi solicitado que indicasse, caso conhecesse, outro produtor com as condições necessárias para fazer parte da amostragem. Dessa forma, na falta de dados oficiais que apresentem uma lista dos possíveis sucessores em propriedades rurais no Brasil, a utilização da técnica de *snowball sampling* auxiliou para atingir os respondentes. Os autores Biernacki e Waldorf (1981), elucidam que ao se utilizar a técnica *snowball sampling* a amostra é criada por indivíduos que compartilham ou conhecem outras pessoas que possuam as características definidas para a aplicação do questionário. Logo, ocorrendo o aumento da extensão que a amostra pode alcançar ou abreviando o tempo de coleta para completa-la (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

E por fim, utilizou-se também a técnica da amostra por conveniência, onde é um método de seleção de amostragem não probabilística, em que os participantes são escolhidos de forma mais fácil e acessível para o pesquisador.

No questionário, para mensurar e extrair os dados de forma mais organizada e padronizada, optou-se pela utilização de Escala Likert para coletar os dados das orientações de valor, pois ela entregará as atitudes, opiniões, perspectivas, percepções, preferências, valores e gostos pessoais. A escala Likert ou escalas de classificação são empregadas como meio de

extrair mais informações de um item do que seria obtido de um mero “sim/não”, “certo/errado” ou outra dicotomia (LINACRE, 2002).

Observando-se o exposto, o Quadro 7, a seguir, apresenta um resumo de como atingir os objetivos da pesquisa.

Quadro 7 - Metodologia empregada para atingir os objetivos da pesquisa

Metodologia	Objetivos				
	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Objetivo Específico	Objetivo Específico	Objetivo Específico
	Analisar a influência dos capitais e ativos e das orientações de valor na sucessão geracional	Caracterizar as propriedades rurais com base em seus capitais e ativos disponíveis	Analisar com base nas orientações de valor quais aspectos são mais valorizados pelos produtores rurais com e sem sucessão geracional	Analisar, a partir dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ, quais fatores consideram importante para manter um sucessor na propriedade rural	Analisar, a partir das orientações de valor e capitais e ativos, o que tem sido mobilizado pelos pais para garantir a sucessão
Técnicas utilizadas					
1) Como atingir esse objetivo? (Qual técnica empregar? Perguntando/ pesquisando/ desenvolvendo?...)	Por meio do cruzamento das respostas do questionário fechado	Por meio de perguntas em um questionário fechado	Por meio de perguntas em um questionário fechado com escala Likert	Por meio de perguntas em um questionário fechado com escala Likert	Por meio de perguntas em um questionário fechado
2) O que eu tenho que perguntar? (variáveis)	Sucessão (Sim), quais capitais e ativos e quais orientações estão presentes nesses produtores	Quais capitais e ativos estão disponíveis na propriedade	Que perfil de orientações tem os produtores rurais com e sem sucessão	Que fatores os produtores rurais consideram importante para manter o sucessor na propriedade.	O que os produtores rurais têm mobilizado (ativos) para os filhos se tornarem sucessores
3) Perguntar para quem? (fontes)	Produtores rurais com e sem sucessão geracional	Produtores rurais com e sem sucessão geracional	Produtores rurais com e sem sucessão geracional	Produtores rurais com e sem sucessão geracional	Produtores rurais com sucessão geracional
4) Como tratar as respostas (ou cada resposta)? (Estatística? Análise de conteúdo? Emprego de software? Qual? Etc...)	Resultados das médias dos três primeiros objetivos. Aplica-se estatística multivariada (análise discriminante canônica) e uma (análise de correspondência múltipla), (análise de variância (test T)) e por fim uma regressão logística para comparar os resultados das propriedades rurais, com e sem sucessão. Utilizando software SAS University Edition (2015).	Tabulação quantitativa e descritiva dos capitais e ativos disponíveis.	Estatística descritiva dos dois grupos (com e sem sucessão) elencando, em ordem decrescente, os aspectos de valor mais valorizados pelos produtores com e sem sucessão geracional, por meio de suas médias e um Test-t de Student, para analisar se a diferença é significativa.	Estatística descritiva dos dois grupos (com e sem sucessão). E por meio de suas médias verifica-se o grau de importância atribuído aos fatores e depois e um Test- t de Student, para analisar se a diferença é significativa. Por fim rodou-se estatística multivariada (análise discriminante canônica) e uma (análise de correspondência múltipla), e por fim uma regressão logística.	Classifica-se os produtores em dois grupos, os com sucessão e os sem sucessão. Faz-se uma análise discriminante canônica que identifica visualmente as diferenças entre os grupos. Além disso, identifica variáveis mais influentes na separação destes grupos. E uma análise de correspondência múltipla para associação de variáveis categóricas e que indica a relação entre as categorias. E a análise de variância (test t), considerando 95% de significância.), e por fim uma regressão logística.

Fonte: o autor.

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão (RICHARDSON, 2012).

Ao planejar o questionário deve-se considerar o tipo de análise que será realizado com os dados obtidos. O pesquisador deve estabelecer as possibilidades de medição de determinada variável, de maneira tal que possa realizar a análise estatística desejada. Por exemplo, se o problema de pesquisa requerer uma análise de regressão, o pesquisador não deverá incluir, no questionário, perguntas que apenas proporcionem dados dicotômicos (RICHARDSON, 2012).

3.4.1 Escalas

A escala sociodemográfica utilizou-se para descrever o perfil dos produtores com e sem sucessão geracional, quanto a: sexo dos principais gestores, idade, bem como localização e tamanho da propriedade entre outros, por meio de estatística descritiva e multivariada.

A escala dos Capitais/Ativos de Ellis teve como objetivo quantificar e descrever os recursos em ativos disponíveis nas propriedades rurais, os quais podem ser mobilizados pelos produtores rurais. Coletados e apresentados na forma de dados descritivos e frequência e depois por estatística multivariada. No capital humano os indicadores são: escolaridade, idade, estado civil, tempo de trabalho na propriedade, utilização de mão de obra terceirizada, cursos de qualificação profissional, decisões produtivas, condições de saúde e lazer. No Capital Natural os indicadores são: tamanho da propriedade, principais atividades produtivas, tamanho da área produtiva, água, pastagem, floresta, área de preservação permanente, reserva legal e solo. No Capital Físico os indicadores são: maquinários agrícolas (trator, colheitadeira, semeadeira etc...), infraestrutura (galpões, ordenha, pocilga, mangueira etc...), tecnologia (internet, software de gestão, computador etc...), agricultura de precisão (GPS, tecnologia embarcada, aplicações em taxa variável etc...), criação de animais (gado de leite, corte, suínos e aves), adubos e defensivos agrícolas (químicos e biológicos). No Capital Financeiro os indicadores são: salário, aposentadoria, poupança, venda de animais e grãos. Tudo que tenha liquidez e rápido acesso. Na escala de Capital Social os indicadores são: recebimento de assistência técnica, participação em cooperativas e associações de produtores rurais, grupos da

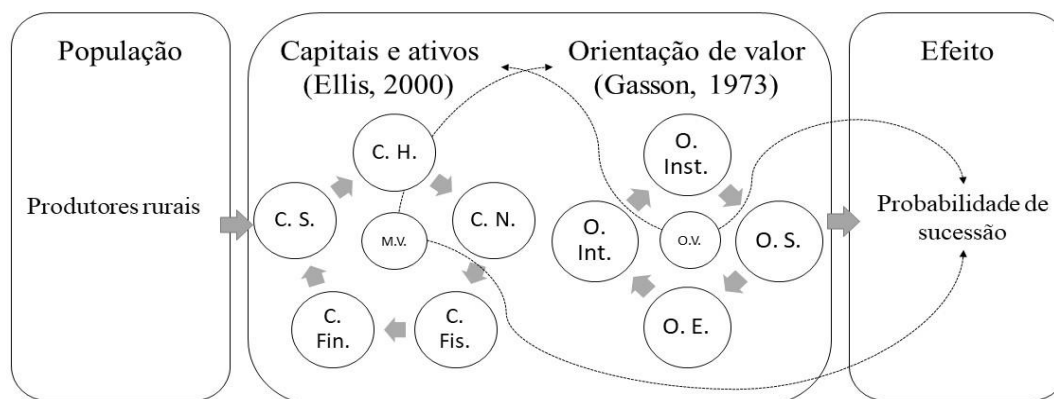
comunidade, a própria família, acesso a cursos e qualquer atividade que possa promover a interação social. Isto foi obtido a partir do que consta no capítulo dois desta tese.

A escala das orientações de valor de Ruth Gasson, tem como objetivo traçar o perfil dos produtores rurais tomadores de decisão. O trabalho seminal de Gasson (1973) conseguiu visualizar a formação de distintos grupos de produtores rurais a partir de suas orientações de valor (Instrumental, Social, Expressiva e Intrínseca) por meio de estatística descritiva e multivariada. E estas, por sua vez, influenciando a tomada de decisões na propriedade rural.

A escala de sucessão tem por objetivo formar dois grupos, os produtores com sucessão geracional e os sem sucessão, valendo-se de estatística descritiva e multivariada. Com base nela traçar o perfil desses produtores quanto a sua orientação de valor e os capitais e ativos disponíveis em suas propriedades e analisar se estes influenciam a sucessão.

Com base nas duas teorias utilizadas como balizas norteadoras do estudo cria-se um diagrama de iterações para as análises, conforme pode ser observado na figura 2 abaixo.

Figura 2 - Digrama das interações sobre as variáveis latentes “meios de vida” de Ellis (2000) e “orientações de valor” de Ruth Gasson (1973) e o comportamento de sucessão geracional⁹



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

⁹ Siglas: C.a. = capitais e ativos, C. = capital, H. = humano, N. = natural, Fis. = físico, Fin. = financeiro, S. = social; O.V. = orientação de valor, Inst. = instrumental, E. = expressivo, Int. = intrínseco; S.= Social.

Assim foram descritas acima as escalas e as variáveis que foram utilizadas no trabalho.

Com base na literatura internacional e nacional, foram classificados os fatores destacados em diversos estudos sobre sucessão geracional, conforme pode ser visto no “Quadro 13, na página 110”, e indagou-se os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ para saber que nível de importância eles atribuem a estes fatores, para manter seu sucessor na propriedade rural. Quanto mais valorizado mais perto do cinco e menos valorizado perto do um, distribuídos da seguinte forma: 5 muito importante; 4 importante; 3 importância relativa; 2 pouco importante; e 1 nenhuma importância, estes em escala Likert.

3.4.2 Análise dos dados

A estatística descritiva dos dados sociodemográficos foi realizada para fins de avaliação do comportamento distributivo dos dados, sendo apresentados os valores de média e frequência. Foi feita uma análise descritiva dos capitais e ativos, orientação de valor e fatores, apresentando sua média e P-valor. Em seguida a análise estatística, realizando-se análise discriminante canônica e regressão logística.

Todas as análises foram realizadas utilizando-se o software SAS University Edition (2015). A análise discriminante canônica foi realizada utilizando os PROCs STEPDISC e CANDISC, enquanto a análise de correspondência múltipla foi feita utilizando o PROC CORRESP e a análise de variância (teste T) foi feita utilizando o PROC TTEST. O valor de significância considerado foi de 0,05 (5%).

3.4.2.1 Análise discriminante canônica

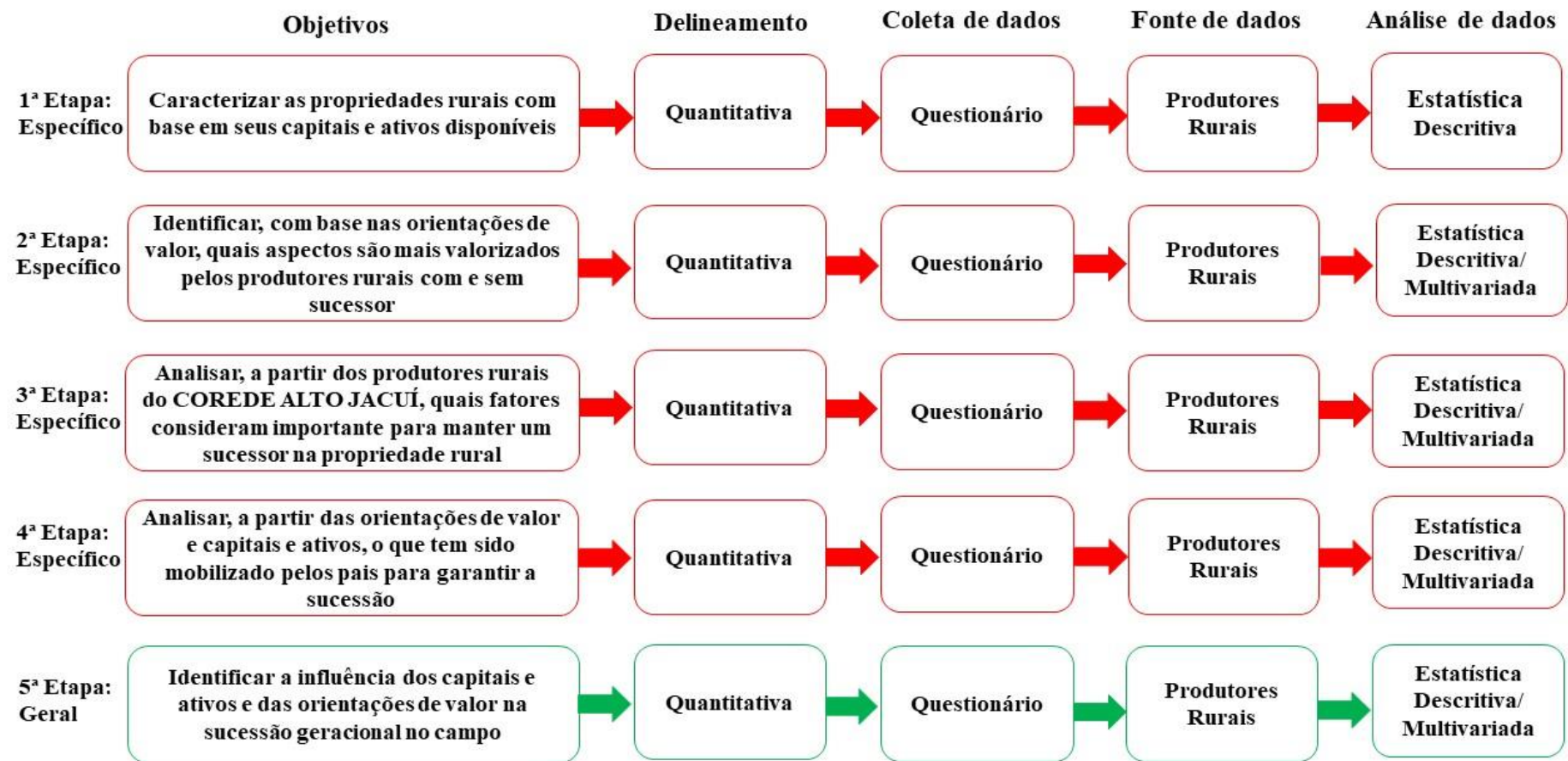
Inicialmente realizou-se uma análise discriminante canônica para evidenciar as diferenças entre os grupos de respondentes que possuíam ou não sucessor e quais as variáveis mais importantes para tal diferenciação. Na sequência, os dois grupos de respondentes foram comparados por meio de análise de variância a partir do teste T. As variáveis comparadas foram as selecionadas como tendo maior poder discriminatório dos grupos de respondentes obtidas pela análise discriminante canônica. Tal abordagem foi utilizada com variáveis quantitativas. As pressuposições para análise do teste T foram validadas conforme metodologia proposta por Kellermann et al. (2013). A relação entre as demais variáveis e os grupos de respondentes foi

explorada por meio de uma análise de correspondência múltipla que evidencia as associações e relações entre variáveis qualitativas.

3.4.2.2 Regressão logística binária

Foi realizada uma regressão logística binária (método enter) com o objetivo de investigar em que medida o possuir ou não possuir um sucessor poderia prever os ‘capitais e ativos’, a ‘orientação de valor’ e o comportamento de sucessão (FIELD, 2013; MENARD, 2002).

Figura 3 - Representação das etapas da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

4 RESULTADOS

Os resultados estão divididos em: Análise descritiva; Perfil sociodemográfico dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ; Análise descritiva dos “Meios de Vida” de Frank Ellis; Análise descritiva das “Orientações de Valor” de Ruth Gasson; Análise descritiva dos fatores que os produtores rurais consideram importantes para manter um sucessor; Análise estatística; Análise discriminante canônica e análise de correspondência múltipla e Regressão logística binária.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Para o presente estudo foram visitadas 230 propriedades rurais caracterizadas pelos agronegócios no COREDE ALTO JACUÍ, no estado do Rio Grande do Sul. Foram percorridos mais de 12.000 quilômetros entre 14 municípios, contando idas e vindas, pelo pesquisador. Devido a problemas burocráticos na interação com as Instituições representativas dos produtores e/ou prestadoras de serviços de extensão rural locais, a pesquisa se estendeu temporalmente. Ela iniciou em 21/03/2023 e encerrou em 11/11/2023, tendo duração aproximada de 7 meses e 20 dias.

4.1.1 Perfil sociodemográfico dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

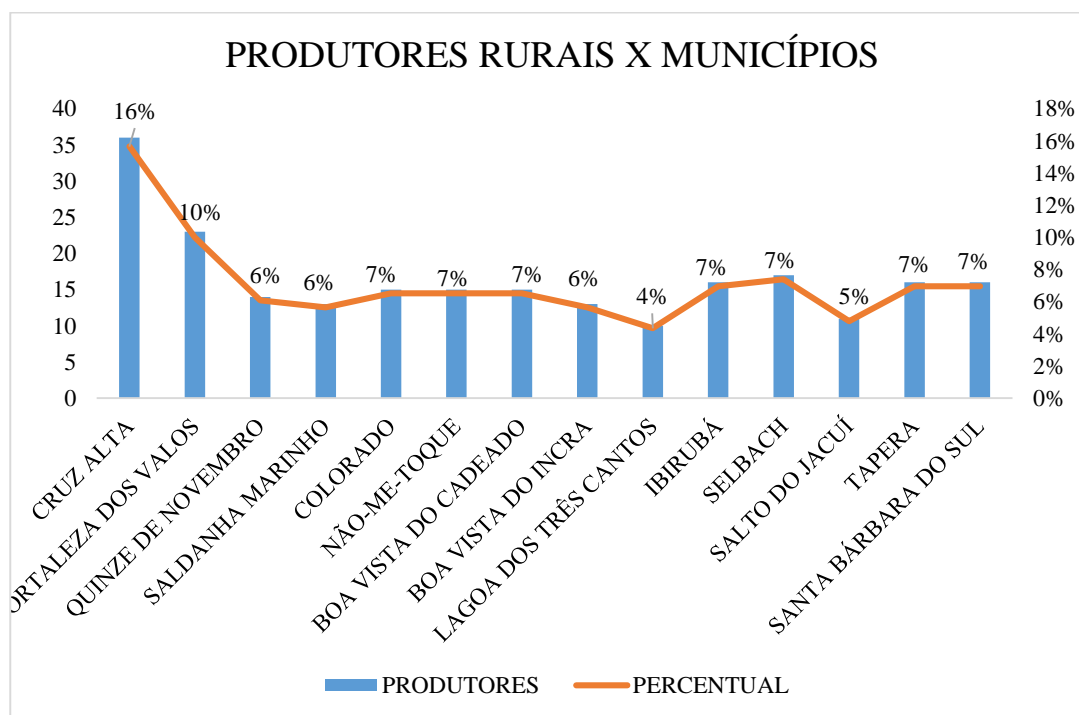
A análise do perfil sociodemográfico da população alvo, inicia-se na literatura buscando-se compreender o perfil geral dos produtores rurais brasileiros, para passo seguinte, comparar com o que foi encontrado localmente. Para esta análise foram utilizados os dados do Censo Agropecuário (IBGE 2017). De modo geral, os dados apontam para um rural com um perfil de produtores majoritariamente familiares¹⁰ (mais de 70% dos produtores rurais

¹⁰ Conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); V- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2017).

brasileiros são familiares) e do sexo masculino, produzindo em 25% de área agrícola do país, com mão de obra da família para realização do trabalho (embora nesta última década tenha perdido um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores), com distintos graus de tecnificação e acesso aos benefícios, em especial de políticas públicas de custeio e investimento. Trata-se de um perfil de agricultores mais envelhecidos em razão do êxodo juvenil, masculinizados e com baixa escolaridade.

No gráfico 1 são apresentados os municípios percorridos neste trabalho. Estes dados demonstram onde o pesquisador teve maior facilidade de ir a campo, e conseguir o contato com os produtores rurais no COREDE.

Gráfico 1 - Percentual de entrevistados por município do COREDE ALTO JACUÍ



Fonte: Dados da pesquisa.

No município de Cruz Alta foram entrevistados 36 produtores rurais, em Fortaleza dos Valos 23, Quinze de Novembro 14, Saldanha Marinho 13, Colorado 15, Não-Me-Toque 15, Boa Vista do Cadeado 15, Boa Vista do Incra 13, Lagoa dos Três Cantos 10, Ibirubá 16,

Selbach 17, Salto do Jacuí 11, Tapera 16, Santa Bárbara do Sul 16. Totalizando 230 produtores rurais nos municípios do COREDE ALTO JACUÍ.

Destaca-se o tamanho das propriedades rurais visitadas, cuja média foi de 282,9 hectares. Outra questão foi em relação ao tamanho da área própria, que ficou em média de 178,2 hectares e a área arrendada 104,6 hectares. A distância média entre as propriedades rurais e as respectivas sedes municipais ficou em torno de 13,1 quilômetros.

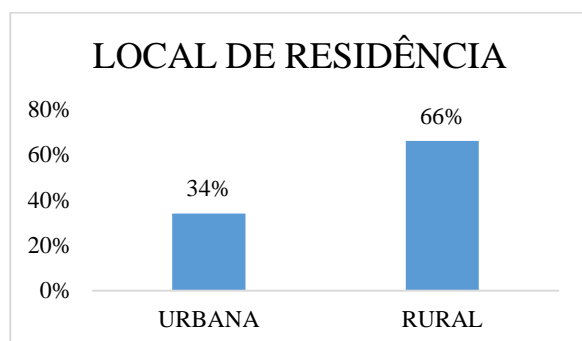
No estudo de Freitas (2015), desenvolvido no Vale do Rio Pardo e Centro-Serra do Rio Grande do Sul, a distância média das propriedades até o meio urbano, em 47,2% dos casos, é de até 10 km, outros 43,6% localizam-se entre 10 km e 30 km e 9,2% estão a mais de 30 km da sede municipal.

Em estudo desenvolvido na Europa Gasson e Errington (1993), apontam em seus resultados, que o tamanho das propriedades influencia diretamente a identificação de um sucessor. Os autores descobriram que em propriedades de 50 hectares ou menos, identifica-se em 35% delas um sucessor. Enquanto em propriedades de 500 hectares ou mais em 62% identifica-se um sucesso.

Analogamente, considerando a condição sucessória em propriedades rurais em nível de Brasil, Moraes, Borges e Binotto (2018), também encontraram que o tamanho da propriedade influencia a intenção de sucessão, ou seja, quanto maior a propriedade rural, maior a intenção potencial dos sucessores em assumi-la, pois são mais propensas a garantirem renda segura.

Quanto ao local de residência dos produtores rurais: 152 destes residem no meio rural e 78 residem no meio urbano.

Gráfico 2 - Local de residência dos produtores rurais amostrados

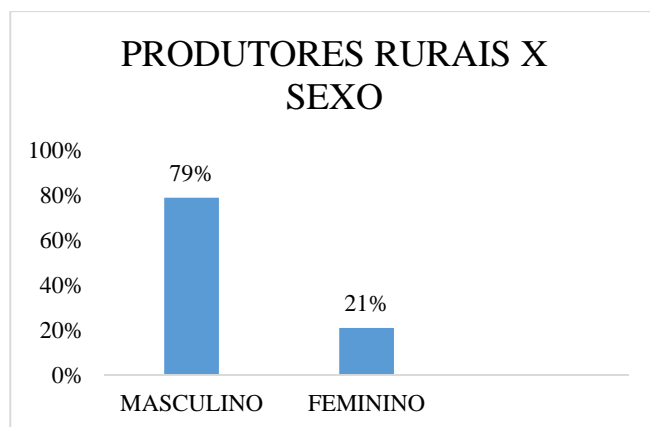


Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que 66% dos produtores rurais residem na zona rural em suas propriedades. Ao contrário do que foi observado por Moreira (2018), onde os produtores rurais em sua maioria residiam na cidade, optando pela vida urbana e considerando a propriedade rural como seu local de trabalho. O principal motivo apontado pelos que optaram por morar na cidade é o fato das suas propriedades serem próximas à cidade, o que facilita o deslocamento diário.

Em relação ao sexo dos produtores rurais entrevistados: 182 foram do sexo masculino e 48 do sexo feminino. Ou seja, 79% do sexo masculino e apenas 21% do sexo feminino, indicando a masculinização nas propriedades, conforme já comentado neste trabalho.

Gráfico 3 - Sexo dos produtores rurais amostrados



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à idade média dos produtores rurais, esta ficou em torno de 59,2 anos de idade. Logo, um perfil de produtores rurais envelhecidos.

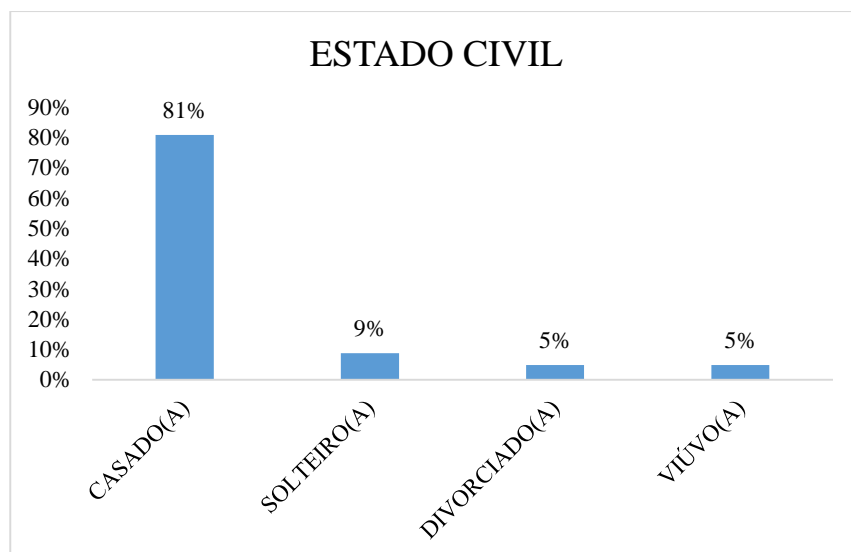
Conforme descrito na seção de revisão de literatura, em termos de sucessão geracional, existem quatro estágios na formação de um sucessor. Logo, no caso dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ, pela idade média constatada, eles estariam no estágio conhecido como “parceria”. A parceria é um estágio dividido em dois momentos, segundo Gasson e Errington (1993): o primeiro, começa quando o pai tem por volta de 50 anos, período em que os filhos estão cada vez mais envolvidos em decisões técnicas de gestão, particularmente relacionadas aos tratamentos de culturas, estoque e ao planejamento de projetos de longo prazo; o segundo, começa quando o pai tem em torno de 60 anos, período

em que os filhos assumem mais responsabilidade pelo pessoal, planejamento de culturas e sobre o saldo da propriedade. Neste estágio, até 65% das responsabilidades gerenciais são assumidos pelos filhos (GASSON; ERRINGTON, 1993). No caso de ter sucessor, observando a faixa etária dos produtores entrevistados, os filhos estariam assumindo propriamente dita a sucessão das propriedades.

Quanto ao estado civil: 186 dos produtores rurais amostrados são casados, 20 solteiros, 11 divorciados e 11 viúvos.

No gráfico 4 são apresentados os dados encontrados.

Gráfico 4 - Estado civil dos produtores amostrados



Fonte: Dados da pesquisa.

Logo, constatou-se que a maioria dos produtores rurais entrevistados são casados, perfazendo 81% dos casos. Isto se explica pela idade dos entrevistados. Um perfil de idade que no geral, passou pelos ciclos da vida e apresenta-se desta forma, pois residir no rural, sem apoio de uma companheira(o), impõe dificuldades como a solidão e o isolamento.

Quanto à escolaridade dos produtores rurais entrevistados, os dados encontrados são apresentados na tabela 1, a seguir.

Percebe-se que os dados encontrados seguem a linha do perfil regional apontado pelo Censo Agropecuário de 2017, ou seja, predomínio de extratos com baixa escolaridade.

Tabela 1 - Escolaridade dos produtores rurais amostrados

Formação	Frequência (n° de produtores)	Porcentagem (%)
Ensino fundamental incompleto	78	34
Ensino fundamental completo	37	16
Ensino médio incompleto	22	10
Ensino médio completo	36	16
Ensino médio técnico	10	4
Ensino superior	30	13
Pós-graduação	16	7
Total	230	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Recordando-se que, conforme a literatura, o nível de escolaridade e educação do chefe da propriedade é fundamental para que o planejamento da sucessão seja formalizado e colocado em prática. Pais com maior escolaridade tendem a se envolver mais com o negócio e com um plano de sucessão. Logo, quanto maior a escolaridade dos pais, maior as possibilidades de se ter um sucessor, membro da família, preparado para assumir os negócios (EL-OSTA; JOHNSON; MISHRA, 2004; PANNO, 2016).

Na tabela 2 a seguir são apresentados os extratos de renda dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.

Tabela 2 - Extratos de renda dos produtores rurais amostrados

Renda	Frequência (n° de produtores)	Porcentagem (%)
Até 1 salário mínimo	9	4
Acima de 1 até 3 salários	52	23
Acima de 3 até 4 salários	35	16
Acima de 4 até 5 salários	30	14
Acima de 5 até 10 salários	43	19
Mais que 10 salários	53	24
Total	222	100

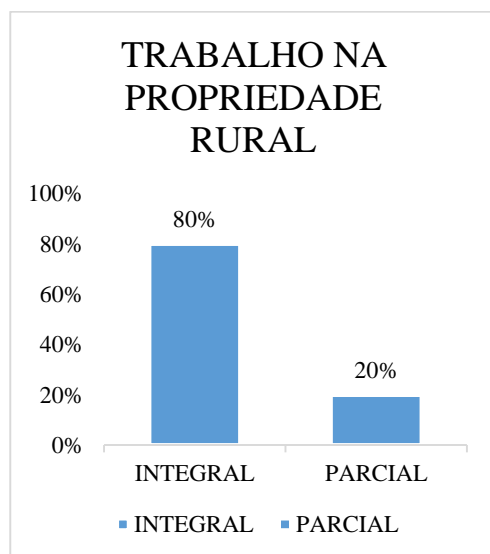
Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se nesta questão que apenas 222 entrevistados responderam, ou seja, oito produtores não quiseram responder. Evidencia-se que 24% dos produtores tem uma renda de mais de 10 salários mínimos mensais, 19% entre 5 e 10 salários mínimos e 14% de 4 a 5 salários. Logo, somando 43% desses produtores tem uma renda superior à renda média do brasileiro, uma vez que, conforme dados do IBGE, em 2023 a renda média por morador nos lares brasileiros foi de R\$1.893,00.

No estudo de Moreira (2018), os resultados demonstraram que a renda familiar da maioria dos entrevistados foi maior que cinco salários mínimos por mês, nas atividades agropecuárias. Este valor justifica-se em razão de trabalhar em áreas de terras maiores, o que proporciona um maior ganho nas atividades como, por exemplo, no cultivo da soja, que é a cultura encontrada na maioria das propriedades, e os mesmos afirmam ser a principal cultura economicamente. Pensando em sucessão rural, Kischener, Kiyota e Perondi (2015), afirmam que a obtenção de uma renda possibilita manter os jovens no meio rural. Ressalta-se que “o ingresso de renda mensal permite maior mobilidade econômica para os sucessores, além do planejamento de novos investimentos” (MILANI, SPANEVELLO, ZORZI, 2012, p. 12).

Em relação ao tempo dedicado ao trabalho nas propriedades rurais, dos produtores amostrados no COREDE ALTO JACUÍ, 184 dedicam tempo integral às atividades agropecuárias, enquanto 46 dedicam apenas tempo parcial às mesmas. Observando-se que, tempo parcial significa que os produtores dedicam um turno do seu dia, ou, apenas alguns dias da semana às atividades agropecuárias na propriedade rural, pois têm outros afazeres fora da propriedade.

Gráfico 5 - Tempo dedicado ao trabalho na propriedade rural pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, 80% dos produtores entrevistados dedicam tempo integral às atividades na propriedade rural. Este percentual está de acordo com exemplos da agricultura familiar, tratados na revisão de literatura, tanto no que se refere ao predomínio de dedicação integral, quanto à presença de outros casos em que os produtores rurais recorrem à diversificação de fontes de renda (sejam agrícolas ou não).

A tabela 3 traz as principais atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais do COREDE ALTO JACUÍ.

Tabela 3 - Atividades produtivas predominantes nas propriedades rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Atividades produtivas	Frequência (n° de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Grãos (Soja, Milho, Trigo, Aveia e Azevém)	212	18	92	8
Pecuária de Leite	79	151	34	66
Pecuária de Corte	63	167	27	73
Suínos	22	208	10	90
Aves	25	205	11	89
Hortifrúti	19	211	8	92
Piscicultura	12	218	5	95
Agroindústria (ex: fabricação de embutidos, massas, doces etc...)	8	222	3	97
Total	230		100	

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se como principais atividades produtivas os grãos soja, milho, trigo, aveia e azevém, presentes em 92% das propriedades rurais. A pecuária leiteira é exercida em 34% das propriedades e a pecuária de corte em 27%. Estes dados corroboram com o que foi observado por Mera e Netto (2014a) e reforçado por Spanevello, Moreira e Boscardin (2019), que apontam que a região do COREDE ALTO JACUÍ apresenta uma realidade em termos de produção agropecuária baseada em grãos como soja, milho e trigo, além da produção leiteira.

Ainda segundo Mera (2011), a história produtiva da região do COREDE pode ser explicada em evolução a partir de duas trajetórias: na primeira, foi uma economia alicerçada na exploração da pecuária bovina e agricultura de subsistência, que após, num segundo momento, transformou-se em exportadora de grãos, ensejada pela expansão das culturas de trigo, milho e soja.

Porém, destaca-se as atividades produtivas suínos e aves, que são duas atividades que tem certo potencial de desenvolvimento na região, com as integradoras e todo seu pacote tecnológico, ficando a infraestrutura a cargo dos produtores.

Detalhando a análise, pode-se destacar as principais atividades produtivas economicamente, conforme segue na tabela 4.

Destaca-se que a cultura da soja foi citada por 71% dos produtores rurais, como sendo a mais importante economicamente e, em segundo lugar, fica a pecuária leiteira em 23% das propriedades rurais.

Tabela 4 - Principais culturas econômicas entre as propriedades amostradas no COREDE ALTO JACUÍ

Atividades produtivas	Frequência (nº de produtores)	Porcentagem (%)
Soja	164	71
Pecuária Leite	53	23
Pecuária de Corte	4	2
Hortifrúti	2	1
Agroindústria	2	1
Suínos	1	0,4
Aveia Branca	1	0,4
Pluriatividade (Funcionário Público)	1	0,4
Apicultura	1	0,4
Milho	1	0,4
Total	230	100

Fonte: Dados da pesquisa.

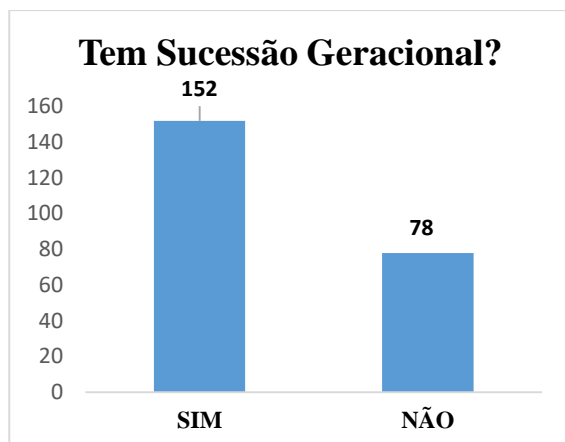
O que corrobora com o estudo de Mera (2011), que argumenta que na região do COREDE ALTO JACUÍ predomina a produção de soja via plantio direto de sementes geneticamente modificadas.

Dados também endossados pelo estudo de Moreira (2018), no qual a soja foi citada como principal cultura nas propriedades e a mais importante economicamente, sendo o carro chefe nas propriedades do município de Cruz Alta.

E por fim, foi perguntado aos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ se eles têm sucessor em suas propriedades.

Destaca-se que, por ocasião da coleta de dados a campo, a prioridade era a busca por produtores com sucessão. Isto pode explicar, em parte, este maior número.

O gráfico 6 apresenta os resultados.

Gráfico 6 - Existência de sucessor nas propriedades rurais amostradas

Fonte: Dados da pesquisa.

Logo, em 66% das propriedades rurais amostradas os produtores rurais alegam ter sucessor, enquanto que em 34% dos casos os produtores dizem não ter sucessor.

Portanto, o perfil dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ segundo os dados sociodemográficos são:

Produtores com propriedades rurais com área de tamanho médio de 282,9 hectares¹¹, destes 178,2 hectares de área própria e 104,6 hectares de área arrendada. Em média distante 13,1 quilômetros da cidade. Produtores rurais residentes nas propriedades rurais, em sua maioria o principal gestor é do sexo masculino, com idade média de 59,2 anos, casados, com escolaridade de ensino fundamental (incompleto e completo), com renda igual ou maior que quatro salários mínimos/mês. A maioria dos produtores se dedica em tempo integral às atividades agropecuárias, tendo como principais cultivos os grãos (soja, milho, trigo) e alguns a pecuária leiteira. E, economicamente a soja é a principal cultura. Considerando-se o município de Cruz Alta como base para o cálculo de classificação das propriedades rurais, o produtor rural seria considerado um médio produtor, com área em torno de 14,1 módulos fiscais, uma vez que o módulo fiscal neste município corresponde a 20 hectares.

¹¹ A classificação das propriedades rurais em relação ao **tamanho** da área é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o **módulo fiscal** (e não apenas a metragem) que varia de acordo com cada município, os imóveis rurais são classificados em: **Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; **Pequena Propriedade** – o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; **Média Propriedade** – o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; **Grande Propriedade** – o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais (BRASIL, 2017; INCRA, 2017).

4.1.2 Análise descritiva dos “Meios de Vida” de Frank Ellis

A análise descritiva neste capítulo é feita por meio da média dos grupos de produtores (com e sem sucessão) e o P-valor, para analisar se há diferença significativa entre os grupos, ou a probabilidade de a hipótese nula ser verdadeira, considerando o N amostral (quantidade de participantes), o valor de significância considerado foi de 0,05 (5%).

O P-valor > 0.05 não rejeita H_0 ;

O P-valor $< 0,05$ rejeita o H_0 .

Para começar a desvendar as possíveis diferenças entre os produtores rurais COM e SEM sucessor, lançou-se a seguinte hipótese a ser testada:

H_0 = “Não existe diferença significativa nas respostas dos grupos de produtores COM e SEM sucessor.”

H_a = “Existe diferença significativa nas respostas dos grupos de produtores COM e SEM sucessor”.

As respostas foram tabuladas em uma escala Likert de 1 a 5: onde o número 1 representa discordar totalmente, 2 discorda, 3 nem concorda e nem discorda, 4 concorda e 5 concorda totalmente.

No geral os resultados do capital humano, referente ao P-valor, demonstram que não há diferença significativa entre os respondentes produtores rurais com e sem sucessor, uma vez que todos P-valor são maiores que 0,05.

Assim, sendo a hipótese nula não foi rejeitada.

O quadro 8, apresentado abaixo, representa o **capital humano**, com seu conjunto de ativos mobilizados ao nível de propriedades rurais pelos produtores amostrados.

Os produtores concordam que sua propriedade tem condições adequadas de manter a ele e sua família com saúde.

Em relação ao uso de EPI (equipamento de proteção individual) no trabalho, os produtores rurais com e sem sucessor não se diferem estatisticamente e ambos os grupos têm conhecimento de sua importância. Este conhecimento também foi encontrado por Freitas (2015), entre os agricultores fumicultores, na Região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra, no RS.

No quadro 8, a seguir, pode-se observar estes dados.

Quadro 8 - Capital Humano e seus ativos mobilizados ao nível de propriedade rural pelos produtores amostrados

QUESTÕES	Grupos de respondentes		
	Com Sucessor	Sem Sucessor	P-valor
A minha propriedade tem condições adequadas de manter a mim e minha família com saúde.	4,4	4,3	0,1412
Na minha propriedade o trabalho é realizado utilizando equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados.	3,8	3,9	0,9510
Na minha região, os serviços de saúde são adequados (exemplo: hospitais, prontos atendimentos, exames de rotina).	3,9	3,7	0,2966
Na minha propriedade a contratação de mão de obra de terceiros (colaboradores) é necessária para os tratos culturais e/ou manutenção da propriedade.	3,0	3,0	0,9987
Na minha propriedade a mão de obra familiar é suficiente para os tratos culturais e manutenção da propriedade.	3,6	3,5	0,7875
A minha propriedade proporcionou condições de estudo adequado aos meus filhos.	4,4	4,3	0,3404
O tempo de trabalho dedicado às culturas na propriedade é adequado, considerando as pessoas que aqui trabalham.	4,3	4,1	0,0592
O tempo dedicado ao lazer em minha família é adequado (ficar com a família, ou viajar, ou tirar férias, ou participar de atividades da comunidade).	3,8	3,8	0,8103
O estudo proporcionado aos filhos para dar continuidade às atividades na propriedade é adequado.	4,0	3,8	0,0941
Na minha propriedade as principais decisões produtivas são tomadas por mim e são as mais adequadas.	3,6	3,8	0,2651
Na minha propriedade sou o membro da família que mais participa da busca de inovações.	3,7	3,8	0,2833
Na família consideramos a participação em cursos de qualificação e palestras adequados para nosso desenvolvimento.	4,2	4,2	0,8202
Na minha propriedade disponho de oportunidades de lazer adequadas (Exemplo: Computador com internet; TV paga; Sinal para funcionamento de celular; Encontro com familiares, amigos ou vizinhos).	4,4	4,2	0,1680

Fonte: Dados da pesquisa.

Referente aos serviços de saúde, os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ não concordam e nem discordam que na sua região, os serviços de saúde são adequados (exemplo: hospitais, prontos atendimentos, exames de rotina). Analogamente, no trabalho de Freitas (2015), também não houve significância sobre os serviços de saúde pública ofertados na sua região, bem como sobre a percepção de cuidados com a própria saúde.

Os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ, concordam que sua propriedade proporciona condições adequadas de estudo aos seus filhos. Mesma opinião compartilhada entre os produtores do estudo de Freitas (2015).

Quanto ao tempo de trabalho dedicado às atividades agropecuárias na propriedade, os produtores do COREDE ALTO JACUÍ opinam que é adequado, considerando as pessoas que lá trabalham.

Já em relação ao tempo dedicado ao lazer em família (ficar com a família, ou viajar, ou tirar férias, ou participar de atividades da comunidade), os mesmos não o valorizam e nem o desprezam, estatisticamente não o diferem.

Por outro lado, no estudo de Freitas (2015), 89,2% afirmaram que tinham esse tempo de lazer e/ou descanso. E valorizam o tempo de lazer, mesmo em relação ao trabalho no cultivo do tabaco, reconhecida como uma atividade que demanda elevado tempo de trabalho, mas mesmo assim os produtores afirmaram que conseguiam ter oportunidades de lazer.

Os produtores do COREDE ALTO JACUÍ concordam e consideram a participação em cursos de qualificação e palestras adequados para o desenvolvimento de sua família. E que sua propriedade dispõe de oportunidades de lazer adequadas, como por exemplo computador com internet; TV paga; sinal para funcionamento de celular; encontros com familiares, amigos ou vizinhos.

Portando, em resumo, constatou-se que os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ e suas propriedades rurais têm e mobilizam: condições de manter a família com saúde (saudáveis), viabilizar o estudo aos filhos (qualificação), condições de trabalhado adequadas (sem sobrecarga de horário e penosidade), a participação em cursos de qualificação e palestras (qualificação e desenvolvimento) e oportunidades de lazer.

O quadro 9, apresentado abaixo, representa o **capital social**, com seu conjunto de ativos mobilizados ao nível de propriedades rurais pelos produtores amostrados.

Neste indicador, capital social, o P-valor indica que há diferença significativa entre os produtores rurais com e sem sucessor, em apenas uma variável, “sobre considerar importante e adequado que os filhos sigam na atividade agropecuária”. Os produtores com sucessor concordam e consideram importante, enquanto os sem sucessor também concordam, ficando no limite, representando uma diferença significativa entre os respondentes.

Nas questões restantes todos P-valor foram maiores que 0,05, não demonstrando diferença significativa entre os respondentes com e sem sucessor.

No quadro 10, a seguir, pode-se observar estes dados.

Quadro 9 - Capital Social e seus ativos mobilizados ao nível de propriedade rural pelos produtores amostrados

QUESTÕES	Grupos de respondentes		
	Com Sucessor	Sem Sucessor	P-valor
Na minha propriedade temos uma relação familiar boa/ amigável.	4,5	4,6	0,9101
Na propriedade tem uma relação familiar hierárquica (Exemplo: Os pais são os chefes).	3,8	3,7	0,5773
A minha propriedade recebe assistência técnica adequada.	4,2	4,4	0,1253
A participação em atividades de sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, ONGs são importantes para o desenvolvimento pessoal e da propriedade.	4,1	4,2	0,4087
A minha propriedade recebe assistência técnica adequada de órgãos públicos [Exemplo: Governamental, por meio de agentes de extensão rural (Secretaria da Agricultura, EMATER etc.)].	3,5	3,6	0,4612
A minha propriedade recebe assistência técnica adequada de órgãos privados. [Exemplo: Empresas privadas (técnicos das empresas compradoras de produtos, cooperativa etc.)].	4,0	4,1	0,5920
Considero adequado e importante que minha família participe de organizações (Sindicado rural patronal; Sindicato dos trabalhadores rurais; Associação de produtores; Clubes, Grupos sociais para lazer e diversão; Cooperativas de crédito; Cooperativas agropecuárias; Associações de criadores de animais...).	4,3	4,3	0,9937
Na propriedade quando preciso de instruções para outros cultivos, confio nas informações passadas pelas pessoas da Emater, Embrapa, Universidades, etc.	4,0	3,9	0,4487
A propriedade proporciona boas condições de vida e lazer para minha família. Exemplos: atividades sociais ou esportivas, festas na comunidade, ir à igreja e conviver com pessoas que não moram na propriedade, férias na praia, viagens.	4,3	4,2	0,3399
Considero importante e adequado os filhos seguirem na atividade agropecuária.	4,5	4,1	0,0013

Fonte: Dados da pesquisa.

No geral os produtores rurais com e sem sucessor concordam “que recebem uma assistência técnica adequada”. Também concordam que recebem uma melhor assistência técnica de órgãos privados.

Por exemplo: técnicos das empresas compradoras e vendedoras de produtos (insumos), cooperativas etc..., do que de órgãos públicos exemplos: técnicos de Secretarias de Agricultura e da Emater. Este fato ocorre pela questão da visita técnica, onde geralmente os técnicos de empresas privadas vão a campo na busca de clientes, enquanto as empresas públicas, são os produtores que tem que ir atrás de assistência.

Estes achados estão em linha com os encontrados no estudo de Freitas (2015), no qual as famílias, em geral, recebem e consideram importante a assistência técnica prestada pelo instrutor da empresa à qual estão integrados.

Os produtores de ambos os grupos (com e sem sucessor) consideram a sua participação em atividades de sindicatos, cooperativas, associações comunitárias e ONGs importantes para o desenvolvimento pessoal e da propriedade. A troca de informação nesses ambientes, principalmente o acesso a cursos disponibilizados por esses órgãos como por exemplo do (SENAR), são considerados importantes pelos produtores.

E, por fim, os produtores rurais com e sem sucessor concordam que a sua propriedade proporciona boas condições de vida e lazer para família.

Mesmo sentimento encontrado por Freitas (2015), em seu estudo junto a fomicultores em outra região do estado do Rio Grande do Sul.

A tabela 5, a seguir, apresenta as principais organizações nas quais os produtores amostrados participam.

Tabela 5 - Capital social – Organizações nas quais os produtores rurais amostrados participam.

Organizações que participam:	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Cooperativas de Crédito	174	56	76	24
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	150	80	65	35
Cooperativas Agropecuárias	146	84	63	37
Clubes, Igrejas e Grupos Sociais	116	114	50	50
Sindicato Rural Patronal	73	157	32	68
Associação de Produtores	45	185	20	90
Associação de Criadores (cavalos, bovinos)	27	203	12	88

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ participam de organizações sociais para troca de informação, conhecimento e desenvolvimento, em destaque a participação em “cooperativas de crédito” em 76% dos casos, “sindicatos dos trabalhadores rurais” em 65% dos casos e “cooperativas agropecuárias” em 63% dos casos.

A tabela 6 evidencia os objetivos das famílias em participar dessas organizações.

Tabela 6 - Capital Social – Objetivos da família ao participar de organizações e associações

Objetivos da participação	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Troca de Informação	156	74	68	32
Obter Treinamento e Capacitação	151	79	66	34
Receber Assistência Técnica	136	94	59	41
Comprar Produtos Coletivamente	67	163	29	71
Vender Produtos	45	185	20	80
Única Opção de Comercialização	27	203	12	88

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação aos objetivos das famílias dos produtores em participar dessas organizações, 66% confirmam ser para “obter treinamento e capacitação”, 68% pela “troca de informação”, 59% para “receber assistência técnica”.

Percebe-se que a participação em organizações e associações é um ativo muito importante para o desenvolvimento dos produtores, tanto pessoal, como profissional. Sempre buscando conhecimento, atualização e tecnologias, afim de aumentar sua produção e produtividade.

O quadro 10, exibido abaixo, representa o **capital natural**, apresentando o conjunto de ativos que os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ mobilizam em suas propriedades.

No indicador capital natural o P-valor demonstra que há diferença significativa entre os respondentes produtores rurais com e sem sucessor, em apenas uma variável, “sobre se a sua propriedade é agricultável (cultivável, o que pode ser agricultado) e mecanizada (emprego e uso adequado de máquinas e equipamentos agrícolas) de forma adequada para o desenvolvimento das atividades agropecuárias”.

Produtores com sucessor concordam e consideram a propriedade agricultável e mecanizada, enquanto os produtores sem sucessor concordam, mas no limite da média.

No restante, todos P-valor foram maiores que 0,05, não demonstrando diferença significativa entre os dois grupos.

No quadro 10, a seguir, pode-se observar estes dados.

Quadro 10 - Capital Natural e seus ativos mobilizados pelos produtores do COREDE ALTO JACUÍ em suas propriedades rurais

QUESTÕES	Grupos de respondentes		
	Com Sucessor	Sem Sucessor	P-valor
A minha propriedade tem uma área de terra adequada para a manutenção da família.	4,0	3,9	0,2613
A minha propriedade tem as condições naturais adequadas para a realização das principais atividades agropecuárias.	4,2	4,0	0,0932
A minha propriedade é agricultável (cultivável, o que pode ser agricultado) e mecanizada (emprego e uso adequado de máquinas e equipamentos agrícolas) de forma adequada para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.	4,4	4,1	0,0117
A minha propriedade possui Reserva Legal e Área de Preservação Permanente e seus tamanhos são adequados.	4,4	4,2	0,2109
Desde que iniciei as atividades agropecuárias na propriedade tem sido preservada a vegetação nativa de forma adequada.	4,5	4,2	0,0592
Desde que iniciei as atividades agropecuárias na propriedade, considero que uso de agroquímicos ocorre de forma correta.	4,4	4,4	0,7507
Considero importante o uso de produtos biológicos.	4,3	4,1	0,2126
Na minha propriedade tem-se acesso à água de qualidade.	4,7	4,7	0,8790
Na minha propriedade utilizamos as adubações necessárias para manter a qualidade do solo adequado para os tratos culturais.	4,6	4,5	0,5918
Na minha propriedade as condições naturais adversas são as mais preocupantes para a produção agropecuária.	4,2	4,1	0,3441

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação ao tamanho da área, os produtores rurais com sucessor concordam que tenham um tamanho de área adequado para manutenção da família. Enquanto que para os sem sucessor o tamanho da área é indiferente.

Os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ concordam que sua propriedade rural tem as condições naturais adequadas para a realização das principais atividades agropecuárias desenvolvidas pela família.

Sobre as áreas de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, constatou-se que os produtores rurais as possuem em suas propriedades e respeitam seus tamanhos seguindo a legislação. Todos alegam ter feito o registro no cadastro ambiental rural (CAR), pois é obrigatório.

Ambos os grupos afirmam que, desde que iniciaram suas atividades agropecuárias na propriedade, a vegetação nativa tem sido preservada de forma adequada. Nesta região a conscientização e a fiscalização é atuante.

Em relação ao uso de agroquímicos, utilizam desde que iniciaram suas atividades agropecuárias, e fazem uso de forma correta. São conscientes sobre seus efeitos e dosagens.

Os mesmos consideram importante a utilização de produtos biológicos. Os produtos biológicos tem sido bastante difundidos nesta região agrícola.

Sobre o acesso à água de qualidade na região do COREDE ALTO JACUÍ, os produtores concordam que na sua propriedade a água é de qualidade. Eles dispõem de nascentes, açudes e principalmente de poço artesiano.

Esta constatação segue em linha com o trabalho de Freitas (2015), que apontou a existência de muitas nascentes e cursos de água em propriedades do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra.

Os produtores confirmam que na sua propriedade utilizam as adubações necessárias para manter a qualidade do solo para os tratos culturais.

E alegam que na sua propriedade rural as condições naturais adversas são as mais preocupantes para a produção agropecuária (restrição hídrica, excesso de chuva, geada entre outros...).

Dessa forma, observou-se que este capital (Natural) foi o que apresentou a maior similaridade entre os dois grupos de produtores (com e sem sucessor), pois-ambos concordam e disponibilizam o acesso aos ativos mencionados (climáticas).

A tabela 7 mostra os ativos disponíveis.

Tabela 7 - Capital Natural – Outros ativos naturais disponíveis nas propriedades amostradas

Ativos Naturais	Frequência (n° de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Poço Artesiano	166	63	72	27
Açude	144	85	62	37
Vertente	117	112	51	48
Pastagem Nativa	105	123	45	53
Rio	89	138	39	60

Fonte: Dados da Pesquisa.

As propriedades rurais do COREDE ALTO JACUÍ, encontram-se dispostas entre dois biomas: Mata Atlântica e o bioma Pampa, o primeiro com perfil mais úmido e o segundo mais seco. Percebe-se nesses resultados o acesso à água nas propriedades e que essa é de

qualidade. Nas propriedades amostradas, 166 dispõem de poços artesianos, 144 açudes, 117 propriedades possuem vertentes. E, 105 contam ainda com alguma área de pastagem nativa.

A tabela 8 mostra o que os produtores consideram como fatores de risco.

Tabela 8 - Capital Natural – Fatores que os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ consideram de risco nas suas propriedades

Fatores Naturais	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Clima	180	49	78	21
Pragas Agrícolas	96	133	42	58
Plantas Invasoras	84	145	36	63
Escassez de Água	51	178	22	77
Solo com Baixa Fertilidade	40	189	17	82
Acesso à Propriedade	34	194	15	84

Fonte: Dados da Pesquisa.

Constatou-se, em relação aos fatores de risco na propriedade, que a maior preocupação dos produtores rurais é para com o clima. Este fator não se pode controlar, apenas pode-se amenizar seus efeitos, com tratos culturais, tecnologias, manejos etc... No resto destes, o produtor geralmente consegue acesso a um contra efeito.

O quadro 11, a seguir, apresenta o **capital físico**, com seu conjunto de ativos mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ em suas propriedades.

No indicador capital físico constata-se que, referente ao valor de P-valor, foi observado mais questões com diferença significativa entre os respondentes com e sem sucessor. Em quatro questões o P-valor foi menor que 0,05.

Os produtores com sucessor concordam que sua propriedade tem os bens e infraestrutura adequados para os afazeres das atividades agropecuárias. Enquanto os sem sucessor concordam, porém, nem tanto, ficando no limite a média. Ter bens e infraestrutura é essencial para manter ou mobilizar um sucessor na propriedade.

Em relação à utilização de práticas produtivas, sistemas de manejo bons e adequados na sua propriedade: os produtores rurais com sucessor concordam fazer uso, enquanto os sem sucessor não concordam e nem discordam. As práticas produtivas e sistemas de manejo adequados minimizam os erros e desperdícios, o que afeta diretamente os rendimentos da propriedade.

No quadro 11, a seguir, pode-se observar estes resultados.

Quadro 11 - Capital Físico e seus ativos mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

QUESTÕES	Grupos de respondentes		
	Com Sucessor	Sem Sucessor	P-valor
A minha propriedade tem os bens e infraestrutura adequados para os afazeres das atividades agropecuárias.	4,3	4,0	0,0383
Na minha região, as condições das estradas são adequadas para que eu e minha família nos desloquemos para aos centros urbanos, à escola, aos postos de saúde e mercados.	3,9	4,0	0,5245
Na minha propriedade tem implementos, maquinários e ferramentas adequados para o trabalho agrícola.	4,2	4,0	0,2002
Na minha propriedade possuímos bens animais de genética diferenciada.	3,1	3,5	0,4172
Na minha propriedade faço a utilização de ferramentas tecnológicas adequadas.	3,9	3,6	0,0564
Na minha propriedade utiliza-se práticas produtivas, sistemas de manejo bons e adequados.	4,2	3,9	0,0126
Na minha propriedade com a utilização das ferramentas tecnológicas, bens e infraestrutura adequada facilita com que eventual sucessor permaneça na propriedade.	4,2	3,8	0,0036
Na minha propriedade adquiri ferramentas (bens, maquinário, tecnologia), pensando no futuro da propriedade e dos filhos.	4,3	3,8	0,0038
Na minha propriedade fiz melhorias em canais de irrigação, barragens, terraços, estradas, visando melhorar a infraestrutura.	3,5	3,3	0,2460

Fonte: Dados da pesquisa.

E quando perguntados se a utilização de ferramentas tecnológicas, bens e infraestrutura adequados na propriedade rural facilitam com que eventual sucessor permaneça na propriedade: os produtores rurais com sucessor concordam que facilita. Enquanto que os sem sucessor não concordam e nem discordam.

E, quando questionados se na sua propriedade eles adquirem ferramentas (bens, maquinário, tecnologia), pensando no futuro da propriedade e dos filhos: os produtores com sucessor concordam e confirmam que adquirem, enquanto os sem sucessor não concordam e nem discordam, consideram indiferente. No restante, todos P-valor foram maiores que 0,05, não demonstrando diferença significativa entre os respondentes com e sem sucessor.

Ambos os grupos concordam que nas suas propriedades tem implementos, maquinários e ferramentas adequados para o trabalho agrícola. Em uma região praticamente agrícola esses ativos são essenciais para o incremento do trabalho relativo às culturas desenvolvidas nas propriedades rurais.

Os produtores rurais do COREDE sem sucessor alegam que na sua região, as condições das estradas são adequadas para que ele e sua minha família se desloquem para os

centros urbanos, à escola, aos postos de saúde e mercados. Os produtores com sucessor nem concordam e nem discordam, sobre as condições das estradas.

Ao contrário dos resultados de Freitas (2015), onde para 39,6% das 250 famílias amostradas, a condição das estradas foi avaliada como “ruim”; para 17,6% como “péssimas”; para 35,6% as estradas são “boas” e para 7,2% as estradas são “muito boas”. Logo, para a maioria, as estradas são ruins ou péssimas. Compreende-se que a percepção sobre este ativo físico não foi o pior, porque os produtores alegam fazer a manutenção das estradas por conta própria, ou seja, fazem uso de maquinário próprio para arrumar as estradas de acesso a sua propriedade, pois servem para escoar a sua produção, não ficando na mão do poder público (FREITAS, 2015).

Portanto, em resumo, no capital físico, ambos os grupos de produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ (com e sem sucessor) concordam e mobilizam ativos relacionados a: bens, infraestrutura, implementos, maquinários e ferramentas para os cultivos. Esses ativos são considerados muito importantes para o desenvolvimento das propriedades rurais.

A tabela 9 demonstra quais são os ativos que foram mobilizados em relação a bens e infraestruturas das propriedades.

Tabela 9 - Capital Físico – Bens e Infraestrutura das propriedades rurais amostradas, COREDE ALTO JACUÍ

Bens e Infraestrutura	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Galpão para Maquinário	207	22	90	10
Internet	194	36	84	16
Casa da Família (sede)	190	40	83	17
Rede Telefônica	102	128	44	56
Mangueira	98	132	43	57
Ordenhadeira	89	141	39	61
Energia Solar	70	160	30	70
Casa para Colaboradores	66	163	29	71
Silo de Armazenamento de Grãos	46	184	20	80
Pocilga	45	185	20	80
Aviário	22	208	10	90
Canais de Irrigação	31	199	13	87

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como destaque, galpão para maquinário, internet e casa para família na propriedade foram os bens e infraestrutura que tiveram o maior percentual entre os produtores rurais.

Em outra realidade, referente a estes ativos envolvendo infraestrutura e maquinário, o estudo de Vieira (2016), no litoral norte do RS, onde a principal cultura é a produção de banana, a qual se desenvolve em áreas de 10,6 hectares em média, ou seja, em propriedades rurais menores: muitos jovens afirmam que ter uma casa boa, veículo, tanto para trabalhar, quanto para passear, ter estradas de qualidade, acesso a telefonia, internet, etc., são elementos que favorecem sua permanência no campo.

A tabela 10 apresenta os ativos relacionados a maquinários e implementos mobilizados pelos produtores rurais.

Tabela 10 - Capital Físico – Maquinários e Implementos mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Implementos	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Pulverizador	180	50	78	22
Plantadeira	168	62	73	27
Grade	160	69	70	30
Trator Tracionado	158	72	69	31
Trator Simples	158	70	69	30
Colheitadeira	141	89	61	39
Caminhão	139	91	60	40
Espalhadeira	117	113	51	49
Granelero	88	142	38	62

Fonte: Dados da Pesquisa.

Contata-se que, em relação aos ativos relacionados a maquinários e implementos agrícolas, os produtores do COREDE, têm um percentual alto destes. Destacando-se: pulverizadores, plantadeira, grade, trator tracionado, trator simples e colheitadeira.

Nos estudos de Freitas (2015) e Vieira (2016), se igualam quanto ao uso e posse de maquinários como tratores agrícolas, e outros implementos (como: rotativa, arado, grade, gancho, roçadeira), pois facilitam os tratos culturais. São propriedades rurais de menor escala, os produtores de fumo mais tecnificados e diversificados e no outro caso, produtores de banana e hortifrutis.

Porém, diferem quanto ao uso dos implementos de uma agricultura de maior escala ou empresarial, voltada a commodities agrícolas em especial a cultura da soja, que é desenvolvida na região do COREDE ALTO JACUÍ.

A tabela 11 mostra os bens animais que os produtores mobilizam.

Tabela 11 - Capital Físico – Bens Animais mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Animais	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Bovino de Corte	121	109	53	47
Aves	119	111	52	48
Suínos	118	112	51	49
Bovino de Leite	109	121	47	53
Ovinos	64	166	28	72
Equinos	50	179	22	78

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação aos bens animais, os dados mostram distribuição semelhante entre bovinos de corte, leite, aves e suínos, com percentuais entre 47% e 53%. E, em menor porcentagem, nas propriedades rurais do COREDE aparecem os ovinos e equinos. Estes bens animais são importantes, pois podem ser utilizados como moeda de troca pelos produtores rurais, fonte de receita rápida e principalmente fonte de proteína para família e seus colaboradores.

A tabela 12 abaixo, aponta as ferramentas tecnológicas que os produtores utilizam em suas propriedades rurais.

Tabela 12 - Capital Físico – Ferramentas Tecnológicas utilizadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Ferramentas Tecnológicas	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Internet	178	51	77	22
GPS	104	124	45	54
Outros APPS (WhatsApp, clima)	102	128	44	56
Agricultura de Precisão	73	157	32	68
Câmeras de Monitoramento	70	160	30	70
Tecnologia Embarcada (software, hardware, sensores)	39	191	17	83
APPS de Gestão	31	199	13	87
Dronnes	23	207	10	90

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando perguntados sobre a utilização de ferramentas tecnológicas, os produtores do COREDE ALTO JACUÍ, em sua maioria afirmam fazer uso da internet e do GPS. Destaca-se que muitos destes fazem uso de APPs de clima, para monitoramento das chuvas, tanto

para plantar, como para colher. Outro meio de comunicação é o WhatsApp, grande parte deles utilizando como principal forma de comunicação na propriedade.

A tabela 13 apresenta as práticas produtivas adotadas pelos produtores.

Tabela 13 - Capital Físico – Práticas Produtivas adotadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.

Práticas Produtivas	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Plantio Direto	201	29	87	13
Defensivos Agrícolas	193	36	84	16
Adubação Química e Biológica	183	47	80	20
Sementes Melhoradas	180	50	78	22
Animais de Genética diferenciada	71	159	31	69
Sistemas de Irrigação	45	184	20	80

Fonte: Dados da Pesquisa.

E por fim, as práticas produtivas empregadas pelos produtores com e sem sucessor são: plantio direto, utilização de defensivos, adubação e sementes melhoradas.

Neste cenário os resultados se igualam aos de Moreira (2018), onde as práticas utilizadas como, agricultura de precisão (GPS, aplicação com taxa variável, mapas, análise de solo), plantio direto, defensivos agrícolas, adubação química e biológica, uso de sementes melhoradas e irrigação são os marcos da evolução e mudança tecnológica da agricultura compondo pacotes tecnológicos, sendo pilares da agricultura empresarial.

O quadro 12, apresenta o **capital financeiro**, com seu conjunto de ativos, mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ em suas propriedades.

No geral os resultados do capital financeiro, considerando o P-valor, demonstram que não há diferença significativa entre os respondentes produtores rurais com e sem sucessor (todos P-valor maior que 0,05).

Os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ concordam que sua propriedade tem uma condição financeira que dá conforto adequado para sua família. E concordam que a policultura (diversificação de culturas) é uma boa estratégia para se obter mais renda na propriedade rural.

O quadro 12, a seguir, mostrar-se os resultados.

Quadro 12 - Capital Financeiro e seus ativos mobilizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

QUESTÕES	Grupos de respondentes		
	Com Sucessor	Sem Sucessor	P-valor
A minha propriedade tem uma condição financeira que dá conforto adequado para minha família.	4,1	4,1	0,7650
A policultura (diversificação de culturas) é uma boa estratégia para se obter mais renda.	4,2	4,1	0,4478
Atividades realizadas fora da propriedade são boas para aumentar a renda da propriedade.	3,7	3,6	0,4784
Na minha propriedade realizamos investimentos para melhorar a produção e produtividade agropecuária.	4,2	4,1	0,4619
Eu acredito que a poupança bancária seja melhor forma de guardar ou aplicar o dinheiro.	3,0	3,1	0,7853
Eu acredito que o crédito bancário seja a opção mais rápida e fácil para obter dinheiro em ocasiões especiais.	3,8	3,7	0,6292
Na minha propriedade produzimos para o autoconsumo para reduzir as despesas da família.	4,0	4,0	0,9974
A minha família e a propriedade têm condições de honrar pagamentos ou dívidas.	4,5	4,4	0,4383
As cooperativas ou cerealistas são o principal canal de comercialização da produção para minha família.	4,3	4,4	0,5869

Fonte: Dados da pesquisa.

Este resultado condiz com o estudo de Schneider (2010, p.124), que aponta que os efeitos da diversificação tendem a ser mais claramente identificados porque se manifestam como atributos que são perceptíveis no aumento do portfólio de atividades e produtos ofertados pelos agricultores, o que amplia as alternativas para sua inserção nos mercados e reduz a sazonalidade e estagnação da renda agrícola.

Ainda segundo Schneider (2010), a diversificação reduz a dependência das flutuações setoriais de preços e gera inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que podem ser poupadoras de recursos. Também implicam em novas formas de manejo e uso de plantas, dos animais e do espaço, tornando-se, as propriedades e a própria paisagem, diversificadas.

Os produtores rurais do COREDE realizam os investimentos para melhorar a produção e produtividade agropecuária na propriedade rural. Os produtores com e sem sucessor concordam que sua família e a propriedade rural têm condições de honrar pagamentos ou dívidas. E concordam que as cooperativas ou cerealistas são o principal canal de comercialização da produção para ele e sua família.

Portanto, os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ, em relação aos ativos financeiros mobilizados, apresentam: condição financeira confortável, por meio da diversificação de culturas obtém mais renda, investimentos em produção e produtividade, produção para autoconsumo, têm dinheiro para honrar dívidas, e vendem a produção para cerealistas e cooperativas.

A tabela 14 mostra os setores priorizados no momento em que o produtor faz investimentos.

Tabela 14 - Capital Financeiro – Setores priorizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ ao fazerem investimentos na propriedade

Setores	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Maquinário	167	63	73	27
Infraestrutura	128	102	56	44
Tecnologia	116	114	50	50
Terra	110	119	48	52
Alimentação Animal	104	125	45	54
Mão-de-obra	56	174	24	76
Armazenamento	43	187	19	81

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação aos setores priorizados pelos produtores rurais no momento de realizar investimento na propriedade rural destacam-se os investimentos em maquinário, infraestrutura e tecnologia.

Percebe-se que o investimento em maquinário diminui a penosidade do trabalho braçal, constante na literatura como um dos fatores que influenciam negativamente a sucessão.

No estudo de Moreira (2018), o maquinário também foi o item priorizado no momento do investir na propriedade, igualando-se aos achados da presente pesquisa.

Segundo Andreatta (2009), quanto maior a perspectiva de permanência da mão de obra familiar na propriedade, maiores as chances de realização de investimentos em maquinários e terras, entre outros.

A tabela 15 mostra as formas de pagamento utilizadas pelos produtores rurais.

Tabela 15 - Capital Financeiro – Formas de pagamento utilizadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Formas	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Cartão de Crédito/Débito	163	67	71	29
Pix	134	96	58	42
Dinheiro em Espécie	98	132	43	57

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação às formas de pagamentos utilizados no dia a dia ou em ocasiões especiais pelos produtores rurais, os mesmos recorrem na maioria dos casos aos cartões de crédito e débito, e o Pix, uma nova forma de pagamento. Modernizaram-se, demonstrando assim um conhecimento sobre as novas formas de pagamentos e a simplicidade que estes meios trazem. Menos da metade dos produtores recorre ao pagamento em dinheiro em espécie para as transações do dia-dia.

A tabela 16, apresenta as outras formas de poupança que os produtores utilizam.

Tabela 16 - Capital Financeiro – Outras formas de poupança utilizadas pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Formas	Frequência (nº de produtores)		Porcentagem (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Armazenamento de Grãos	156	74	68	32
Animais	75	155	33	67
Bolsa de Valores	7	223	3	97

Fonte: Dados da Pesquisa.

O armazenamento de grãos é a forma de poupança mais utilizada pelos produtores rurais do COREDE. Esta prática é comum, geralmente tem como objetivo a busca pelo melhor preço em um momento futuro, ao invés de comercializar toda produção pós colheita. O que se iguala ao trabalho de Moreira (2018), desenvolvido no município de Cruz Alta no Rio Grande do Sul.

4.1.3 Análise descritiva das “Orientações de Valor” de Ruth Gasson

Nesta seção apresenta-se como são valorizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ cada um dos fatores (objetivos) das orientações instrumental, intrínseca, expressiva e social da proposta de Gasson (1973).

Lembrando que a escala Likert utilizada pontua cada fator da seguinte forma: 5 muito importante, 4 importante, 3 importância relativa, 2 pouco importante e 1 nenhuma importância.

Nesta Tese, referente às orientações de valor dos produtores rurais, considerando-se o P-valor dos fatores, demonstra-se que há diferença significativa entre os respondentes com e sem sucessor, em apenas duas variáveis.

A primeira, na orientação instrumental “expandir o negócio”, onde os produtores com sucessor consideram importante esse fator, e os agricultores sem sucessor consideram com importância relativa.

E, na orientação social “continuar a tradição da família”, onde tanto os produtores com sucessor quanto aqueles sem sucessor, consideram importante este fator, porém, estatisticamente havendo uma diferença significativa entre os grupos.

No restante o P-valor ficou acima de 0,05, não havendo diferença significativa entre os respondentes com e sem sucessor.

O quadro 13 a seguir, contém os resultados quanto às **orientações de valor** dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ, seguindo o modelo proposto por Gasson (1973).

Os produtores rurais com sucessão geracional, seguindo as orientações de valor, mostraram-se propensos à orientação expressiva, com média de 4,54. A orientação expressiva diz respeito aos valores que sugerem que a agricultura é um meio de autoexpressão ou realização pessoal, ou seja, nos agricultores com esta orientação predomina o sentimento de pertencimento, o sentir-se proprietário, o gosto por trabalhar na atividade agropecuária, a busca de habilidades e aptidões especiais para melhor desenvolver as tarefas e ser criativo no trabalho. Tendo como fatores (objetivos) mais valorizados “Sentir orgulho por ser proprietário rural, pertencimento” com 4,7 de média e “Ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena” com 4,7 de média.

No quadro 13, a seguir, pode-se observar estes dados.

Quadro 13 - Resultados quanto às Orientações de Valor dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Variáveis	Grupos de respondentes		
	Com Sucessor	Sem Sucessor	P-valor
Orientação Instrumental			
Maximizar renda. Maior resultado financeiro	4,5	4,3	0,0781
Obter renda satisfatória	4,5	4,3	0,0714
Fazer renda para o futuro	4,5	4,4	0,8100
Expandir o negócio	4,2	3,9	0,0138
Ter condições de trabalho agradáveis (horas trabalhadas, segurança, meio ambiente)	4,5	4,4	0,1236
Média da Orientação Instrumental	4,44	4,26	3°
Orientação Social			
Ser reconhecido e ter prestígio como agropecuarista	3,9	3,9	0,7012
Pertencer à comunidade agropecuária	4,0	3,9	0,4941
Continuar a tradição da família	4,5	4,2	0,0136
Trabalhar com outros membros da família	4,2	4,0	0,1125
Manter uma boa relação de trabalho com os trabalhadores	4,5	4,4	0,0927
Média da Orientação Social	4,22	4,08	4°
Orientação Expressiva			
Sentir orgulho por ser proprietário rural. Pertencimento	4,7	4,5	0,0899
Ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena	4,7	4,6	0,4446
Exercendo habilidades e aptidões especiais. Fazendo aquilo que sabe	4,5	4,4	0,2347
Oportunidade de ser criativo e original. Flexibilidade nas ações das atividades	4,3	4,2	0,4508
Enfrentar desafios, alcançar objetivos, e crescimento pessoal	4,5	4,3	0,0707
Média da Orientação Expressiva	4,54	4,4	1°
Orientação Intrínseca			
Ter prazer nas tarefas de trabalho	4,7	4,5	0,1847
Preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre. Qualidade de vida	4,6	4,5	0,3545
Valorizar o trabalho árduo	4,5	4,4	0,2471
Independência - livre para supervisionar e organizar o tempo	4,5	4,4	0,4837
Controle em uma variedade de situações do dia a dia	4,3	4,2	0,8767
Média da Orientação Intrínseca	4,52	4,4	2°

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda nos produtores com sucessor, a orientação de valor que ficou em segundo lugar foi a orientação intrínseca com média de 4,52, em terceiro a orientação instrumental com média de 4,44 e em quarto a orientação social com média de 4,22.

Estes resultados diferem dos encontrados no estudo de Panno (2006), uma vez que seus resultados demonstraram que os pais com sucessor se mostram propensos a uma orientação intrínseca com uma média de 4,49 e, em segundo lugar aparece a orientação instrumental com média de 4,33 (PANNO, 2016).

Atribui-se essa diferença aos perfis diferenciados dos produtores: os estudados por Panno (2006), são de pequenas propriedades, na região de Frederico Westphalen, pertencentes ao COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI, e os estudados na presente Tese são produtores rurais de todos os tamanhos, mas na maioria com médias e grandes propriedades, do COREDE ALTO JACUÍ.

Por outro lado, nesta Tese, os produtores rurais sem sucessão geracional apresentaram maior aproximação às orientações de valor expressiva e intrínseca, ambas com média de 4,4 de importância, ou seja, um empate. Como já especificado, os produtores levam em consideração na orientação expressiva, os valores que sugerem que a agricultura é um meio de autoexpressão ou realização pessoal (em agricultores com esta orientação predomina o sentimento de pertencimento, o sentir-se proprietário, o gosto por trabalhar na atividade agropecuária, a busca de habilidades e aptidões especiais para melhor desenvolver as tarefas e ser criativo no trabalho).

E na orientação intrínseca, os produtores rurais valorizam a agricultura como uma atividade por suas características particulares e de direito. Nesta orientação o agricultor atua com satisfação, desfruta do trabalho agrícola ao ar livre, valoriza o trabalho duro e a independência nas decisões. Em terceiro lugar ficou a orientação instrumental com 4,26 de média e, por último, a orientação social com 4,08.

Os objetivos mais valorizados pelos produtores rurais sem sucessor foram: na orientação expressiva (1º) “Ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena”, com média de 4,6 e (2º) “Sentir orgulho por ser proprietário rural. Pertencimento”, com média de 4,5. E, na orientação intrínseca, com média de 4,5 (3º) “Ter prazer nas tarefas de trabalho” e (4º) “Preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre, qualidade de vida”. E (5º) com mesma média 4,4 aparecem mais quatro fatores empatados.

No presente estudo os fatores (objetivos) mais valorizados pelos produtores do COREDE ALTO JACUÍ **com sucessão** no geral foram: (1º) “Sentir orgulho por ser proprietário rural, pertencimento” com 4,7 de média; (2º) “Ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena” com 4,7 de média, da orientação expressiva. (3º) “Ter prazer nas tarefas de trabalho” com média de 4,7 e (4º) “Preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre, Qualidade de vida” com média de 4,6, da orientação intrínseca. Empatados com média igual a 4,5 (5º) ficaram 10 fatores.

Estes resultados aqui encontrados, diferem dos achados de Panno (2016), onde os objetivos mais valorizados pelos produtores com sucessão foram: (1º) Ter qualidade de vida” com média de 4,88, da orientação intrínseca; (2º) “Sentir orgulho por ser proprietário rural. Pertencimento”, com média de 4,74, da orientação expressiva; (3º) “Maximizar renda, fazer renda para o futuro”, com média de 4,70, da orientação instrumental; (4º) “Ter prazer nas tarefas de trabalho”, com média 4,64, da orientação intrínseca; (5º) “Fazer renda para o futuro”, com uma média 4,56, da orientação instrumental.

Os objetivos mais valorizados pelos produtores rurais amostrados nesta Tese também diferem dos encontrados no estudo de Piras (2021), no qual foram observados dois perfis de produtores: os empreendedores e os camponeses (diversificados). O objetivo principal dos empreendedores foi a maximização dos lucros (Monetário = maximizar renda; maior resultado financeiro), da orientação instrumental. E dos camponeses foi o trabalho com base nas necessidades da família (incluindo o desejo de passar tempo de qualidade com a família e amigos; trabalhar com outros membros da família), da orientação social.

O que sobressai é a percepção de uma falta de valorização pelos produtores rurais pelas orientações sociais nesta Tese, se igualando ao de Panno (2016) e diferindo do de Piras (2021). Cabe então, mais uma vez, recordar a pesquisa de Gasson (1973), na qual constata que, normalmente existe uma predisposição dos agricultores familiares com pequenas propriedades em valorizar os aspectos intrínsecos da agricultura, enquanto que os agricultores com médias e grandes propriedades de terra e realidade produtiva diferenciada tendem a valorizar aspectos instrumentais e sociais.

Portanto, percebe-se que as orientações de valor observadas nesta Tese e em pesquisas anteriores, não são puras, ou seja, os produtores tendem a valorizar características de mais de uma orientação.

4.1.4 Análise descritiva dos fatores que os produtores rurais consideram importantes para manter um sucessor

Seguindo a metodologia especificada na seção 3, no Quadro a seguir são apresentados os resultados obtidos junto aos produtores amostrados quanto aos fatores que eles consideram importantes para manter um sucessor.

E, que nível de importância eles atribuem a estes fatores. Quanto mais valorizado, mais perto do cinco estará e, quanto menos valorizado, mais perto do um estará, distribuídos em: 5 muito importante, 4 importante, 3 importância relativa, 2 pouco importante e 1 nenhuma importância.

Nesta Tese, em relação às variáveis “fatores importantes para sucessão”, foram encontrados apenas três em que o valor referente ao P-valor demonstra que há diferença significativa entre os respondentes com sucessor e os sem sucessor.

São elas: “qualidade da terra (solo) e “retorno financeiro”, as quais tanto produtores com sucessor quanto sem sucessor consideram importantes. Porém, com diferença significativa estatisticamente entre os dois grupos.

Quanto à terceira, “investiu em ferramentas de controle e gestão”, também existiu diferença significativa. Porém, ambos os grupos de produtores consideram esse fator com importância relativa.

Conforme pode ser visto no Quadro 14 abaixo, destaca-se como importante para os produtores com sucessor os fatores “acesso à internet; acesso ao crédito financeiro, assistência técnica, autonomia (participação nas decisões), bens como carro e moto, casa na propriedade, comercialização da produção, disponibilidade e acesso a tecnologias, disponibilidade de mão de obra, disponibilidade de qualificação, incentivo dos pais, infraestrutura da propriedade, investimento em maquinário, opções de lazer, participação em entidades, políticas públicas, preço dos produtos agrícolas, qualidade da terra (solo), qualidade de vida, quantidade de terra (área), retorno financeiro, salário (independência financeira) e valorização social”.

O quadro 14, a seguir, contém esses resultados.

Quadro 14 - Fatores que influenciam a sucessão geracional

Variáveis	Grupos de respondentes		
	Com Sucessor	Sem Sucessor	P-valor
Acesso à internet	4,6	4,5	0,4030
Acesso ao crédito financeiro	4,5	4,4	0,4656
Animais para criação (gado, ovinos, suínos equinos)	3,7	3,7	0,6247
Assistência técnica	4,6	4,4	0,2442
Autonomia, participação nas decisões	4,5	4,3	0,1435
Bens como carro, moto	4,2	4,1	0,3754
Casa na cidade	3,1	2,9	0,1997
Casa na propriedade	4,4	4,6	0,1284
Comercialização da produção	4,5	4,4	0,2139
Disponibilidade e acesso a tecnologias	4,5	4,4	0,1415
Disponibilidade de mão-de-obra	4,2	4,0	0,3092
Disponibilidade de qualificação, cursos técnicos e treinamentos	4,4	4,2	0,0779
Distância da cidade	3,8	3,8	0,7759
Ferramentas tecnológicas para agricultura de precisão, robôs, softwares.	3,2	2,9	0,0704
Formação Superior	3,9	3,7	0,3765
Formação Superior na área agrícola	3,7	3,6	0,5493
Formação Técnica na área agrícola	3,8	3,8	0,7916
Incentivo dos pais	4,5	4,3	0,1819
Infraestrutura da propriedade	4,6	4,4	0,1221
Investiu em ferramentas de controle e gestão	3,8	3,3	0,0063
Investiu em irrigação	3,2	3,0	0,2627
Investimento em maquinário	4,3	4,3	0,9430
Investiu em pastagens, campo nativo	3,2	3,1	0,4921
Opções de lazer	4,2	4,4	0,0969
Participação em entidades (cooperativas, associações, sindicatos)	4,1	4,0	0,4189
Políticas públicas	4,0	4,1	0,7801
Possibilidade de matrimônio	3,9	3,8	0,5281
Poupança	3,8	4,0	0,4437
Preço dos produtos agrícolas	4,5	4,4	0,4095
Qualidade da terra (solo)	4,7	4,4	0,0293
Qualidade de vida	4,6	4,4	0,0879
Quantidade de terra, área de terra	4,2	4,1	0,4632
Retorno financeiro	4,6	4,4	0,0528
Salário, independência financeira	4,4	4,2	0,1926
Transporte até a cidade	3,9	3,9	0,6072
Valorização social	4,3	4,2	0,2234

Fonte: Dados da pesquisa.

Enquanto que para os sem sucessor se destacam “acesso à internet; acesso ao crédito financeiro, assistência técnica, autonomia (participação nas decisões), bens como carro e moto, casa na propriedade, comercialização da produção, disponibilidade e acesso a tecnologias, disponibilidade de mão de obra, disponibilidade de qualificação, incentivo dos pais, infraestrutura da propriedade, investimento em maquinário, opções de lazer, participação em entidades, políticas públicas, poupança, preço dos produtos agrícolas, qualidade da terra (solo), qualidade de vida, quantidade de terra (área), retorno financeiro, salário (independência financeira) e valorização social”.

Assim, o único fator que não consta em ambos é a “poupança”, sendo considerada importante para os sem sucessor e não para os com sucessor.

Nesta Tese os produtores rurais consideraram com importância relativa proporcionar um estudo em nível médio, técnico ou graduação nas áreas agrícolas, ou seja, não consideraram importante o estudo para manter o sucessor.

No geral, destacaram-se os fatores: acesso à internet; acesso ao crédito financeiro; assistência técnica; autonomia; casa na propriedade; comercialização da produção; acesso a tecnologias; incentivo dos pais; infraestrutura da propriedade; qualidade da terra (solo); qualidade de vida; retorno financeiro (renda); quantidade de terra (tamanho); e salário. Estes resultados se assemelham aos percebidos na literatura, como demonstrado abaixo.

Portanto, são inúmeros os fatores que influenciam a sucessão geracional, tanto na percepção dos pais como dos filhos, tanto ao nível de Brasil, como mundial. Mas, o que se evidencia de modo geral como fatores que influenciam a sucessão são os constantes acima e também presentes na literatura referenciada¹².

¹² (GASSON; ERRINGTON, 1993; SILVESTRO et al., 2001; STROPASOLAS, 2002; 2004; MELLO et al., 2003; UCHOA et al., 2007; MISHRA; EL-OSTA, 2007; 2010; SPANEVELLO, 2008, 2014; WEISHEIMER, 2009; LOBLEY; BAKER; WHITEHEAD, 2010 ; SAVIAN, 2011; KWANMUANG, 2011; KERBLER, 2012; PANNO; MACHADO 2014; KISCENER; KIYOTA; PERONDI, 2015; CAVICCHIOLI et al., 2015; FOGUESATTO et al., 2016; PANNO, 2016; MORAIS; BORGES; BINOTTO, 2018; ANDREATTA et al., 2020; SHAHZAD; ABUBAKR; FISCHER, 2021; LAGO et al., 2022; BREITENBACH; FOGUESATTO, 2023; BAVOROVÁ et al., 2024).

4.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA

A ideia inicial do estudo era formar grupos de respondentes e, via análises multivariadas, comparar e caracterizar estes grupos. Contudo, com o expressivo número de variáveis, a modelagem indicava em torno de 50 grupos de respondentes, o que não faz sentido prático, por se tratar de 23 variáveis sociodemográficas, nos meios de vida 130, nas orientações de valor 20 e nos fatores 36 variáveis, totalizando 209 variáveis. Então, para conseguir alcançar os objetivos, focou-se a análise quanto às orientações de valores e nos capitais e ativos mobilizados pelos dois grandes grupos de produtores, quais sejam, os com sucessor e os sem sucessor nas suas atividades agropecuárias.

4.2.1 Análise discriminante canônica e análise de correspondência múltipla

Análise discriminante canônica: é uma análise multivariada que identifica visualmente as diferenças entre os grupos. Além disso, identifica variáveis mais influentes na separação destes grupos.

Análise de correspondência múltipla: é uma análise de associação para variáveis categóricas e que indica a relação entre as categorias. É uma análise basicamente visual e de fácil identificação das associações.

A tabela 17, a seguir, observa-se a análise discriminante canônica.

Tabela 17 - Análise discriminante das variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico, capital humano, social, natural, físico, financeiro, orientação de valor e fatores importantes para manter um sucessor nas propriedades rurais do COREDE ALTO JACUÍ

Variáveis	R ² Parcial	Valor F	Pr. > F	Lambda de Wilks	Pr. < Lambda	R _c ²¹	Pr. > ASCC ¹
CF7	0.066	14.54	0.0002	0.934	0.0002	0.066	0.0002
CS10	0.030	6.23	0.0134	0.907	<.0001	0.093	<.0001
CS3	0.034	7.06	0.0085	0.876	<.0001	0.124	<.0001
CF13GPS	0.033	6.86	0.0095	0.848	<.0001	0.152	<.0001
CF12O	0.030	6.15	0.0140	0.823	<.0001	0.177	<.0001
F7QT	0.021	4.27	0.0400	0.805	<.0001	0.195	<.0001
F14OL	0.028	5.81	0.0168	0.783	<.0001	0.217	<.0001
CH10	0.023	4.73	0.0308	0.764	<.0001	0.236	<.0001
CH7	0.017	3.39	0.0671	0.752	<.0001	0.248	<.0001
CF10CF	0.019	3.85	0.0512	0.737	<.0001	0.263	<.0001
Sexo	0.019	3.69	0.0563	0.724	<.0001	0.276	<.0001
CN11PA	0.017	3.27	0.0720	0.712	<.0001	0.288	<.0001
CS12RAT	0.017	3.34	0.0691	0.700	<.0001	0.300	<.0001
OS3	0.013	2.45	0.1189	0.691	<.0001	0.309	<.0001
RENDA	0.013	2.52	0.1141	0.682	<.0001	0.318	<.0001
F6IM	0.011	2.19	0.1402	0.674	<.0001	0.326	<.0001
ESTADO_CIVIL	0.012	2.28	0.1331	0.666	<.0001	0.334	<.0001

¹ R_c² = Correlação canônica quadrada média

OBS.: ASCC: Average squared canonical coefficient

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 17 indica as principais variáveis que afetam a diferenciação dos grupos de respondentes com relação a ter ou não sucessor com suas respectivas estatísticas. O R^2 parcial indica o poder individual de cada uma destas variáveis em separar os grupos de respondentes, enquanto o R_c^2 indica o poder conjunto de diferenciação dos grupos com a inclusão da variável seguinte na função discriminante canônica, sendo que, ao final, 33,4% da variação relacionada à separação dos grupos é explicada por essas variáveis. Essa sequência de testes (R^2 parcial, F, Lambda e R_c^2) é que define se a variável permanece ou não no modelo final de função discriminante canônica, sendo que Lambda de Wilks e ASCC são as estatísticas multivariadas que, no fim, definem se a variável é ou não importante na separação dos grupos.

A separação dos grupos pode ser explicada pelas variáveis:

Sociodemográficas: SEXO, RENDA, ESTADO CIVIL.

Capital Físico: CF7 = Na minha propriedade com a utilização das ferramentas tecnológicas, bens e infraestrutura adequada facilita com que eventual sucessor permaneça na propriedade. CF13GPS = ferramenta tecnológica que utiliza GPS; CF12O = Animais que possuem Ovinos; CF10CF = Infraestrutura casa para família.

Capital Social: CS10 = Considero importante e adequado os filhos seguirem na atividade agropecuária; CS3 = A minha propriedade recebe assistência técnica adequada; CS12RAT = participar de organizações para receber assistência técnica.

Capital Humano: CH10 = Na minha propriedade as principais decisões produtivas são tomadas por mim e são as mais adequadas; CH7 = O tempo de trabalho dedicado às culturas na propriedade é adequado, considerando as pessoas que aqui trabalham.

Capital Natural: CN11PA = poço artesiano.

Orientações de Valor: OS3 = Orientação social - Continuar a tradição da família.

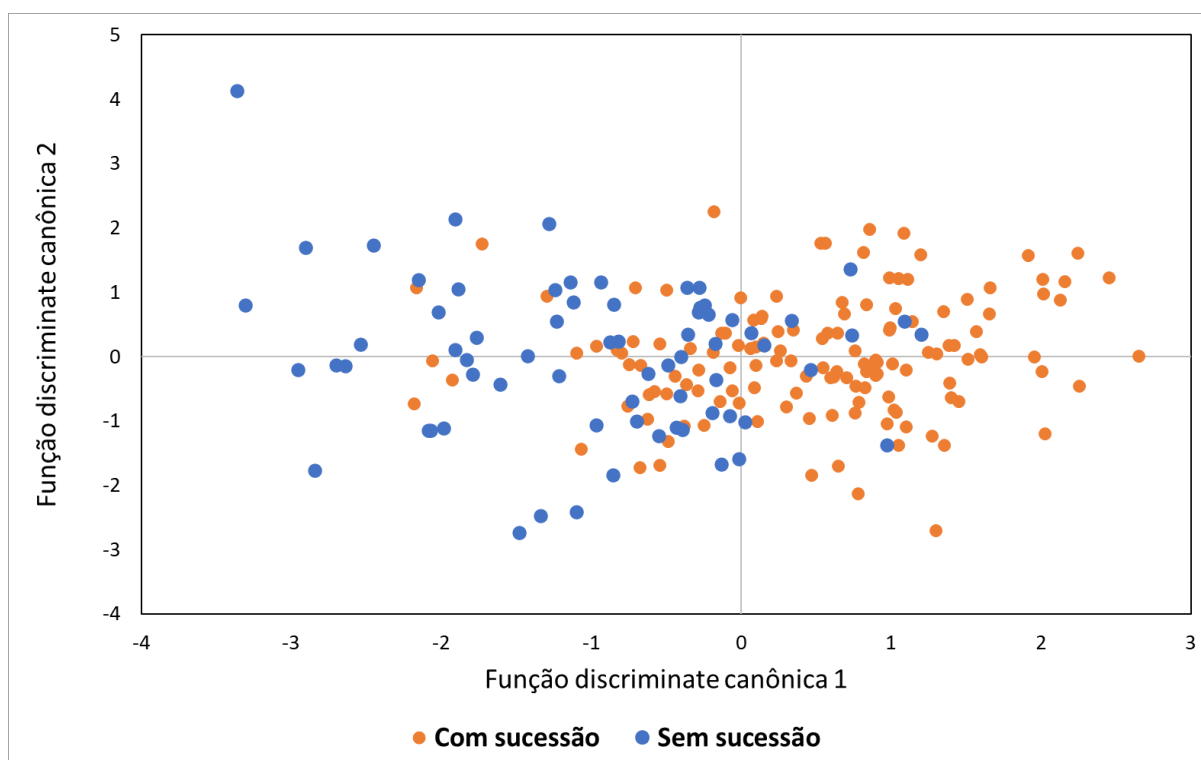
Fatores que influenciam a sucessão: F7QT = Qualidade da terra (solo); F14OL = Opções de lazer; F6IM = Investimento em maquinário.

Portanto, com base na análise discriminante canônica, estas são as variáveis mais influentes na separação dos grupos (Produtores rurais com sucessor e sem sucessor).

Do total de 209 variáveis iniciais, apenas 17 variáveis são influentes na sucessão geracional entre os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.

A figura 4, ilustra a separação dos grupos.

Figura 4 - Análise gráfica da função discriminante canônica indicando a separação dos grupos de produtores rurais com e sem sucessor no COREDE ALTO JACUÍ



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise discriminante canônica indica ou verifica as diferenças entre os grupos formados (no caso, preexistentes). A figura 4 mostra que os indivíduos pertencentes a cada grupo, de fato, se agrupam considerando as duas primeiras funções discriminantes canônicas. Cada função é uma combinação das variáveis originais sendo que sempre a primeira função explica maior parte da variação dos dados, seguida da segunda e assim por diante.

Visualmente no gráfico, não há uma separação completa dos grupos e a explicação é que são grupos já existentes e que não foram formados por uma técnica de análise multivariada. Para fins de conhecimento, quando se formam grupos via uma técnica multivariada, na maioria dos casos as variáveis influentes na separação dos grupos indicam uma separação quase que completa entre eles.

As variáveis utilizadas para gerar esse gráfico foram as 17 variáveis influentes, conforme consta na Tabela 17 (p. 124), e que foram as selecionadas pelo modelo geral considerando todas as variáveis do banco de dados (209 variáveis).

Na tabela 18, apresenta-se a comparação das médias dos grupos de produtores rurais com e sem sucessor.

Tabela 18 - Comparação de médias para os grupos de respondentes considerando as variáveis numéricas mais importantes na diferenciação dos grupos com e sem sucessor

Variáveis	Grupos de respondentes		P-valor
	Com Sucessor (n = 152)	Sem Sucessor (n = 78)	
CF7	4.2	3.8	0.0036
CS10	4.5	4.1	0.0013
CS3	4.2	4.4	0.1253
F7QT	4.7	4.4	0.0293
F14OL	4.2	4.4	0.0804
CH10	3.6	3.8	0.2651
CH7	4.3	4.1	0.0592
OS3	4.5	4.2	0.0196
RENDA	4.1	3.6	0.0290
F6IM	4.3	4.3	0.9430

Fonte: Dados da pesquisa.

Basicamente aqui se tem a comparação entre os respondentes com e sem sucessor para aquelas variáveis numéricas que foram selecionadas para compor o modelo final de função discriminante canônica. Esse procedimento possibilita verificar as principais diferenças entre os dois grupos.

Em relação às variáveis Sociodemográficas: a RENDA, levando em consideração as médias, os produtores com sucessor tendem a ter uma renda maior (em torno de 4 a 5 salários-mínimos) e consideram importante. Enquanto que os produtores rurais sem sucessor obtêm uma renda entre 3 e 4 salários-mínimos e não consideram e nem desconsideram importante.

No Capital Físico a variável CF7 (na minha propriedade com a utilização das ferramentas tecnológicas, bens e infraestrutura adequada facilita com que eventual sucessor permaneça na propriedade), os produtores rurais com sucessor concordam que a CF7 condiciona a sucessão. Enquanto os produtores sem sucessor não concordam e nem discordam que a CF7 condiciona.

Referente ao Capital Social CS10 (considero importante e adequado os filhos seguirem na atividade agropecuária), os produtores rurais com sucessor e sem sucessor concordam que CS10 é importante, porém os produtores com sucessor apresentam uma média mais elevada. No que se refere à variável CS3 (a minha propriedade recebe assistência técnica adequada), os produtores com sucessor e sem sucessor concordam que a propriedade recebe uma assistência técnica adequada, porém os produtores sem sucessor com uma média mais elevada.

No Capital Humano CH10 (na minha propriedade as principais decisões produtivas são tomadas por mim e são as mais adequadas), os produtores rurais com e sem sucessor não

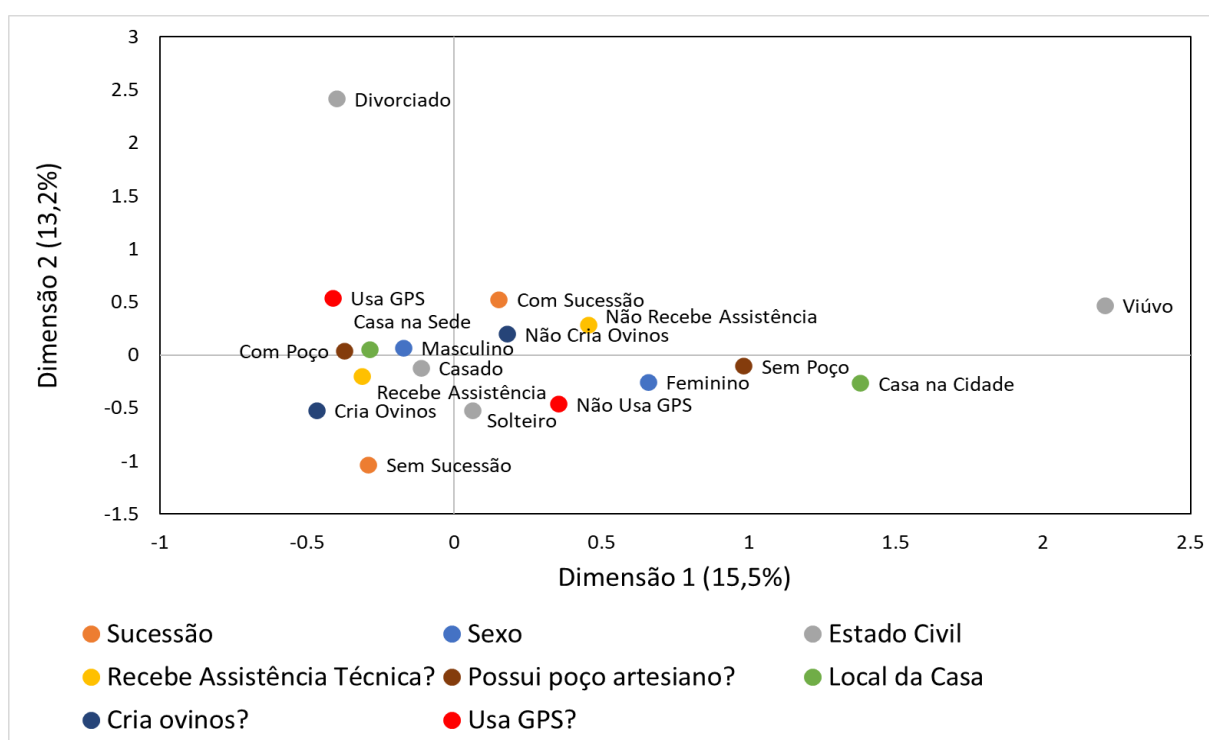
concordam e nem discordam sobre essa variável. Porém, os produtores sem sucessor com uma média mais elevada. A variável CH7 (o tempo de trabalho dedicado às culturas na propriedade é adequado, considerando as pessoas que aqui trabalham), os produtores com e sem sucessor concordam que o tempo de trabalho é adequado. Os produtores com sucessão têm uma média mais elevada.

Em relação às Orientações de Valor: destaca-se a Orientação Social OS3 (continuar a tradição da família), a qual os produtores rurais com e sem sucessor consideram importante, com uma média mais elevada para os produtores rurais com sucessor.

No que tange aos Fatores que influenciam a sucessão, o F7QT (qualidade da terra (solo)), os produtores rurais com e sem sucessor consideram importante este fator, com uma média mais elevada para os produtores não sucessor. O fator F14OL (opções de lazer), os produtores rurais com e sem sucessor consideram importante, com uma média mais elevada para os produtores rurais sem sucessor. E, por fim, o fator F6IM (investimento em maquinário), os produtores rurais com e sem sucessor consideram importante esse fator para manter um sucessor na propriedade rural, e suas médias são iguais.

A figura 5, ilustra a análise de correspondência múltipla.

Figura 5 - Análise de correspondência múltipla entre os grupos de respondentes considerando as variáveis e fatores relevantes para sucessão nas propriedades rurais



Fonte: Dados da pesquisa.

Para composição desta análise foram utilizadas as variáveis, Sociodemográficas: SEXO e ESTADO CIVIL. Do capital físico: CF13GPS (ferramenta tecnológica que utiliza GPS), CF12O (Animais que possuem - Ovinos) e CF10CF (Infraestrutura casa para família). Do capital social: CS12RAT (participar de organizações para receber assistência técnica). Do capital natural: CN11PA (poço artesiano).

A análise de correspondência múltipla considera as múltiplas relações entre variáveis categóricas. Quando as categorias das diferentes variáveis se encontram próximas significa que estas têm alta associação. Quando distantes, significa que não há associação entre elas. A dimensão 1 sempre explica a maior parte da relação das variáveis e a percentagem entre parênteses é uma estatística que se chama de inércia que está relacionada a essas associações.

Na figura 5, pode-se identificar que respondentes **sem sucessor** estão relacionados com a criação de ovinos, não uso de GPS e recebem assistência técnica. Já os respondentes **com sucessor** não criam ovinos, usam GPS, não recebem assistência e são do sexo feminino principalmente. O caso de não receber assistência técnica pelo produtor com sucessão pode ser associado a ter auxílio do filho para possível tomada de decisão. Assim como o produtor sem sucessão busca esse auxílio de fora.

Outras relações podem ser interpretadas da mesma maneira pela proximidade dos pontos no gráfico. Como por exemplo, pela relação entre casa na cidade e sem poço artesiano, e também produtores com casa na sede da propriedade e com poço artesiano na propriedade. O que é lógico, uma vez que em todas as sedes municipais da região há disponibilidade de água encanada, distribuída pelo órgão competente.

Portanto, dessas variáveis só o estado civil que ficou difícil de associar, pois ficaram duas dispersas (viúvos e separados) e duas mais associadas aos produtores. Como por exemplo: solteiros, associada aos **sem sucessor**; e, casados ficando no meio termo, associando-se aos **sem sucessor e com sucessor**. O que tem lógica, solteiros sem sucessão.

Outra relação, produtores rurais **com sucessão**, tem casa na cidade, sem poço artesiano e gestora do sexo feminino.

Esta casa na cidade pela questão da gestora do sexo feminino, pode ser explicado pelo caso de sair para estudar, e constituir família ou questão de gênero, onde o pai gestor preferiu que ficasse o filho do sexo masculino. Ou ainda, esta gestora recebeu de herança a propriedade e tem seu sucessor na propriedade.

Produtores rurais **com sucessão**, com casa na propriedade rural, utiliza GPS, tem poço artesiano na propriedade, é casado, gestor do sexo masculino, e não cria ovinos.

Produtor **sem sucessão**, solteiro, cria ovinos, recebe assistência técnica e não utiliza GPS.

O não utilizar GPS, pelos produtores sem sucessão, pode ser pelo motivo de serem mais resistentes às inovações.

A criação de ovinos, é uma fonte de renda complementar no COREDE, fonte de carne e lã. Economicamente ainda não é a principal atividade produtiva das propriedades rurais, por isso não se associa a manter um sucessor.

Portanto, cabem muitas combinações de associações, todas seguindo a lógica dos resultados de considerar sempre a dimensão de 1 ponto.

4.3 REGRESSÃO

4.3.1 Regressão logística binária

Das 17 variáveis encontradas pela análise discriminante canônica, o modelo de regressão logística considerou apenas seis como significativas para explicar a razão de chance de o entrevistado possuir sucessor. A tabela 19 apresenta os resultados.

Tabela 19 - Resultado do modelo de regressão logística ordinal para as variáveis estudadas e seus respectivos valores de razão de chance considerando a chance de o entrevistado responder que possui sucessor

Variáveis	Razão de chance	Intervalo de confiança (95%)	P-valor
Cria ovinos × Não cria ovinos	0,445	0,217-0,912	0,0270
Não usa GPS × Usa GPS	0,358	0,176-0,727	0,0045
CS10	2,585	1,651-4,048	<0,0001
CS3	0,531	0,331-0,850	0,0083
F7QT	2,554	1,401-4,656	0,0022
F14OL	0,539	0,332-0,875	0,0124

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa é uma tabela básica e mostra simplesmente que as variáveis sobre “cria ovinos?” ($p = 0,0270$), “usa GPS?” ($p = 0,0045$), CS10 ($p < 0,0001$), CS3 ($p = 0,0083$), F7QT ($p =$

0,0022) e F14OL ($p = 0,0124$) foram significativas no modelo de regressão logística considerando a chance de o entrevistado responder que possui sucessor.

A interpretação da razão de chance:

Para variáveis qualitativas (casos de “cria ovinos?” e “usa GPS?”):

Quando um valor de razão de chance > 1 (Exemplo: razão de chance = 1,30 para A vs. B), a interpretação feita é de que A tem 30% ou 1,3 vezes mais chances de ter sucessor (caso desse estudo) que B.

Quando um valor de razão de chance < 1 (Exemplo: razão de chance = 0,75 para A vs. B), a interpretação feita é de que A tem 25% menos chances de ter sucessor comparado com B, indicando que valores maiores de escore ocorrem em B.

A segunda categoria será sempre a referência (B nos exemplos acima). Se o intervalo de confiança da razão de chance incluir o valor de 1, não há significância a 5% de probabilidade (mas o P-valor foi mantido na tabela).

Neste caso, ambas (cria ovinos e uso de GPS) foram menores que 1. O respondente que cria ovinos tem 55% menos chances de ter um sucessor, do que o que não cria ovinos.

Enquanto aquele que não usa GPS tem 64% menos chance de ter um sucessor, do que o que utiliza o GPS.

Logo, a utilização de ferramentas tecnológicas como uso do GPS, são facilitadoras da sucessão, são inovações que auxiliam o produtor, influenciando diretamente na produção e produtividade da propriedade rural.

A ovinocultura na região do COREDE é uma fonte complementar de renda, não é uma cultura principal economicamente, geralmente grãos (soja) e pecuária leiteira são mais difundidas. Assim, a criação de ovinos não garante uma renda para manter um sucessor na propriedade.

Para uma variável quantitativa ou mensurada como escore:

A interpretação para variáveis preditivas contínuas sobre a razão de chance é semelhante à anterior.

No caso, a cada aumento de uma unidade de escore para a variável CS10 (Considero importante e adequado os filhos seguirem na atividade agropecuária) e F7QT (Qualidade da terra (solo)), há um aumento de 2,5 vezes de o produtor ter um sucessor.

Logo, propriedades rurais que têm solo fértil, produtivas e propriedades que os pais incentivam os filhos a ficarem, têm mais chance de manter um sucessor.

Para cada aumento de uma unidade de escore para CS3 (A minha propriedade recebe assistência técnica adequada) e F14OL (Opções de lazer), tem-se 47% menos chance de o produtor ter um sucessor.

No entanto, os resultados mostram que receber assistência técnica e opções de lazer são consideradas importantes para os produtores rurais do COREDE, porém em propriedades com sucessão esses fatores diminuem as chances de manter um sucessor. Pode ser explicada a assistência técnica como auxílio que tira a autonomia ou importância do sucessor na tomada de decisão ou dos tratos culturais, fazendo com que o principal gestor não precise do auxílio do filho(a). As opções de lazer, pode ser um novo caminho que o sucessor possa acessar e não voltar (estudo, centros urbanos, realidades diferentes e atrativas). São situações que podem ser vistas na literatura.

5 CONCLUSÕES

Esta Tese abordou o tema das orientações de valor, capitais e ativos e da sucessão geracional no contexto das propriedades rurais caracterizadas pelas produções agropecuárias e seus agronegócios nos quatorze municípios do COREDE ALTO JACUÍ. Para responder os objetivos propostos usou-se duas abordagens: a primeira as “orientações de valor” de Ruth Gasson, visando identificar o perfil os produtores rurais, quanto aos seus objetivos e valores mais influentes na tomada de decisão. E os “meios de vida” de Frank Ellis, buscando identificar os capitais e ativos que os produtores rurais mobilizam para manter um futuro sucessor na propriedade e garantir o sustento e continuidade de sua família.

O primeiro objetivo específico buscou caracterizar as propriedades rurais com base em seus capitais e ativos disponíveis. Os resultados apontam, a partir dos dados demográficos e dos capitais e ativos, que as propriedades rurais do COREDE ALTO JACUÍ, são de perfil médio, com produtores rurais com idade de 59,2 anos, gestores masculinos, casados, com renda média de quatro salários-mínimos, residentes no meio rural, tendo como principal cultura economicamente a soja. Em relação aos capitais e ativos é possível concluir que os produtores rurais mobilizam um significativo portfólio de capitais (humano, social, natural, físico e financeiro) e seus ativos. Destacando-se entre estes a infraestrutura, bens e maquinários, terra (área e solo), tecnologias utilizadas, renda, práticas produtivas, água, participação em organizações (assistência técnica e treinamentos), lazer e saúde. Ressalta-se que quanto maior a quantidade de capitais e ativos, maior a facilidade de manter um sucessor. Ainda, percebe-se a falta de planejamento sucessório, resquícios da sucessão tardia, masculinização e envelhecimento no campo que já são conhecidos e descritos por Abramovay (1998). Com todo pacote tecnológico que a cultura da soja traz embutido em seu portfólio (manejo, maquinário, infraestrutura, tecnologia embarcada etc...) modernizaram-se os tratos culturais, atitudes e cuidados voltados a ela e demais culturas, porém o apego emocional ligado à pose de terra continua.

O segundo objetivo específico tinha como foco analisar, com base nas orientações de valor, quais aspectos são mais valorizados pelos produtores rurais com e sem sucessor. O perfil dos produtores rurais **com sucessão** geracional, seguindo as orientações de valor, mostraram-se propensos à Orientação Expressiva. A Orientação Expressiva diz respeito aos valores que sugerem que a agricultura é um meio de autoexpressão ou realização pessoal, ou seja, nos agricultores com esta orientação predomina o sentimento de pertencimento, o sentir-se

proprietário, o gosto por trabalhar na atividade agropecuária, a busca de habilidades e aptidões especiais para melhor desenvolver as tarefas e ser criativo no trabalho. Tendo como objetivos mais valorizados “Sentir orgulho por ser proprietário rural, pertencimento” e “Ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena”. Aparecendo na sequência dois objetivos da orientação intrínseca “Ter prazer nas tarefas de trabalho” e “Preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre, Qualidade de vida”.

Os produtores **sem sucessão** geracional apresentaram maior aproximação às Orientações de valor Expressiva e Intrínseca, ambas com mesma média de importância. A Orientação Expressiva já foi descrita acima. Na Orientação Intrínseca os produtores rurais valorizam a agricultura como uma atividade por suas características particulares e de direito. Nesta orientação o agricultor atua com satisfação, desfruta do trabalho agrícola ao ar livre, valoriza o trabalho duro e a independência nas decisões. Os objetivos mais valorizados pelos produtores rurais sem sucessor foram: na Orientação Expressiva “Ter autoestima por fazer um trabalho que vale a pena” e “Sentir orgulho por ser proprietário rural. Pertencimento”. Na Orientação Intrínseca “Ter prazer nas tarefas de trabalho” e a “Preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre, qualidade de vida”. São os objetivos mais valorizados pelos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.

Portanto, as Orientações de Valor observadas nesta Tese não são puras, os produtores tendem a valorizar características de mais de uma orientação. No entanto, a Orientação Expressiva é a que teve mais características valorizadas. Gasson (1973) também encontrou essas diferenças distintas nas Orientações de Valor, que podem ser explicadas pelas condições dos atores, cultivadas pelas situações e condições micro e macro ambientais, além das características econômicas, sociais e políticas. Considera-se natural que haja diferenças nas Orientações de Valor, objetivos e perspectivas sucessórias. Percebe-se um apego emocional dos produtores rurais as suas propriedades e a falta de um planejamento sucessório. Segundo Gasson (1973), normalmente existe uma predisposição dos agricultores familiares com pequenas propriedades a tendência em valorizar os aspectos intrínsecos da agricultura, enquanto que os agricultores com médias e grandes propriedades de terra e realidade produtiva diferenciada tendem a valorizar aspectos instrumentais e sociais.

O terceiro objetivo específico visava a analisar, a partir dos produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ, quais fatores consideram importante para manter um sucessor na propriedade rural. Pode-se concluir a partir da análise discriminante canônica que os fatores importantes para manter um sucessor na propriedade são: “qualidade da terra (solo); opções de

lazer e investimento em maquinário” e dos dados sociodemográficos a “renda, sexo e o estado civil”. O que corrobora com os achados na literatura nacional e internacional descritos no referencial teórico¹³.

O quarto objetivo específico propõe-se a analisar, a partir das orientações de valor e capitais e ativos, o que tem sido mobilizado pelos pais para garantir a sucessão.

Portanto, a fim de “continuar as tradições familiares”, “os pais, principal gestor” produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ mobilizam: ferramentas tecnológicas, bens e infraestrutura; GPS, Ovinos, e casa na propriedade para família ativos do Capital Físico. Incentivo para os filhos continuarem na atividade agropecuária, assistência técnica e participar de organizações para receber assistência técnica do Capital Social. Horário de trabalho adequado e não dão autonomia aos sucessores quanto às decisões produtivas do Capital Humano. Tem poço artesiano (água) no Capital Natural. Do Capital Financeiro a Renda. São esses objetivos, valores, capitais e ativos que os produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ mobilizam para manter o sucessor.

Fechando esses objetivos específicos o objetivo geral é alcançado: Analisar a influência dos capitais e ativos e das orientações de valor na sucessão geracional no campo.

Portanto, é preciso ponderar que as discussões sobre as orientações de valor e os capitais e ativos aqui apresentados precisam ser relativizadas, pois a temática da sucessão geracional é complexa e os dados apresentados tratam de um universo localizado, o COREDE ALTO JACUÍ, necessitando de outras pesquisadas para aprofundar os resultados encontrados. Mesmo assim, entende-se este estudo como relevante para auxiliar técnicos e formuladores de políticas públicas em ações que visem a reprodução socioeconômica dos agronegócios e do desenvolvimento rural como um todo. É preciso compreender estas mudanças em torno da sucessão geracional, que tenta se manter revestida de uma série de adaptações, ainda se mantém a maior presença do Pai gestor, tomador de decisão, tradicional, que reside no meio rural e que quer continuar a tradição da família. E que, este gestor, utiliza a propriedade rural como uma empresa a céu aberto, seu local de trabalho, moradia e lazer, e que, apesar da baixa escolaridade, está mais atualizado e tem um perfil mais inovador e tecnológico do que a geração de seus pais.

¹³ (GASSON; ERRINGTON, 1993; SILVESTRO ET AL. 2001; STROPASOLAS, 2002; 2004; MELLO ET AL. 2003; UCHOA ET AL. 2007; MISHRA; EL-OSTA, 2007; 2010; SPANEVELLO, 2008, 2014; WEISHEIMER, 2009; LOBLEY; BAKER; WHITEHEAD, 2010 ; SAVIAN, 2011; KWANMUANG, 2011); KERBLER, 2012; PANNO; MACHADO 2014; KISCHENER; KIYOTA ; PERONDI, 2015; CAVICCHIOLI ET AL. 2015; FOGUESATTO ET AL. 2016; PANNO, 2016; MORAIS; BORGES; BINOTTO, 2018; ANDREATTA ET AL, 2020; SHAHZAD.; ABUBAKR.; FISCHER, 2021; LAGO ET AL, 2022; BREITENBACH; FOGUESATTO, 2023; BAVOROVÁ ET. AL., 2024).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília, DF: Edições Unesco, 1998. 101 p.
- ANDRADE, J. J. **Os valores e as motivações no processo de tomada de decisão dos produtores rurais no município de Sant'Ana do Livramento/RS.** 2010. 288 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- ANDREATTA, T. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas.** 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ANDREATTA, T. *et al.* A sucessão geracional segundo perspectivas paternas: um estudo em propriedades rurais no Município de Condor (RS). **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, [art.] e583997837, 2020.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. CD ROM. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sobr06/145057.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos do agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2003. 147 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BERTOLOZZI-CAREDIO, D. *et al.* Key steps and dynamics of family farm succession in marginal extensive livestock farming. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 76, p. 131-141, 2020.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, Beverly Hills, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.
- BAVOROVÁ, M. *et al.* Factors influencing farm succession decisions: evidence from coffee farmers of Colombia. **Environment, Development and Sustainability**, Dordrecht, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10668-023-04433-0>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, Oxford, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.
- BEDNAŘÍKOVÁ, Z.; BAVOROVÁ, M.; PONKINA, E. V. Migration motivation of agriculturally educated rural youth: the case of Russian Siberia. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 45, p. 99-111, 2016.

BOSCARDIN, M. *et al.* Análise do perfil socioeconômico e produtivo de propriedades rurais com sucessão em diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, [art.] e984998159, 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/345031245_Analise_do_perfil_socioeconomico_e_produtivo_de_propriedades_rurais_com_sucessao_em_regioes_distintas_do_Estado_do_Rio_Grande_do_Sul_Brasil. Acesso em: 15 jun. 2024.

BOSCARDIN, M. *et al.* Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional. **Eutopía - Revista de Desarrollo Territorial**, Quito, v. 19, p. 119-135, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6757/675773059006/html/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acesso em: 10 jan.2021.

BROWN. T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. 2nd ed. New York: Guilford Press, 2015. 462 p.

BRUNO, J. E.; FERNANDEZ-GIMENEZ, M. E.; BALGOPAL, M. M. An integrated livelihoods and well-being framework to understand northeastern Colorado ranchers' adaptive strategies. **Ecology and Society**, Ottawa, v. 26, n. 4, [art.] 27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-12754-260427>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BREITENBACH, R.; FOGUESATTO, C. R. Should I stay or should I go? Gender differences and factors influencing family farm business succession in Rio Grande do Sul, Brazil. **Land Use Policy**, Guildford, v. 128, [art.] 106597, 2023.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BUTLER, R. Young people's rural multicultures: researching social relationships among youth in rural contexts. **Journal of Youth Studies**, Abingdon, v. 23, n. 9, p. 1178-1194, 2020.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. 1998. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CAVICCHIOLI, D. *et al.* What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? Evidence from an Alpine valley in Italy. **Mountain Research and Development**, Bern, v. 35, n. 2, p. 152-160, 2015. Disponível em:

<http://www.bioone.org/doi/abs/10.1659/MRD-JOURNAL-D-14-00107.1>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CAVICCHIOLI, D.; BERTONI, D.; PRETOLANI, R. Farm succession at a crossroads: the interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 61, p. 73-83, 2018.

CÉLE, L. Young people's perceptions and willingness to join Irish dairy co-operatives and their governance. **Journal of Co-operative Organization and Management**, Amsterdam, v. 10, n. 2, [art.] 100180, 2022.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Pib do Agronegócio Brasileiro**. Piracicaba: CEPEA, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 05 out. 2021.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Pib do Agronegócio Brasileiro**. Piracicaba: CEPEA, 2024. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 03 set. 2024.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Brighton: Institute of Development Studies, 1992. 32 p. (IDS discussion paper, n. 296).

CHEIN, F. **Introdução aos modelos de regressão linear: um passo inicial para compreensão da econometria como uma ferramenta de avaliação de políticas públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2019. 76 p.

CNA BRASIL - CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Panorama do Agro**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 05 out. 2020.

CNA BRASIL - CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Panorama do Agro**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 03 set. 2024.

CNA BRASIL - CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Boletim CNA destaca divulgação de balanço e perspectivas para o agro**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/noticias/boletim-cna-destaca-divulgacao-de-balanco-e-perspectivas-para-o-agro>. Acesso em: 05 out. 2021.

COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=346. Acesso em: 02 jun. 2023.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. A. **Concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University. 1957. 136 p.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DONDA, M. M. S. **Startups do agronegócio (agtechs) no Estado de São Paulo: perfil inovativo e práticas da gestão do conhecimento**. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento), Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2020.

DUTRA, A. S.; MACHADO, J. A. D.; RATHMANN, R. Alianças estratégicas e visão baseada em recursos: um enfoque sistêmico do processo de tomada de decisão nas propriedades rurais. *In: CONGRESSO DA SOBER*, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais**. Rio Branco: SOBER, 2008.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development - 1950s-2000s. **Development Policy Review**, London, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

ERRINGTON, A. Handing over the reins: a comparative study of intergenerational farm transfers in England, France and Canada. *In: EAAE INTERNATIONAL CONGRESS*, 10., 2002, Zaragoza, Spain. [**Proceedings of the ...**]. Brussels: European Association of Agricultural Economists, 2002.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Rural income-generating activities**. Rome: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/economic/riqa/rural-income-generating-activities/en>. Acesso em: 11 abr. 2024.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Perfil Socioeconômico. COREDES. **Corede Alto Jacuí**. Porto Alegre: FEE, [2021]. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Alto+Jacu%ED>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FIELD, A. **Discovering statistics using IBM SPSS statistics**. 4th ed. Los Angeles: Sage, 2013. 915 p.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014.

FOGUESATTO, C. R. *et al.* Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016.

FREITAS, T. D. **A diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações: por uma sociologia das condições de vida na fomicultura no Rio Grande do Sul**. 2015. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SCHNEIDER, S. Meios de vida e produção de tabaco: uma análise das condições de vida na perspectiva do desenvolvimento humano. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 247-273, 2016.

FROEHLICH, J. M. *et al.* Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011.

GASSON, R. Goals and values of farmers. **Journal of Agricultural Economics**, Reading, v. 24, p. 521-538, 1973.

GASSON, R. *et al.* The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, Reading, v. 39, n. 1, p. 1-41, 1988.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GLAUBEN, T. *et al.* Probability and timing of succession or closure in family firms: a switching regression analysis of farm households in Germany. **Applied Economics**, London, v. 41, n. 1, p. 45-54, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBERG, R. IFAMA has to broaden its base and involve environmentalists, scientists, and medics. [S. l.]: IFAMA, 30 jun. 2020. 1 vídeo (46 min 41 s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jQ8YpIy7owE>. Acesso em: 23 abr. 2021.

GRUBBSTRÖM, A.; SOOVÄLI-SEPPING, H. Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. **Journal of Historical Geography**, London, v. 38, n. 3, p. 329-339, 2012.

HOFFMANN, R. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. 5. ed. Piracicaba: O Autor, 2016. 393 p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnmbpajpcgleclefindmkaj/https://www.esalq.usp.br/biblioteca/sites/default/files/Analise_Regress%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, [2021]. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2000**: tabela 200 – População residente, por sexo, situação e grupos de idade. Rio de Janeiro: IBGE, [2021]. Disponível em: [http:// https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200](http://https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200). Acesso em: 01 dez. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2010**: tabela 200 – População residente, por sexo, situação e grupos de idade. Rio de Janeiro: IBGE, [2021]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>. Acesso em: 01 nov. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 05 out. 2020.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA.

Módulo Fiscal. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, [2017].

Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 01 jun. 2024.

KELLERMANN A. P. *et al.* Variance heterogeneity and non-normality: how SAS PROC TTEST® Can Keep us honest. *In: SAS GLOBAL FORUM*, 2013. **Poster and video presentations**. Cary: SAS Institute, 2013. Disponível em:

<https://support.sas.com/resources/papers/proceedings13/228-2013.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

KIM, H. Y. Statistical notes for clinical researchers: post-hoc multiple comparisons.

Restorative Dentistry & Endodontics, Seoul, v. 40, n. 2, p. 172-176, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5395/RDE.2015.40.2.172>. Acesso em: 20 jun. 2022.

KWANMUANG, K. Succession decisions on family farms in Nakhon Si Thammarat Province, Thailand. **Journal of Developments in Sustainable Agriculture**, Tsukuba, v. 6, n. 2, p. 181-188, 2011. Disponível em:

https://www.jstage.jst.go.jp/article/jdsa/6/2/6_2_181/_article/-char/en. Acesso em: 23 ago. 2021.

KERBLER, B. Factors affecting farm succession: the case of Slovenia. **Agricultural Economics – Czech**, Prague, v. 58, n. 6, p. 285-298, 2012. Disponível em:

<https://www.agriculturejournals.cz/publicFiles/66564.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? *In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al.* (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1012-1047.

KISCHENER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 33, p. 132-159, 2015.

LAGO, A. *et al.* Analyzing decision-making factors in the generational succession of rural youth. **Journal of Co-operative Organization and Management**, Amsterdam, v. 10, n. 2, [art.] 100187, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2022.100187>. Acesso em: 14 jul. 2024.

LINACRE, J. M. *et al.* Optimizing rating scale category effectiveness. **Journal of Applied Measurement**, Wheaton, v. 3, n. 1, p. 85-106, 2002.

LOBLEY, M. Succession in the family farm business. **Journal of Farm Management**, Kenilworth, v. 13, n. 12, p. 839-851, 2010.

LOBLEY, M.; BAKER, J. R.; WHITEHEAD, I. Farm succession and retirement: some international comparisons. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, Ithaca, v. 1, n. 1, p. 49-64, 2010.

MAULIDA, Y. F. *et al.* The succession patterns of agricultural lands in the special region of Yogyakarta Province, Indonesia. **Journal of Population & Social Studies**, Salaya, v. 30, p. 625–639, Jan./Dec. 2022.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MAROCO, J.; GARCIA-MARQUES, T. Qual a confiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas. **Laboratório de Psicologia**, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 65-90, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.14417/lp.763>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MENARD, S. **Análise de regressão logística aplicada**. [S. l.]: Sage, 2002.

MENDONÇA, M. L. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375, 2015.

MENDONÇA, K. F. C. *et al.* Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, DF, v. 30, p. 445-463, 2013.

MERA, C. M. P. **População rural na Região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola**. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. Diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 12, n. 27, p. 216-263, 2014b.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. Envelhecimento dos produtores no meio rural na região do Alto Jacuí/RS e consequente migração. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 759-774, 2014a.

MILANI, R.; SPANEVELLO, R. M.; ZORZI, A. M. A sucessão geracional em propriedades produtoras de leite. *In: CONGRESSO DA SOBER, 50.*, 2012, Vitória, ES. **Anais...** Goiânia, UFES, 2012.

MILONE, P.; VENTURA, F. New generation farmers: rediscovering the peasantry. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 65, p. 43-52, 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S.; JOHNSON, J. D. Succession in family farm business: empirical evidence from the U.S. farm sector. *In: AAEA ANNUAL MEETING IN DENVER, 2004*, Denver. [**Papers...**]. Denver: American Agricultural Economics Association, 2004. p. 1-28.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. Factors affecting succession decisions in family farm businesses: evidence from a national survey. **Journal of the American Society of Farm Managers and Rural Appraisers**, Glendale, v. 7, p. 1-10, 2007. Disponível em: https://ageconsearch.umn.edu/record/190674/files/259_Mishra.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S.; SHAIK, S. Succession decisions in US family farm businesses. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, Milwaukee, v. 35, n. 1, p. 133-152, 2010.

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, Guildford, v. 71, p. 445-452, 2018.

MOREIRA, S. L. **Estratégias e modelos sucessórios em propriedades rurais do município de Cruz Alta/RS**. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2018.

MOREIRA, S. L. *et al.* Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 413-433, jun. 2020.

MUCHANGA, L. P. I. **Estratégias de meio de vida das famílias camponesas à luz das mudanças climáticas: um estudo no posto administrativo de Mahel, distrito de Magude, Moçambique**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Santafé de Bogotá, v. 5, n. 61, p. 28-28, 2008.

OCHOA, A. A. *et al.* Explaining farm succession: the impact of farm location and off-farm employment opportunities. **Spanish Journal of Agricultural Research**, Madrid, v. 5, n. 2, p. 214-225, 2007.

- PANNO, F. **Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores.** 2016. 166 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento Em Questão**, Ijuí, v. 12, n. 27, p. 264–297. 2014.
- PEREIRA, M. A.; SOUZA, M.; SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2010.
- PERONDI, M. A. **Estratégias de reprodução social da família rural no Brasil: um estudo comparativo entre sitiantes do Oeste de Minas Gerais e colonos do Sudoeste do Paraná.** Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016. v. 1. 166 p.
- PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.
- PIRAS, S. *et al.* Post-Soviet smallholders between entrepreneurial farming and diversification. Livelihood pathways in rural Moldova. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 82, p. 315-327, 2021.
- POTTER, C.; LOBLEY, M. Ageing and succession on family farms: the impact on decision-making and land use. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 32, n. 2/3, p. 317-334, 1992.
- POTTER, C.; LOBLEY, M. The farm family life cycle, succession paths and environmental change in Britain's countryside. **Journal of Agricultural Economics**, Reading, v. 47, n. 1/4, p. 172-190, 1996a.
- POTTER, C.; LOBLEY, M. Unbroken threads? Succession and its effects on family farms in Britain. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 36, n. 3, p. 286-306, 1996b.
- RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SAS INSTITUTE INC. **SAS/IML® 14.1 user's guide.** Cary, NC: SAS Institute Inc., 2015.
- SAVIAN, M. **A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponte Alta-SC.** 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95353>. Acesso em: 4 maio 2023.
- SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010. Disponível em: <https://www.ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/prosel2020/MAFDS/M4.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- SCHMIDT, S. N. **Rancher perspectives on livelihood diversification options in Montana's blackfoot river watershed.** 2022. 49 f. Dissertation (Master) - University of Montana,

Missoula, 2022. Disponível em: <https://scholarworks.umt.edu/etd/11954>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SETHURATNAM, S. **Understanding the role and contributions of the incubator farm program in creating the next generation of farmers in the United States and Canada**. 2021. 193 f. Thesis (Doctoral) - University of Guelph, Ontario, 2021.

SILVESTRO, M. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília, DF: NEAD, 2001. 120 p.

SILVA, P. C. S. *et al.* Comportamento da juventude estudantil rural do Oeste Paranaense em relação as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. **Revista Cultivando o Saber**, Cascavel, v. 4, n. 2, p. 173-187, 2011.

SIMON, H. A. **O comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

SHAHZAD, M. A.; ABUBAKR, S.; FISCHER, C. Factors affecting farm succession and occupational choices of nominated farm successors in Gilgit-Baltistan, Pakistan. **Agriculture**, Basel, v. 11, n. 12, [art.] 1203, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/agriculture11121203>. Acesso em: 07 jul. 2024.

SOTTOMAYOR, M. *et al.* Likelihood of succession and farmers' attitudes towards their future behaviour: evidence from a survey in Germany, the United Kingdom and Portugal. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Miami, v. 18, n. 2, p. 121-133, 2011.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* Migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, p. 291- 304, 2011.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. *In*: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 163-188.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* A Problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* La migración juvenil y las dificultades de reproducir la mano de obra en propiedades rurales familiares brasileñas. **Eutopía - Revista de Desarrollo Económico Territorial**, Quito, n. 22, p. 54–73, Dic. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/eutopia.23.2022.5585>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE

ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais do [...]**. Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007. p. 1-19

SPANEVELLO, R. M.; MOREIRA, S. L.; BOSCARDIN, M. Dinâmica demográfica da população rural: o caso do COREDE ALTO JACUÍ, Rio Grande do Sul. **Nucleus**, Ituverava, v. 16, n. 1, p. 69-84, 2019.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. 288 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.

TORRES, B. *et al.* Livelihood capitals, income inequality, and the perception of climate change: a case study of small-scale cattle farmers in the Ecuadorian Andes. **Sustainability**, Basel, v. 14, n. 9, [art.] 5028, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/9/5028>. Acesso em: 5 jul. 2024.

VIEIRA, A. C. B. **Os jovens rurais do litoral norte do Rio Grande do Sul: os modos de vida e a construção das estratégias para permanência no campo**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WARD, N.; LOWE, P. Shifting values in agriculture: the farm family and pollution regulation¹. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 10, n. 2, p. 173-184, 1994.

WHEELER, S. *et al.* Handing down the farm? The increasing uncertainty of irrigated farm succession in Australia. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 28, n. 3, p. 266-275, 2012.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: Editora da UNB, 1995.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Questionário desenvolvido para coleta dados deste estudo, aplicado aos pais em propriedades com processo sucessório.



Pesquisa de doutorado do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG Agronegócios/UFRGS)

Produtor rural:.....Data:/...../.....

Município:.....Entrevistador:.....

Doutorando: Sandro da Luz Moreira - Fone: (55) 99661-4494. E-mail:

sandromoreira_rs@hotmail.com/ Orientador: Dr. João Armando Dessimon Machado

Este questionário é parte de uma pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem por objetivo **compreender o processo de sucessão geracional entre produtores rurais do COREDE ALTO JACUÍ.**

A sucessão geracional é definida como a passagem da gestão, do negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio para as novas gerações, ou seja, transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio da família aos filhos sucessores ou à próxima geração (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para a formulação de políticas públicas, e ações com vistas à reprodução socioeconômica dos agronegócios no COREDE ALTO JACUÍ e desenvolvimento rural como um todo.

Ao responder o questionário, solicitamos que preste atenção em cada questão. **Não há respostas certas ou erradas. Nós estamos interessados na sua opinião.** Todas as respostas deste questionário serão mantidas em sigilo, sendo manuseadas somente pelos pesquisadores.

Desde já, agradecemos sua participação nesta pesquisa.

Sandro da Luz Moreira

Doutorando em Agronegócios – CEPAN/UFRGS

Perfil Sociodemográfico

1 - **Município:**.....**Tamanho da propriedade em Hectares (ha):**.....área própria em (ha):.....área arrendada em (ha):.....**Distância até a zona urbana (km):**.....; **Sexo do produtor^(a) rural:**.....; **Idade:**.....; **Estado civil:**.....; **Local de Residência:** (...) urbana; (...) rural.

Escolaridade: (...) Ensino fundamental incompleto; (...) Ensino Fundamental completo; (...) Ensino médio incompleto; (...) Ensino médio completo; (...) Ensino médio técnico; (...) Ensino Superior; (...) Pós-graduação.

Renda Familiar mensal (base salário mínimo RS de R\$ 1.212,00): () até 1 salário mínimo; () Acima de 1 até 3 salários; () Acima de 3 até 4 salários; () Acima de 4 até 5 salários, () Acima de 5 até 10 salários; () mais de 10 salários.

Tempo de trabalho na propriedade rural: () Parcial; (...) Integral.

Quais são as principais atividades desenvolvidas na propriedade rural: (...) Grãos (Soja, Milho, Trigo, Aveia e Azevém); (...) Pecuária de Leite; (...) Pecuária de corte; (...) Hortifrúti, (...) Suínos; (...) Aves; (...) Piscicultura; (...) Agroindústria (exemplos: fabricação de embutidos, massas, doces etc...); (...) Outra.

Economicamente qual é a principal atividade:

2- O senhor(a) tem sucessor (a) na sua propriedade? (...) Sim; (...) Não.

3 – Indique o grau em que você concorda com as afirmativas abaixo, como você percebe cada um dos fatores. Quanto mais concordar, marque mais perto do cinco e menos concordar perto do um.

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo e nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
5	4	3	2	1

Fatores	Concordo total.		↔	Discordo total.	
	5	4	3	2	1
A minha propriedade tem condições adequadas de manter a mim e minha família com saúde.					
Na minha propriedade o trabalho é realizado utilizando equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados.					
Na minha região, os serviços de saúde são adequados (exemplo: hospitais, prontos atendimentos, exames de rotina).					
Na minha propriedade a contratação mão de obra de terceiros (colaboradores) é necessária para os tratos culturais e/ou manutenção da propriedade.					
Na minha propriedade a mão de obra familiar é suficiente para os tratos culturais e manutenção da propriedade.					
A minha propriedade proporcionou condições de estudo adequado aos meus filhos.					
O tempo de trabalho dedicado às culturas na propriedade é adequado, considerando as pessoas que aqui trabalham.					
O tempo dedicado ao lazer em minha família é adequado (ficar com a família, ou viajar, ou tirar férias, ou participar de atividades da comunidade)					
O estudo proporcionado aos filhos para dar continuidade às atividades na propriedade é adequado.					
Na minha propriedade as principais decisões produtivas são tomadas por mim e são as mais adequadas.					
Na minha propriedade sou o membro da família que mais participa da busca de inovações.					
Na família consideramos a participação em cursos de qualificação e palestras adequados para nosso desenvolvimento.					
Na minha propriedade disponho de oportunidades de lazer adequadas (Exemplo: Computador com internet; TV paga; Sinal para funcionamento de celular; Encontro com familiares, amigos ou vizinhos).					
A família foi marcada por algum evento durante a sua trajetória que mudou o rumo da produção ou mesmo da própria permanência da família nesta propriedade? Exemplo doença; frustração climática,	Descrever				

4- Indique o grau em que você concorda com as afirmativas abaixo, como você percebe cada um dos fatores. Quanto mais concordar, marque mais perto do cinco e menos concordar perto do um.

Fatores	Concordo total.		↔	Discordo total.	
	5	4	3	2	1
Na minha propriedade temos uma relação familiar boa/ amigável.					
Na propriedade tem uma relação familiar hierárquica (Exemplo: Os pais são os chefes).					
A minha propriedade recebe assistência técnica adequada.					
A participação em atividades de sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, ONGs são importantes para o desenvolvimento pessoal e da propriedade.					
A minha propriedade recebe assistência técnica adequada de órgão públicos (Exemplo: Governamental, por meio de agentes de extensão rural (Sec. da Agricultura, EMATER etc.)).					
A minha propriedade recebe assistência técnica adequada de órgãos privados. (Exemplo: Empresas privadas (técnicos das empresas compradoras de produtos, cooperativa)).					
Considero adequado e importante que minha família participe de organizações (Sindicado rural patronal; Sindicato dos trabalhadores rurais; Associação de produtores; Clubes, Grupos sociais para lazer e diversão; Cooperativas de crédito; Cooperativas agropecuárias; Associações de criadores de animais...).					
Na propriedade quando preciso de instruções para outros cultivos, confio nas informações passadas pelas pessoas da Emater, Embrapa, Universidades, etc.					
A propriedade proporciona boas condições de vida e lazer para minha família. Exemplo atividades sociais ou esportivas, festas na comunidade, ir à igreja e conviver com pessoas que não moram na propriedade seja adequado para família, férias na praia, viagens.					
Considero importante e adequado os filhos seguirem na atividade agropecuária.					
Marque X nas organizações que a família participa () Sindicato rural patronal; () Sindicato dos trabalhadores rurais; () Associação de produtores; () Clubes, Grupos sociais para lazer e diversão; () Cooperativas de crédito; () Cooperativas agropecuárias; (..) Associações de criadores (cavalos crioulos, bovinos, suínos).					
Marque um X nos objetivos da família participar de organizações e associações: (...) obter treinamento e capacitação; (...) troca de informação; (...) vender produtos coletivamente; (...) receber assistência técnica; (...) comprar produtos coletivamente com melhores preços; (...) única opção para comercialização dos meus produtos					

5- Indique o grau em que você concorda com as afirmativas abaixo, como você percebe cada um dos fatores. Quanto mais concordar, marque mais perto do cinco e menos concordar perto do um.

Fatores	Concordo total.		↔	Discordo total.	
	5	4	3	2	1
A minha propriedade tem uma área de terra adequada para a manutenção da família.					
A minha propriedade tem as condições naturais adequadas para a realização das principais atividades agropecuárias.					
A minha propriedade é agricultável (cultivável, o que pode ser agricultado) e mecanizada (emprego e uso adequado de máquinas e equipamentos agrícolas) de forma adequada para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.					
A minha propriedade possui Reserva Legal e Área de Preservação Permanente e seus tamanhos são adequados.					
Desde que iniciei as atividades agropecuárias na propriedade tem sido preservada a vegetação nativa de forma adequada.					
Desde que iniciei as atividades agropecuárias na propriedade, considero que uso de agroquímicos de forma correta.					
Considero importante o uso de produtos biológicos.					
Na minha propriedade tem acesso a água de qualidade.					
Na minha propriedade utilizamos as adubações necessárias para manter a qualidade do solo adequado para os tratos culturais.					
Na minha propriedade as condições naturais adversas são as mais preocupantes para a produção agropecuária.					
Marque com X o que dispõe : () Poço artesiano; () Vertente; (...) Rio; () Açude; (...) pastagem nativa.					
Marque um X quais mais considera: (...) o clima: restrição hídrica ou inverno rigoroso; (...) pragas agrícolas; (...) plantas invasoras; (...) Solo com baixa fertilidade; (...) Escassez de água ou acesso a água; (...) acesso a propriedade.					

6- Indique o grau em que você concorda com as afirmativas abaixo, como você percebe cada um dos fatores. Quanto mais concordar, marque mais perto do cinco e menos concordar perto do um.

Fatores	Concordo total.		↔	Discordo total.	
	5	4	3	2	1
A minha propriedade tem os bens e infraestrutura adequados para os afazeres das atividades agropecuárias.					
Na minha região, as condições das estradas são adequadas para que eu e minha família nos desloquemos para aos centros urbanos, à escola, aos postos de saúde e mercados.					
Na minha propriedade tem implementos, maquinários e ferramentas adequados para o trabalho agrícola.					
Na minha propriedade possuímos bens animais de genética diferenciada.					
Na minha propriedade faço a utilização de ferramentas tecnológicas adequadas.					
Na minha propriedade utiliza-se práticas produtivas, sistemas de manejo bons e adequados.					
Na minha propriedade com a utilização das ferramentas tecnológicas, bens e infraestrutura adequada facilita com que eventual sucessor permaneça na propriedade.					
Na minha propriedade adquiri ferramentas (bens, maquinário, tecnologia), pensando no futuro da propriedade e dos filhos.					
Na minha propriedade fiz melhorias em canais de irrigação, barragens, terraços, estradas, visando melhorar a infraestrutura.					
Marque com um X os bens e infraestruturas que tem disponível: (...) Ordenhadeira; (...) Silo de armazenamento e secagem de grão; (...) galpão para maquinário; (...) casa para família; (...) casa para colaboradores; (...) aviário; (...) Pocilga; (...) Mangueira; (...) rede telefônica; (...) canais de irrigação; (...) internet; (...) Geração de energia solar.					
Marque com X os implementos que tem disponível: (...) Trator tracionado; (...) tratores simples; (...) Colheitadeira; (...) Plantadeira; (...) Pulverizador; (...) Grade, (...) Granelero, (...) Espalhadeira; (...) caminhão.					
Marque com X os animais que possuem: (...) vaca de leite; (...) gado de corte; (...) Suínos; (...) Aves; (...) equinos; (...) ovinos.					
Marque um X as ferramentas tecnológicas que utiliza: (...) tecnologia embarcada como softwares, hardware, sensores; (...) Apps de gestão; (...) internet; (...) agricultura de precisão; (...) GPS; (...) Drones; (...) outros apps (WhatsApp, clima); (...) Câmeras de monitoramento remoto.					
Marque com X as práticas produtivas que utiliza: (...) sementes melhoradas; (...) animais de genética diferenciada; (...) plantio direto; (...) adubação química e biológica; (...) defensivos agrícolas; (...) sistemas de irrigação.					

7- Indique o grau em que você concorda com as afirmativas abaixo, como você percebe cada um dos fatores. Quanto mais concordar, marque mais perto do cinco e menos concordar perto do um.

Fatores	Concordo total.		↔	Discordo total.	
	5	4	3	2	1
A minha propriedade tem uma condição financeira que dá conforto adequado para minha família.					
A policultura (diversificação de culturas) é uma boa estratégia para se obter mais renda.					
Atividades realizadas fora da propriedade são boas para aumentar a renda da propriedade.					
Na minha propriedade realizamos investimentos para melhorar a produção e produtividade agropecuária.					
Eu acredito que a poupança bancária seja melhor forma de guardar ou aplicar o dinheiro.					
Eu acredito que o crédito bancário seja a opção mais rápida e fácil para obter dinheiro em ocasiões especiais.					
Na minha propriedade produzimos para o autoconsumo para reduzir as despesas da família.					
A minha família e a propriedade têm condições de honrar pagamentos ou dívidas.					
As cooperativas ou cerealistas são o principal canal de comercialização da produção para minha família.					
Marque com um X os setores priorizados quando realizam investimentos: (...) maquinário; (...) tecnologia; (...) infraestrutura; (...) armazenamento; (...) alimentação dos animais; (...) mão de obra; (...) terra.					
Marque com um X as opções que utiliza para fazer os pagamentos do dia-dia: () dinheiro em espécie; (...) cartão de débito ou crédito; (...) Pix.					
Marque com X outras opções que utiliza como forma de poupança: (...) Armazenamento de grão, (...) Bolsa de valores; (...) Animais					

8- Classifique os objetivos em escala de importância, como você valoriza cada um dos fatores abaixo. Quanto mais valorizado mais perto do cinco e menos valorizado perto do um.

Muito importante	Importante	Importância relativa	Pouco importante	Nenhuma importância
5	4	3	2	1

Fatores	Muito Impor. ↔ Nenhuma Impor.				
Escala de importância	5	4	3	2	1
Maximizar renda. Maior resultado financeiro					
Obter renda satisfatória					
Fazer renda para o futuro					
Expandir o negócio					
Ter condições de trabalho agradáveis (horas trabalhadas, segurança, meio ambiente)					
Escala de importância	5	4	3	2	1
Ser reconhecido e ter prestígio como agropecuarista					
Pertencer à comunidade agropecuária					
Continuar a tradição da família					
Trabalhar com outros membros da família					
Manter uma boa relação de trabalho com os trabalhadores					
Escala de importância	5	4	3	2	1
Sentir orgulho por ser proprietário rural. Pertencimento					
Ter auto estima por fazer um trabalho que vale a pena					
Exercendo habilidades e aptidões especiais. Fazendo aquilo que sabe					
Oportunidade de ser criativo e original. Flexibilidade nas ações das atividades					
Enfrentar desafios, alcançar objetivos, e crescimento pessoal					
Escala de importância	5	4	3	2	1

Ter prazer nas tarefas de trabalho					
Preferência por uma vida agrícola saudável ao ar livre. Qualidade de vida					
Valorizar o trabalho árduo					
Independência - livre para supervisionar e organizar o tempo					
Controle em uma variedade de situações do dia a dia					

9- Dos fatores listados abaixo, qual deles são importantes e quais não são, para que seu sucessor atue na propriedade.

Fatores	Muito Impor.		↔	Nenhuma Impor	
	5	4	3	2	1
Infraestrutura da propriedade					
Casa na propriedade					
Casa na cidade					
Quantidade de terra, área de terra					
Bens como carro, moto					
Investimento em maquinário					
Qualidade da terra (solo)					
Retorno financeiro					
Disponibilidade de mão de obra					
Distância da cidade					
Transporte até a cidade					
Disponibilidade e acesso a tecnologias					
Acesso à internet					
Opções de lazer					
Possibilidade de matrimônio					
Incentivo dos pais					
Autonomia, participação nas decisões					
Políticas públicas					
Comercialização da produção					
Preço dos produtos agrícolas					
Participação em entidades (cooperativas, associações, sindicatos)					

Assistência técnica					
Acesso ao crédito financeiro					
Poupança					
Disponibilidade de qualificação, cursos técnicos e treinamentos					
Valorização social					
Qualidade de vida					
Investiu em irrigação					
Investiu em pastagens, campo nativo					
Animais para criação (gado, ovinos, suínos equinos)					
Formação Superior					
Formação Técnica na área agrícola					
Formação Superior na área agrícola					
Salário, independência financeira					
Investiu em ferramentas de controle e gestão					
Ferramentas tecnológicas para agricultura de precisão, robôs, softwares.					